



RELATÓRIO DE GESTÃO

MPDFT – 2018

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Expediente

Órgãos da Administração Superior do MPDFT

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradora-Geral de Justiça Fabiana Costa Oliveira Barreto

Vice-Procuradoria-Geral Jurídico-Administrativa

Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

Vice-Procuradoria-Geral de Justiça Institucional

Procurador de Justiça André Vinícius Espírito Santo de Almeida

Corregedoria-Geral

Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Júnior

Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho

Secretaria-Geral

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

Assessoria de Políticas Institucionais

Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira
Promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

Ouvidoria

Promotor de Justiça Libanio Alves Rodrigues

Esta é uma publicação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500 | www.mpdft.mp.br

Texto:

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Organização:

Secretaria-Geral e Secretaria de Orçamento e Finanças do MPDFT

Programação visual, diagramação e revisão de texto:

Secretaria de Comunicação do MPDFT

© 2019 Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

1ª edição – 2019

Publicação digital – Março/2019



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

SUMÁRIO

Apresentação	4		
Mensagem da procuradora-geral de Justiça	5		
Visão geral organizacional e ambiente externo	6		
Visão geral do MPDFT	6		
MPDFT em números	7		
Identificação e missão institucional	9		
Missão e visão	9		
Estrutura organizacional	10		
Administração superior	11		
Estruturas de governança	12		
Ambiente externo	13		
Modelo de negócio – cadeia de valor	15		
Planejamento estratégico e governança	17		
Principais objetivos estratégicos	17		
Mapa estratégico do MPDFT	18		
Estrutura de governança	19		
Modelo de governança da estratégia	20		
Monitoramento da execução	24		
Resultados da gestão	26		
Informações sobre os objetivos estratégicos	27		
Projetos institucionais	27		
Principais canais de comunicação com a sociedade	27		
Resultados dos serviços da Ouvidoria	28		
Comunicação e relacionamento com a sociedade	31		
		Gestão de riscos e controles internos	34
		Resultados da gestão	36
		Declaração do secretário-geral	38
		Alocação de recursos e áreas especiais de gestão	40
		Declaração do secretário de Orçamento e Finanças	40
		Gestão orçamentária e financeira	41
		Gestão de pessoas	46
		Gestão de licitações e contratos	56
		Gestão patrimonial e infraestrutura	58
		Gestão da tecnologia da informação	65
		Gestão de custos	69
		Sustentabilidade ambiental	72
		Demonstrações contábeis	74
		Declaração do contador	74
		Balanço orçamentário	75
		Balanço financeiro	76
		Balanço patrimonial	77
		Demonstrações das variações patrimoniais	78
		Demonstrações de fluxo de caixa	79
		Notas explicativas	80
		Outras informações relevantes	86
		Apontamento dos órgãos de controle	86
		Anexo 1 – Projetos institucionais	87



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) visa a consolidar e apresentar à sociedade e aos órgãos de controle como foram alocados os recursos financeiros disponibilizados, as principais estruturas de governança que norteiam suas ações e os resultados da gestão obtidos no cumprimento de sua missão institucional.

MENSAGEM DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Fabiana Costa Oliveira Barreto



A dinâmica das transformações sociais exige das organizações cada vez mais agilidade e capacidade de adaptação a novos cenários, à atualização das leis e aos recursos e tecnologias que nem sequer existiam dez anos atrás. As formas de atendimento e relacionamento com o cidadão precisam ser revisadas, assim como inúmeros outros processos, nas mais diversas áreas de atuação do Ministério Público brasileiro.

Nesse sentido, o Planejamento Estratégico do MPDFT para o decênio 2010-2020 tem sido imprescindível ao fortalecimento da atuação ministerial, do exercício das atribuições constitucionais e do alcance dos objetivos estratégicos que são essenciais à promoção da Justiça, da cidadania e da igualdade.

Ao estabelecer diretrizes alinhadas às perspectivas do público interno, da sociedade civil, de setores governamentais e de organismos internacionais, a instituição procura atuar em consonância com as melhores práticas e com a busca de resultados voltados ao desenvolvimento social, ao fortalecimento da cidadania e à garantia dos direitos individuais.

Tais resultados são acompanhados regularmente pelas áreas competentes e demonstram percentuais de cumprimento dos objetivos estratégicos acima de 90%, em quase todos os anos, de acordo com o painel de contribuição. Trata-se de demonstração inequívoca de que a instituição mantém o foco nos objetivos organizacionais e na busca do aprimoramento contínuo.

Os números apresentados neste documento espelham o trabalho da área-meio e da atividade-fim. Ao definir indicadores que permitem medir o

desempenho de iniciativas fundamentais à proteção do cidadão, o MPDFT procurou abarcar as temáticas mais relevantes à melhoria dos serviços e à fiscalização das leis. Entre elas, merecem destaque a defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e da ordem urbanística; o combate à criminalidade, à impunidade e à corrupção; a proteção da criança e do adolescente; a promoção da acessibilidade e a garantia do direito à saúde, à educação e à segurança pública.

Ao analisar, de forma criteriosa, os números e gráficos que integram este relatório, é possível compreender a dimensão da responsabilidade deste Ministério Público perante a sociedade do Distrito Federal. Responsabilidade que tem sido ampliada a partir da criação de mais órgãos, da implementação de novos serviços e de formas de atendimento ao cidadão e do incremento dos canais de comunicação.

Além disso, é importante destacar o olhar inovador que tornou este MPDFT precursor em iniciativas como o acompanhamento da gestão orçamentária do governo local e a proteção dos dados pessoais, em âmbito nacional. Esta última tem projetado a instituição na imprensa internacional, por meio de ações que visam à defesa do cidadão contra a prática de crimes cibernéticos, principalmente nas relações de consumo.

Ao finalizar, é importante informar que o MPDFT dedica-se neste momento à revisão do Plano Estratégico para os próximos dez anos e à adequação de seu Planejamento aos princípios e diretrizes que regem o Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público.

Com isso, a expectativa é promover o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios a um novo patamar na prestação de serviços, sempre com foco na busca da excelência, na aproximação com o cidadão e no cumprimento da missão constitucional.

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 VISÃO GERAL DO MPDFT

MPDFT hoje



1.2 MPDFT EM NÚMEROS

1- Feitos externos novos em 2018

Tipo de feito



Total

Inquérito policial



35.579

Termo circunstanciado



30.163

Habilitação para casamento



3.051

Retificação extrajudicial
de registro civil



916

Feito judicial



132.124

2- Feitos internos e notícias de fato instaurados em 2018

Tipo de feito

Total

Inquérito civil público

194

Procedimento de investigação criminal

358

Procedimento preparatório

271

Procedimento administrativo

3.186

Notícia de fato

26.351

Total

30.360

3- Quantitativos de movimentos e atos praticados em 2018

Tipo de feito



Ações cíveis ajuizadas



Ações criminais ajuizadas



Atendimentos ao público



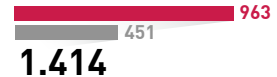
Audiências e sessões



Plenários do júri realizados



TACs e acordos firmados



Manifestações



Despachos



152.907

Alegações finais, contestações, réplicas



23.047

Recursos



25.658

Proposta de pena, medidas, remissão



11.494

Baixas



72.869

Ciências



369.560

Fonte: Corregedoria-geral do MPDFT

1.3 IDENTIFICAÇÃO E MISSÃO INSTITUCIONAL

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) é instituição permanente, essencial à Justiça e responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, de acordo com o art. 127 da Constituição Federal, garantindo, mediante a adoção das medidas cabíveis, o respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela CF (art. 2º da Lei Complementar nº 75/93).

O MPDFT é o ramo do Ministério Público da União responsável por fiscalizar as leis e defender os interesses da sociedade do DF e dos Territórios.

Os integrantes do MPDFT atuam perante o Poder Judiciário do Distrito Federal nas áreas civil, criminal e na defesa dos direitos coletivos e individuais indisponíveis.



1.4 MISSÃO E VISÃO

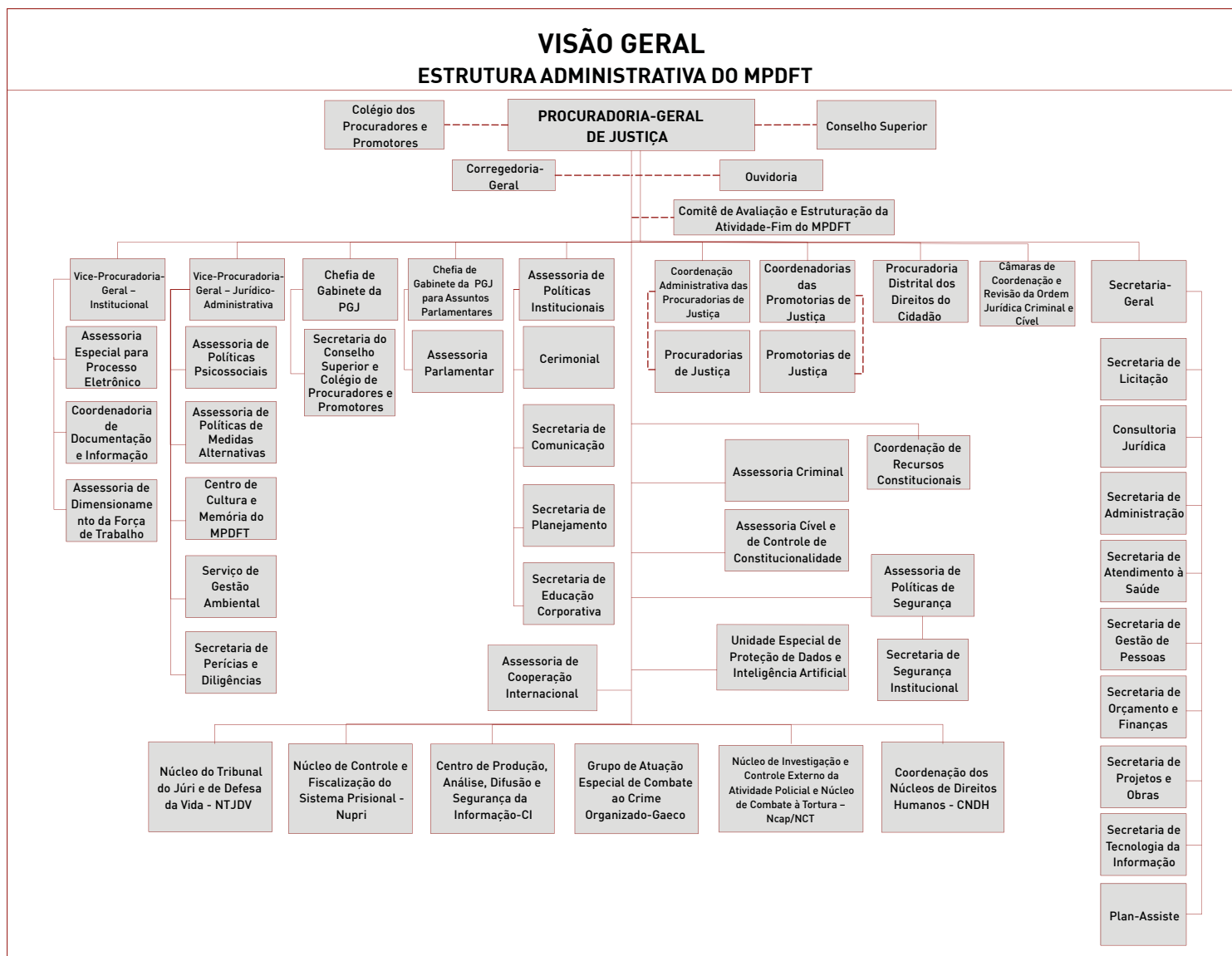
Missão

Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios.

Visão

Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.

1.5 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



► [Clique aqui e confira os organogramas das unidades do MPDFT.](#)

1.6 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR



**Fabiana Costa
Oliveira Barreto**

Procuradora-Geral
de Justiça



**Selma Leite do
Nascimento
Sauerbronn de
Souza**

Vice-Procuradora-
Geral de Justiça
Jurídico-administrativa



**André Vinícius
Espírito Santo de
Almeida**

Vice-Procurador-Geral
de Justiça Institucional



**José Valdenor
Queiroz Júnior**

Corregedor-Geral



Moacyr Rey Filho

Chefe de Gabinete



**Wagner de
Castro Araújo**

Secretário-Geral



André Luiz Cappi

Assessor de Políticas
Institucionais



**Georges Carlos
Fredderico
Moreira Seigneur**

Assessor de Políticas
Institucionais



**Libanio Alves
Rodrigues**

Ouvidor



**José Eduardo
Sabo Paes**

Procurador Distrital
dos Direitos do
Cidadão



**Leonardo
Roscoe Bessa**

Procurador-Geral
de Justiça na gestão
2014-2018

1.7 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA



1.8 AMBIENTE EXTERNO

O MPDFT tem atuado proativamente no estabelecimento de parcerias e no trabalho conjunto com a sociedade, além do estreitamento e da cooperação com organismos internacionais. Destacamos algumas atividades:

Eventos internacionais

DATA	ORGANIZAÇÃO	EVENTO/ASSUNTO
2/3/2018	MPDFT/França	Reunião com o magistrado de Ligação da Embaixada da França para Programação da Cooperação Bilateral 1º/2018.
12 e 15/3/2018	MPDFT/França	Organização e realização da visita das auditoras francesas ao MPDFT.
9 e 11/4/2018	MPDFT/França	Organização do Seminário sobre o sistema de justiça e o direito do consumidor na França – Magistrada Emilie Abrantes.
10/5/2018	Jica/Japão	Visita de cortesia a Agência de Cooperação Japonesa (Jica) para estudar as possibilidades de colaboração com aquela instituição desenvolver projetos e ações locais que sejam reproduzidos como um modelo de referência.
4/7/2018	Embaixada da Itália	Visita de cortesia à Embaixada da Itália. Como fruto do encontro acolheu-se o Programa da Escola Internacional de Alta Formação para a prevenção e o combate ao crime organizado de Caserta. Programação de estudo para o Ano acadêmico 2018-2019 oferecido por aquela representação diplomática.
31/7/2018	Embaixada da Bélgica	Visita de cortesia à Embaixada da Bélgica – Jean-Ludovic De Lhoneux.
23/10/2018	Embaixada de Portugal	Visita de cortesia ao embaixador de Portugal: a diplomata portuguesa que se ocupa dos assuntos jurídicos destacou os interesses, esclareceu as ações da representação de Portugal no Brasil e convidou o MPDFT a participar de duas ações em prospecção para o ano de 2019: Seminário sobre Aliança de Descarbonização de Transporte (TDA), que será organizado no primeiro semestre de 2019, e Seminário sobre subtração internacional de menores, atualmente em prospecção com a Embaixada da França.
16/5/2018	Organismos Internacionais OEA	Reunião com representantes da OEA para promover a realização de uma visita de membros do MPDFT a sede da OEA e a formação sobre crimes cibernéticos da OEA em 2019.
1º/6/2018	Escola Nacional da Magistratura Francesa	Representação do MPDFT no Programa de Formação Continuada da Escola Nacional da Magistratura Francesa em Paris, França.
20, 21 e 22/8/2018	Instituto Latino-Americano da Organização das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (Ilanud)	Participação do MPDFT no Seminário “¿Más presos o más justicia?”, cujo objetivo foi reunir especialistas de 18 países para discutir o sistema penitenciário na América Latina.
27 e 28/11/2018	Ministério Público na Universidade de Syracuse	Procurador-Geral de Justiça apresentou o desempenho do Ministério Público na Universidade de Syracuse, NY/EUA
29/11/2018	Representantes de embaixadas da Austrália, Noruega, Dinamarca, Suécia, Espanha e Nova Zelândia	Reunião promovida pelo MPDFT com representantes de embaixadas da Austrália, Noruega, Dinamarca, Suécia, Espanha e Nova Zelândia para discutir possíveis parcerias internacionais no enfrentamento à violência contra as mulheres no contexto brasileiro.
4/12/2018	Embaixada da Austrália	Participação do MPDFT na celebração aos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres.

Eventos nacionais

DATA	ORGANIZAÇÃO	EVENTO/ASSUNTO
8/3/2014	Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH)	Reunião ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH), vinculado ao Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE). Cerca de 180 membros do Ministério Público Brasileiro discutiram a proteção e defesa aos direitos humanos e a consolidação da democracia e da justiça social no Brasil.
13/6/2018	Senado Federal	A investigação do Ministério Público sobre a venda de dados pessoais de cidadãos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foi tema de audiência pública no Senado Federal.
28/6/2018	TSE	O coordenador da Comissão de Proteção dos Dados Pessoais do Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), promotor de Justiça Frederico Meinberg, participou da assinatura de acordo com as empresas Google e Facebook. A iniciativa, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), teve o objetivo de ampliar a rede de parcerias para combater as notícias falsas durante as Eleições 2018.
4/7/2018	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção (Enccla)	Proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e coordenada pelo Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, ligada à Secretaria Nacional de Justiça (DRCI/SNJ). O MPDFT participou como um dos órgãos colaboradores e sediou o evento para a elaboração do Plano Nacional de Combate à Corrupção.
1º/8/2018	Congresso Nacional	Promotor do MPDFT José Theodoro Corrêa de Carvalho integra a comissão de juristas formada para apresentar anteprojeto de atualização da Lei de Entorpecentes (Lei 11.343/2006).
13/8/2018	Controladoria-Geral do DF e das Secretarias de Educação e Fazenda	A iniciativa da Controladoria-Geral do DF e das secretarias de Educação e Fazenda, em parceria com o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), realizou oficinas de formação dos professores das escolas participantes do projeto "Controladoria na escola" com o objetivo de trabalhar os conceitos de ética e cidadania com os estudantes das escolas públicas do DF.
21/8/2018	MPGO	Encontro para tratar de questões relativas à gestão de resíduos sólidos na região do Entorno do Distrito Federal.
21 e 22/11/2018	CNMP	Fórum Nacional de Gestão para alinhamento da metodologia de Governança do MPDFT com o CNMP.
26/11/2018	CNMP	O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) assinou acordo de adesão ao termo de cooperação técnica que disponibiliza o aplicativo "Água para o futuro". O acordo foi firmado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelos representantes de 16 Ministérios Públicos estaduais. O aplicativo "Água para o futuro" foi desenvolvido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT) e tem a finalidade de mapear e de identificar irregularidades ambientais em nascentes de água.
6/12/2018	Ministério dos Direitos Humanos	MPDFT participou do encontro que discutiu os aspectos jurídicos e culturais da violência contra a mulher.

1.9 MODELO DE NEGÓCIO – CADEIA DE VALOR

Considerando a missão do MPDFT e sua estrutura organizacional, tomando como base a Resolução nº 90, de 14 de setembro de 2009, que dispõe sobre as atribuições e distribuição de processos nas Promotorias de Justiça, e o Regimento Interno, que define as atribuições da estrutura administrativa para a consecução de seus objetivos institucionais, o quadro abaixo apresenta os principais valores gerados a partir de cada uma das cadeias de valor finalístico.

CADEIA DE VALOR	ÓRGÃOS QUE ATUAM	VALOR GERADO
Atuação em matéria criminal	<ul style="list-style-type: none"> • Procuradorias de Justiça • Promotorias de Justiça Criminal • Promotorias de Justiça Especial Criminal • Promotorias de Justiça do Tribunal de Júri • Promotoria de Justiça de Entorpecentes • Promotoria de Justiça de Execução Penal e Medidas alternativas • Promotorias de Justiça Militar • Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar • Promotoria de Justiça Criminal de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde 	<ul style="list-style-type: none"> • Criminalidade combatida
Atuação em matérias cíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Procuradorias de Justiça • Promotorias de Justiça Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões • Promotoria de Justiça da Fazenda Pública • Promotoria de Justiça de Registros Públicos 	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos • Políticas públicas fiscalizadas
Atuação em matéria infracional e cível da Infância e Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Procuradorias de Justiça • Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude 	<ul style="list-style-type: none"> • Crianças e adolescentes protegidos
Atuação em direitos do cidadão	<ul style="list-style-type: none"> • Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão – PDDC 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania fortalecida • Políticas públicas fiscalizadas
Atuação em direitos individuais indisponíveis	<ul style="list-style-type: none"> • Procuradorias de Justiça • Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação • Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência • Promotoria de Justiça da Pessoa Idosa • Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde • Promotoria de Justiça de Defesa da Educação • Promotorias de Justiça Regionais de Defesa dos Direitos Difusos • Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor 	<ul style="list-style-type: none"> • Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos • Políticas públicas fiscalizadas

CADEIA DE VALOR	ÓRGÃOS QUE ATUAM	VALOR GERADO
Atuação em Meio Ambiente e Ordem Urbanística	<ul style="list-style-type: none"> • Procuradorias de Justiça • Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural – Prodema • Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística – Prourb • Promotorias de Justiça de Defesa da Ordem Tributária – Pdot 	<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente preservado • Patrimônio público protegido
Atuação em Patrimônio Público, Fundações e Ordem Tributária	<ul style="list-style-type: none"> • Procuradorias de Justiça • Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – Prodep • Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social – PJFeis • Promotorias de Justiça de Falências e de Recuperação de Empresas – Profale • Promotorias de Justiça Regionais de Defesa dos Direito Difusos – Proreg 	<ul style="list-style-type: none"> • Patrimônio público protegido • Políticas públicas fiscalizadas
Atuação em Políticas Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo de Direitos Humanos – NDH • Centro de Produção, Análise, Difusão e Segurança da Informação – CI • Núcleo de Controle e Fiscalização do Sistema Prisional – Nupri • Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial – Ncap • Núcleo de Combate à Tortura NCT • Núcleo do Tribunal do Júri e de Defesa da Vida NTJDV • Unidade Especial de Proteção de Dados e Inteligência Artificial Espec • Núcleo de Cooperação Internacional – NCI 	<ul style="list-style-type: none"> • Cidadania fortalecida
Atuação de Combate à Corrupção	<ul style="list-style-type: none"> • Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – Gaeco • Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – Prodep 	<ul style="list-style-type: none"> • Impunidade e corrupção combatidas

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

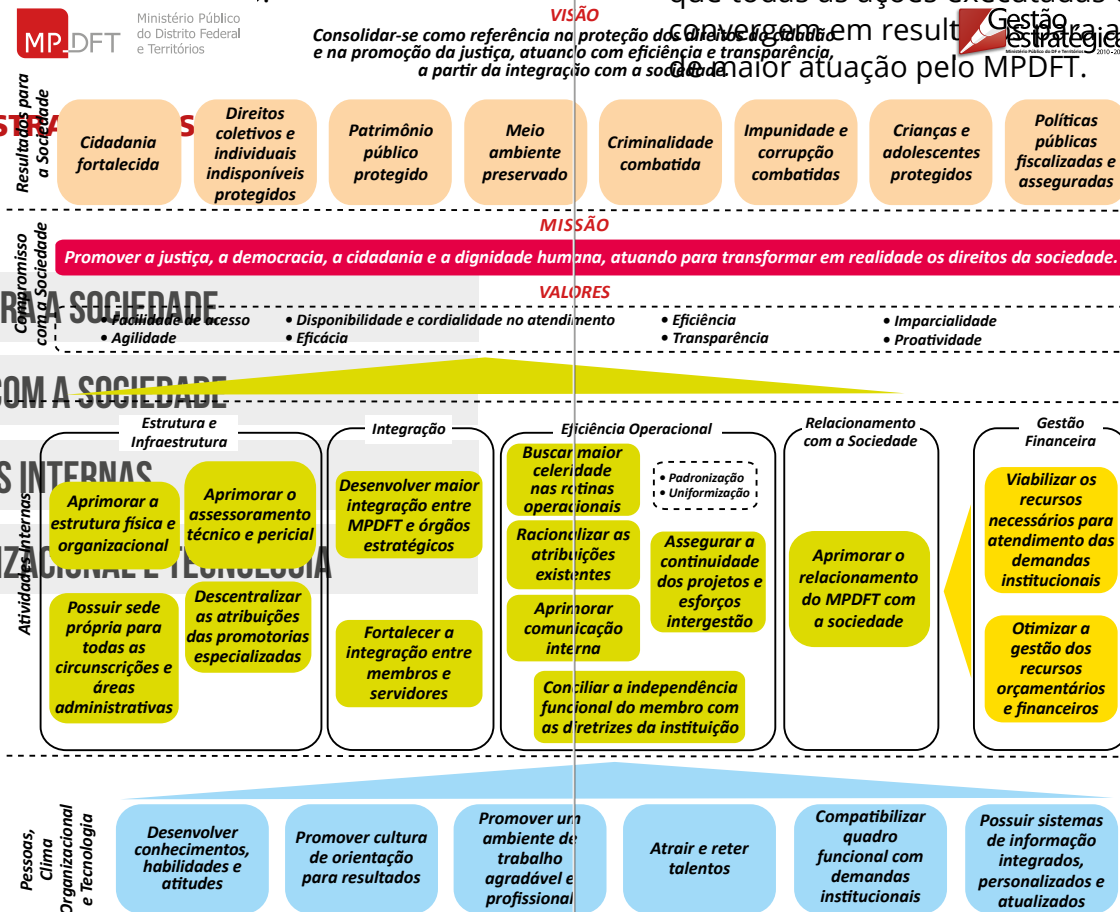
O Planejamento Estratégico do MPDFT 2010-2020 contempla um horizonte de dez anos, estando, em 2018, no seu oitavo ano de execução.

O mapa estratégico do MPDFT contém sua missão e 28 objetivos estratégicos, mensurados por meio de 64 indicadores estratégicos, dois dos quais se referem à medição de alcance da missão.

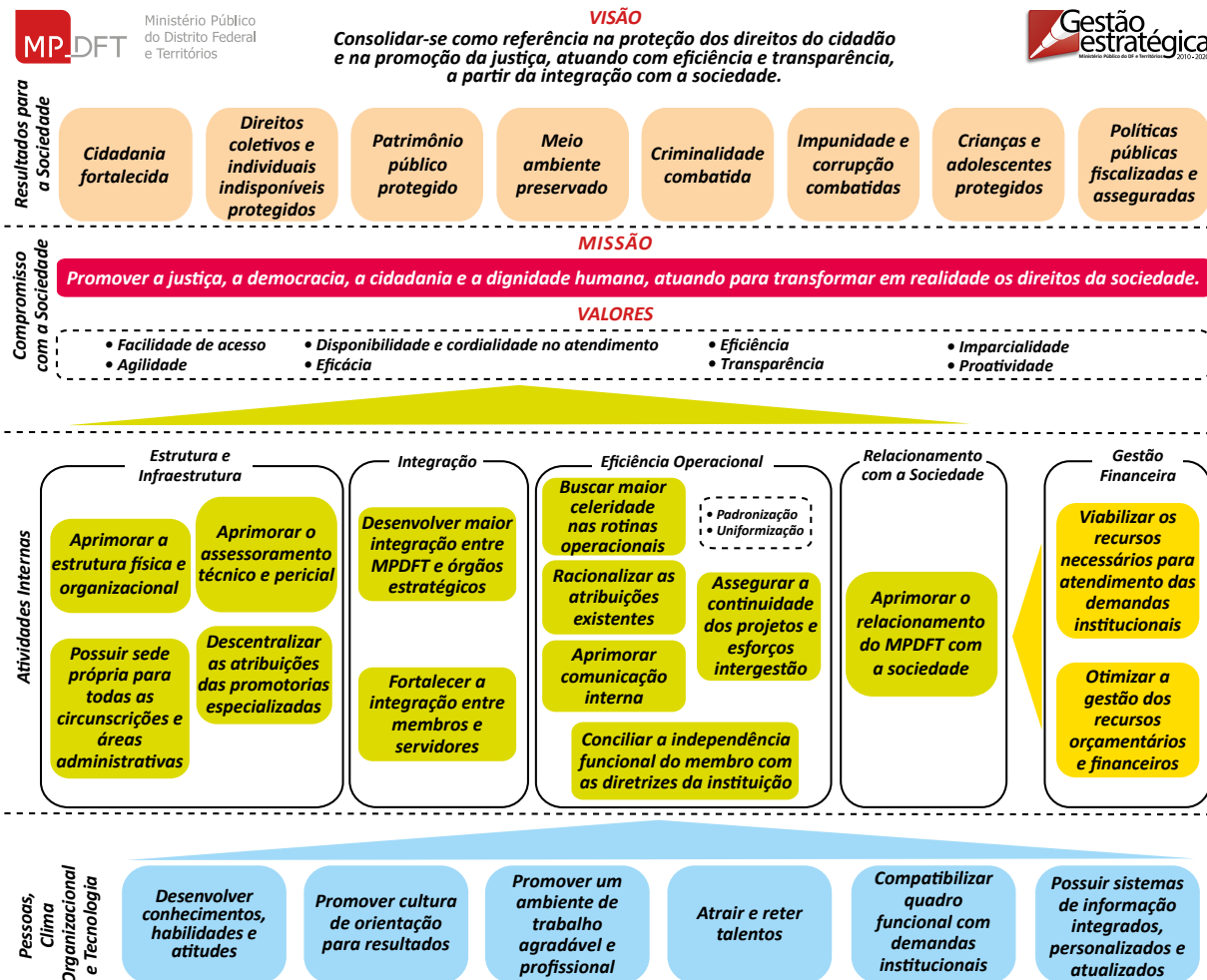
Os 28 objetivos estratégicos estão divididos em quatro perspectivas:

As perspectivas dividem os objetivos estratégicos de acordo com a atuação da instituição e representam o que a organização pretende atingir. Entre as perspectivas, há relação de causa e efeito, de tal modo que todas as ações executadas e alinhadas aos objetivos propostos convergem em resultado para a sociedade, sendo esta a perspectiva de maior atuação pelo MPDFT.

2.1 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



2.2 MAPA ESTRATÉGICO DO MPDFT



Fonte: Secretaria de Planejamento.

O mapa estratégico destaca:

Missão: Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade.

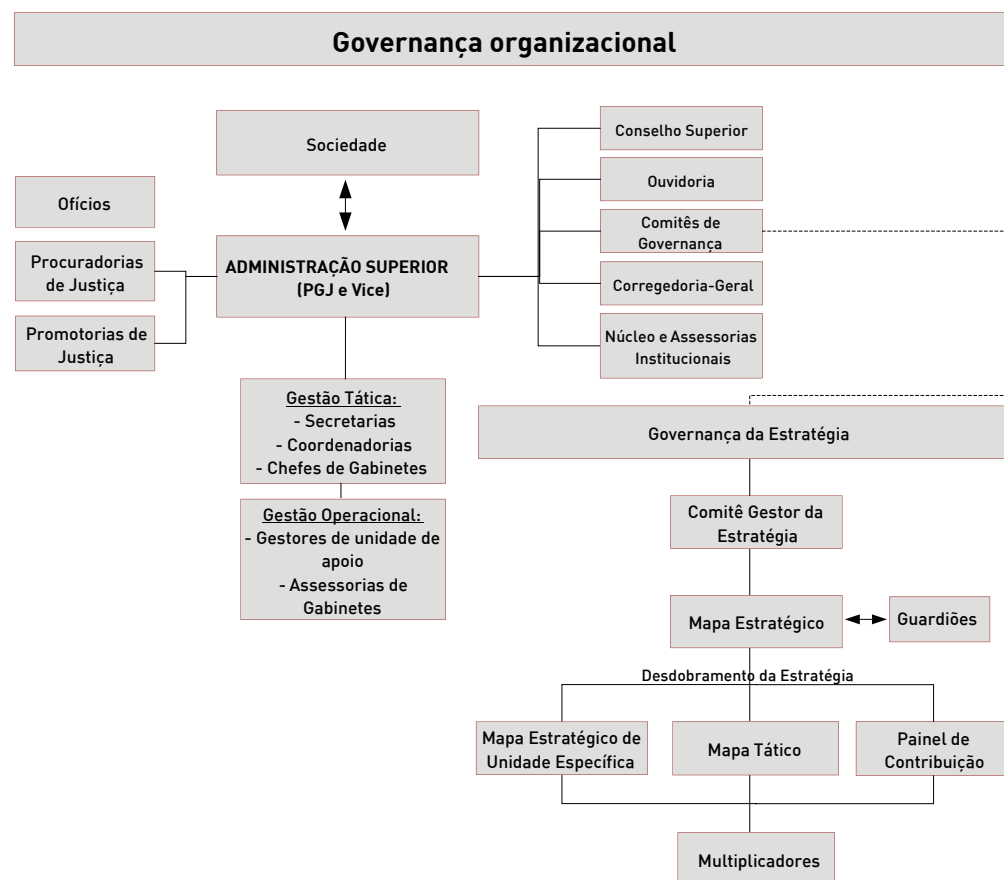
Visão de futuro: Consolidar-se como referência na proteção dos direitos do cidadão e na promoção da justiça, atuando com eficiência e transparência, a partir da integração com a sociedade.

Valores: Facilidade de acesso, agilidade, disponibilidade e cordialidade no atendimento, eficácia, eficiência, transparência, imparcialidade e proatividade.

2.3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A figura a seguir apresenta a estrutura de governança organizacional do MPDFT, com suas instâncias internas de atuação, destacando a **sociedade** como o principal “cliente” do Ministério Público, que tem como papel constitucional promover a Justiça e garantir os direitos da sociedade.

Apresenta-se também, interligado à estrutura, o modelo de governança da estratégia, a qual possibilita a gestão dos trabalhos desenvolvidos e seu alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais.



Fonte: Secretaria de Planejamento.

2.4 MODELO DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA

A governança da estratégia é realizada pelo Comitê Gestor do Planejamento Estratégico do MPDFT, instituído pela Portaria Normativa nº 290, de 16 de dezembro de 2013, e composto pelo procurador-geral de Justiça; vice-procurador-geral de Justiça; vice-presidente do Conselho Superior; corregedor-geral de Justiça; chefe de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e assessor de Políticas Institucionais e assessorado pela Secretaria de Planejamento.

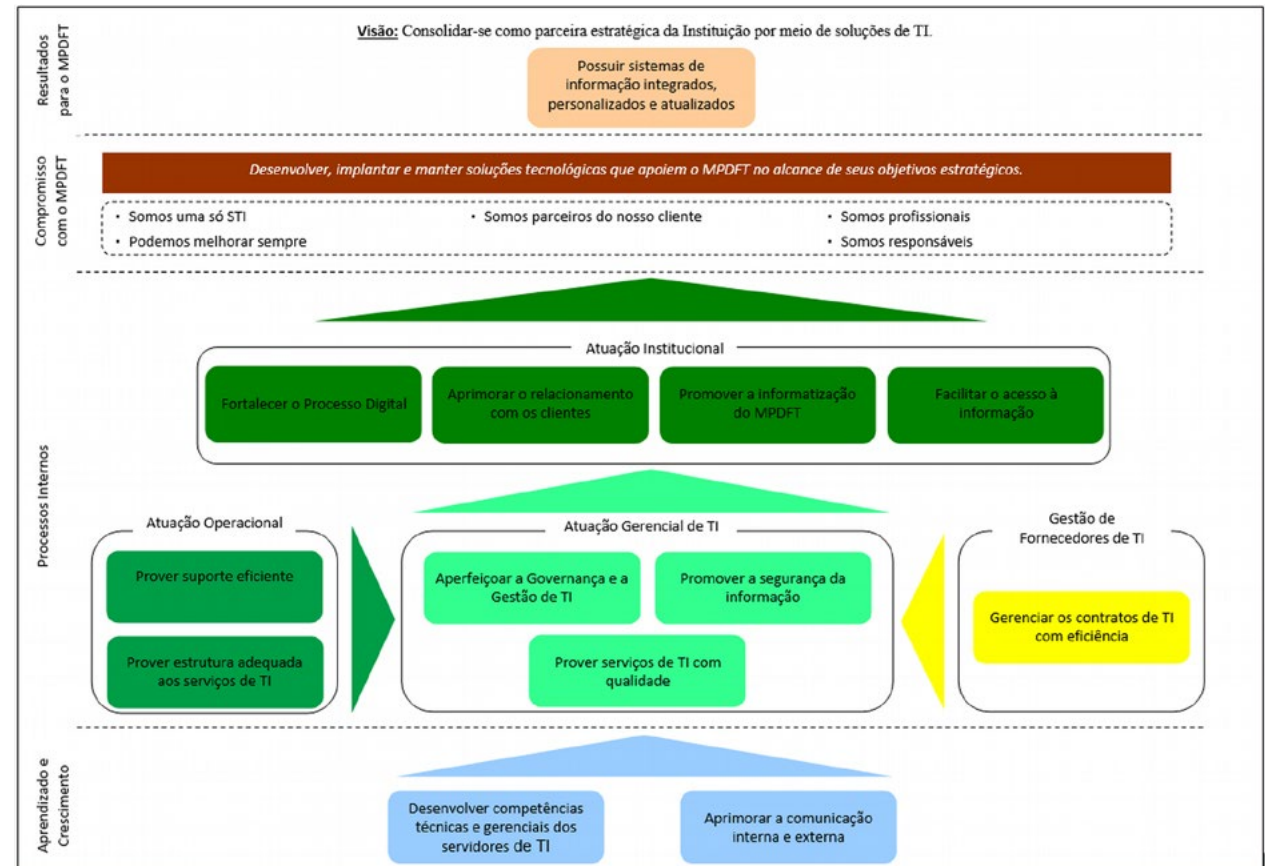
O Planejamento Estratégico do MPDFT tem 28 objetivos estratégicos. Cada objetivo estratégico tem um guardião, pessoa responsável por acompanhar e articular ações para o cumprimento do objetivo.

O modelo de execução do Planejamento Estratégico é feito por meio de instrumentos de desdobramento da estratégia do MPDFT a saber:

- Mapa estratégico de unidades específicas
- Mapa tático
- Painel de contribuição

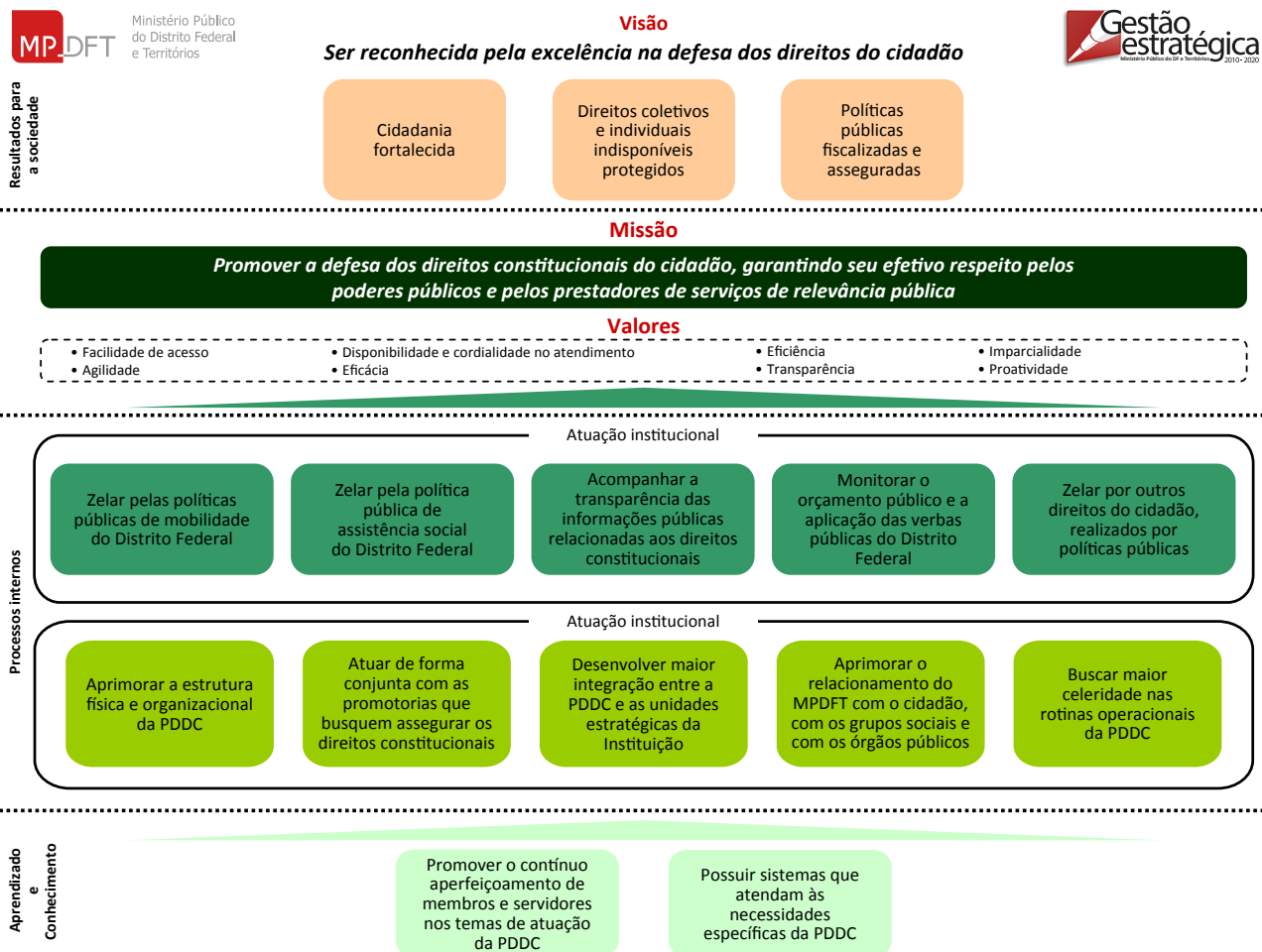
O mapa estratégico de unidades específicas é o desdobramento especial, usado para unidades com contextos estratégicos exclusivos (normas, planos e legislações), com significativo grau de peculiaridade e desafios diferenciados. O MPDFT tem dois mapas estratégicos de unidades: o mapa estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão e o mapa estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação.

Mapa estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão



Fonte: Secretaria de Planejamento.

Mapa estratégico da Secretaria de Tecnologia da Informação



Fonte: Secretaria de Planejamento.

O mapa tático da unidade é o desdobramento da estratégia a médio prazo (2-3 anos), apresenta a escolha de objetivos estratégicos do planejamento institucional desdobrados em objetivos táticos e iniciativas definidas e relacionadas à atuação da unidade.

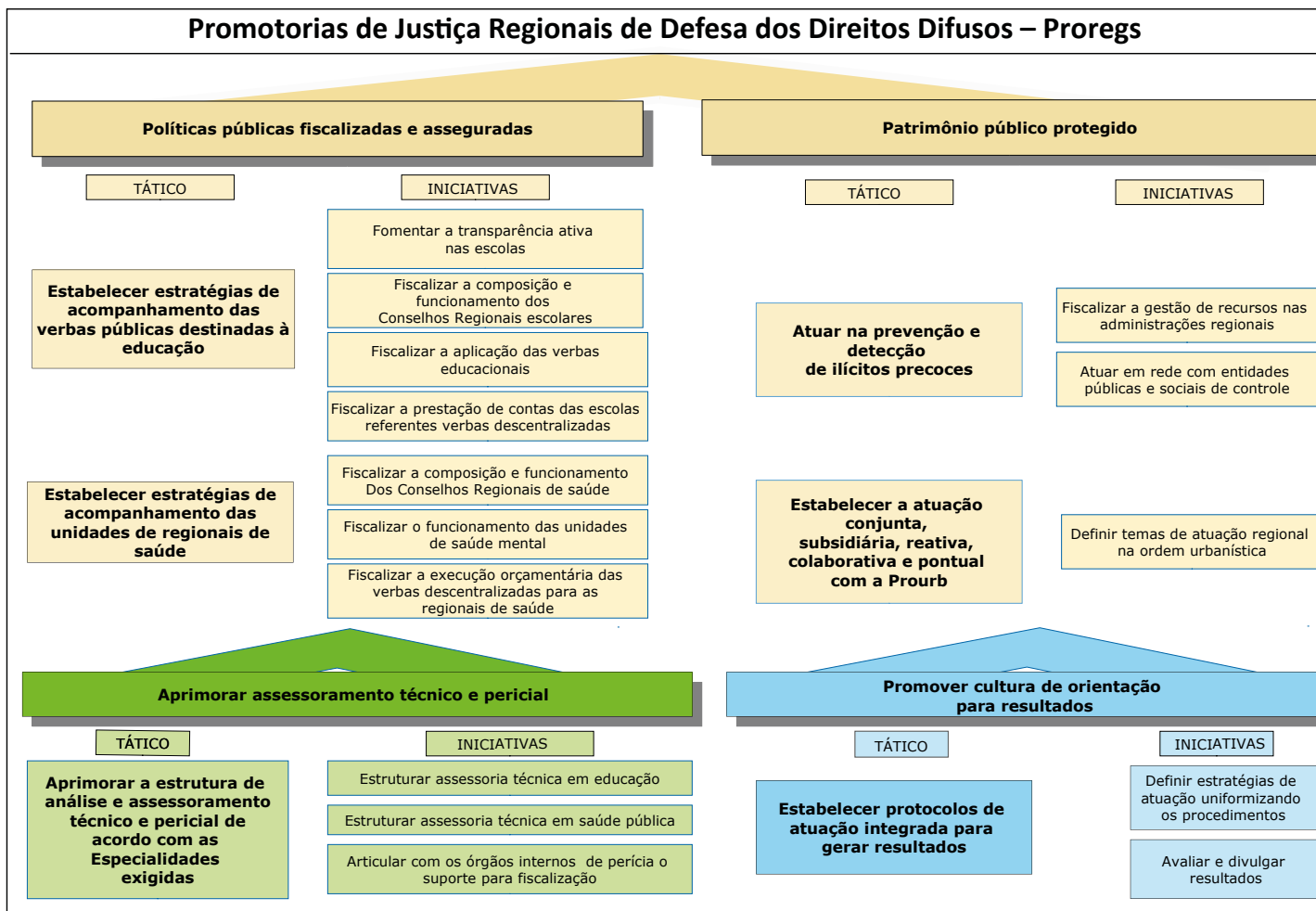
Atualmente, o MPDFT tem dois mapas táticos de unidades: da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social e das Promotorias de Justiça Regional de Defesa de Direitos Difusos.

Mapa tático da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (Prodep)



Fonte: Secretaria de Planejamento.

Mapa tático das Promotorias de Justiça Regional de Defesa de Direitos Difusos (Proregs)



Fonte: Secretaria de Planejamento.

Painel de contribuição

O painel de contribuição é o instrumento anual de desdobramento estratégico, no qual cada unidade de execução seleciona objetivos estratégicos que estejam diretamente relacionados com sua atuação e com que deseja contribuir. Para cada objetivo estratégico escolhido, são listadas as iniciativas e os projetos a serem desenvolvidos. O MPDFT possui, atualmente, **64 painéis de contribuição**.

Por meio dos painéis de contribuição, podemos identificar os objetivos estratégicos que mais foram usados no ano e, assim, acompanhar o desenvolvimento das iniciativas e projetos, monitorando a priorização dos objetivos por parte de cada unidade.

Para acompanhar o desdobramento dos painéis de contribuição, foi estabelecida a figura do multiplicador, pessoa responsável em cada unidade por acompanhar a execução dos planos tático-operacionais. Atualmente temos **132 multiplicadores** na instituição entre titulares e suplentes.

2.5 MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO

Para monitorar a execução dos planos, além de reuniões com o Comitê Gestor e os guardiões, são realizadas reuniões tático-operacionais com a participação da Secretaria de Planejamento e dos membros e servidores de cada unidade.

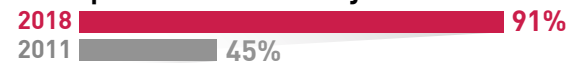
Em 2018, foram realizadas cerca de **61 reuniões tático-operacionais** com as diversas unidades a fim de promover o acompanhamento do desdobramento da estratégia e do desenvolvimento dos projetos. Também foi feita a revisão nas iniciativas elencadas pelas unidades, deixando de constar no painel as rotinas ou demandas que dependem de outras áreas para serem executadas. O alinhamento do trabalho em 2018 observou a qualidade e o real resultado dessas atividades para a sociedade, o que representou um número menor de iniciativas, porém com **mais impacto e efetividade social**.

Foi criada uma lista de objetivos tático-operacionais a fim de padronizar e auxiliar o preenchimento das unidades do planejamento do Painel de 2019 e, conseqüentemente, permitir a **melhoria da qualidade da análise das informações prestadas**.

Desde a elaboração do plano estratégico, houve um **crescimento substancial no monitoramento da execução**. Para tal, foram estabelecidos indicadores para análise do “Cumprimento dos objetivos estratégicos” e indicadores para o tratamento da “Cobertura e cumprimentos dos painéis de contribuição” e da “Adesão à metodologia de projetos”. Com base na análise desses indicadores, temos:

- O **cumprimento dos objetivos estratégicos** teve **crescimento de 102,2%** de 2011 para 2018.

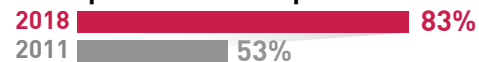
Cumprimento dos objetivos estratégicos



- Na **cobertura do painel de contribuição**, manteve-se a **média de 2011 a 2018 de 94%**.

- O **cumprimento do painel de contribuição** teve **crescimento de 56,6%** de 2011 para 2018;

Cumprimento do painel de contribuição



- Na **adesão à metodologia de projetos**, houve **aumento do número de projetos de 5, em 2011, para 13, em 2018** em conformidade com as normas e diretrizes estabelecidas pela Administração Superior para tratamento de resultados.

Destacam-se, em 2018, o acompanhamento do Mapa Estratégico da Procuradoria Distrital dos Direitos do Cidadão e do Mapa Tático da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, em que **obtivemos 100% e 71% de cumprimento das iniciativas planejadas**, respectivamente.

2.6 RESULTADOS DA GESTÃO

O Planejamento Estratégico, no âmbito do MPDFT, é visto como instrumento dinâmico de gestão, que define a linha de atuação a ser seguida pela organização no cumprimento de sua missão, a cada ano de sua execução, ressaltando a inclusão de novas demandas e alinhando-as ao Planejamento e às prioridades de atuação. Apresentamos abaixo a visão geral do Planejamento Estratégico em 2018.

Gestão Estratégica em números



Somatório de iniciativas por perspectiva do mapa estratégico



2.7 INFORMAÇÕES SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Para o acompanhamento dos **28 objetivos estratégicos** e da **missão institucional**, foram estabelecidos **64 indicadores** (dois indicadores referem-se à medição do alcance da missão).

Os indicadores medem o resultado que a organização está tendo na execução de sua estratégia. Esses indicadores são medidos anualmente, considerando o período de janeiro a dezembro do ano corrente.

A evolução dos resultados obtidos nesses **oito anos de execução do planejamento estratégico**, de forma não apenas quantitativa, mas também com **destaques de programas, projetos, ações e iniciativas** desenvolvidas em cada objetivo estratégico, pode ser observada no Relatório de Gestão Estratégica ano 2018, disponível no site do MPDFT.



Clique aqui e confira o Relatório de Gestão Estratégica ano 2018.

2.8 PROJETOS INSTITUCIONAIS

Para a consecução dos objetivos estratégicos, o MPDFT adotou, ao longo do ano, diversas ações, em especial a execução de projetos institucionais, conforme listados no [Anexo 1](#).

2.9 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Nos últimos anos, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios vem implementando ações de aproximação com a sociedade. O MPDFT possui vários canais de comunicação para se relacionar com os cidadãos, dando publicidade e transparência a informações institucionais, dados oficiais, políticas, projetos e ações formuladas e/ou implementadas pelas promotorias de justiça e demais unidades da instituição.

Além do relacionamento com a imprensa, o MPDFT se comunica diretamente com a sociedade, por meio de seu portal na internet (www.mpdft.mp.br) e de seus perfis nas mídias sociais.

Portal na internet



www.mpdft.mp.br

Redes Sociais



facebook.com/mpdftoficial



twitter.com/mpdft



instagram.com/mpdftoficial



youtube.com/mpdftoficial

Em relação à acessibilidade, o site do MPDFT é **aprovado pela Acessibilidade Brasil** e possui o programa VLibras, que traduz texto da língua portuguesa para a Linguagem Brasileira de Sinais.

A instituição também **atende o público, presencialmente, nas promotorias de justiça e na Ouvidoria**. A Ouvidoria possui, ainda, outros canais de comunicação com o cidadão, como página no Facebook, formulário eletrônico na internet, telefone, coleta em urnas localizadas nas promotorias de Justiça das cidades e carta dirigida à Ouvidoria.

Atendimento pessoal:



- Na sede do MPDFT – sala 138
- Nas cidades do DF – procure a pessoa responsável pelo atendimento ao cidadão em cada promotoria de Justiça do MPDFT



Atendimento telefônico: 0800 6449500 ou 127 (ligação gratuita)



Formulário eletrônico: disponível no site do MPDFT em www.mpdft.mp.br/formulario



Aplicativo MPDFT: disponível gratuitamente na Apple Store ou no Google Play.



Postal: manifestações por carta devem ser enviadas para Eixo Monumental, Praça do Buriti, lote 2, sala 138, Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900



Urnas: nas promotorias de Justiça das cidades do Distrito Federal e em eventos dos quais a Ouvidoria participa



E-mail: ouvidoria@mpdft.mp.br



Horário de atendimento: em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h. O formulário eletrônico está disponível todos os dias, 24 horas.

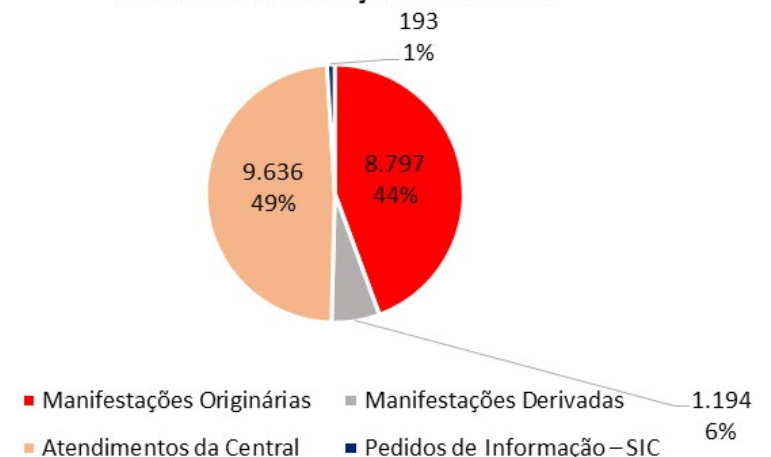
A Ouvidoria presta **dois serviços: registro de manifestações e registro de pedidos de informação**. As manifestações são registros típicos de ouvidoria – reclamações, críticas, sugestões, elogios e denúncias – e são diferentes dos pedidos de informação, que foram instituídos pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).

Todas as informações sobre a Ouvidoria, incluindo os canais de atendimentos e relatórios das atividades da unidade, estão disponíveis em www.mpdft.mp.br/ouvidoria.

2.10 RESULTADOS DOS SERVIÇOS DA OUVIDORIA

Em 2018, a Ouvidoria realizou **19.820 atendimentos**, o que representa uma **média de 81,33 ocorrências por dia útil**. Os atendimentos estão assim divididos:

Resultados dos serviços da Ouvidoria



Relatório estatístico: Situação/Anual/2018.
Fonte: Secretaria Tecnologia de Informação.

Manifestações originárias

Os canais de atendimento para o recebimento de manifestações pela Ouvidoria podem ser de várias formas:

- Atendimento pessoal: efetuado, em dias úteis, das 12h às 18h, na Sede do MPDFT, sala 138, além do Serviço de Triagem, vinculado administrativamente a cada Coordenadoria Administrativa das cidades satélites e funcionalmente à Ouvidoria)
- Atendimento telefônico: efetuado, em dias úteis, das 12h às 18h, pelo contato 3343-6500
- Formulário eletrônico: www.mpdft.mp.br/formulario
- Postal: remetidas à Sede do MPDFT, sala 138
- Urnas: presentes nas Coordenadorias Administrativas das cidades e eventos dos quais a Ouvidoria participa
- E-mail: ouvidoria@mpdft.mp.br



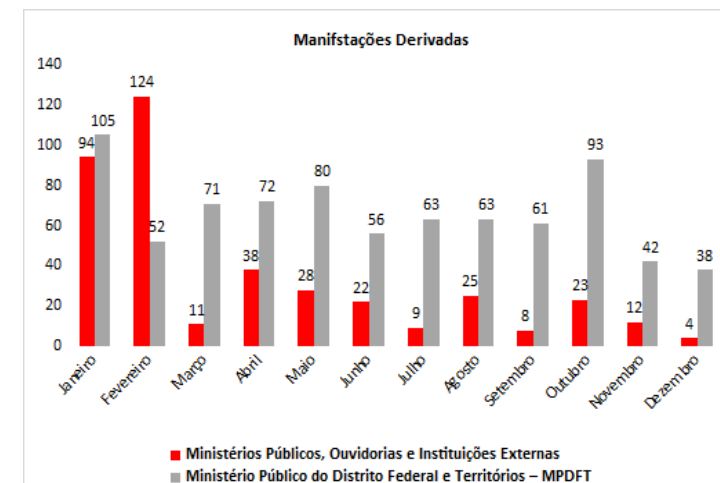
Relatório estatístico:
Situação/Anual/2018.

Fonte: Secretaria
Tecnologia de Informação.

- Quanto à classificação das manifestações originárias, ressalta-se que grande parte se refere à “Denúncia”, com 4.057 ocorrências (46,12%); à “Solicitação de providências e/ou Informação”, com 3.657 ocorrências (41,57%) e à “Reclamação”, com 887 ocorrências (10,08%). Por fim, as demais totalizam 196 ocorrências (2,23%), que se classificam em “Elogios”, com 91 ocorrências; “Sugestão”, com 49 ocorrências e “Críticas”, com 56 ocorrências.

Manifestações derivadas

As manifestações derivadas resultam das manifestações originárias: reabre-se a demanda e se inicia um novo processo de trabalho dentro da Ouvidoria. No ano, foram recebidas 1.194 respostas de manifestações iniciadas nesta Ouvidoria. Dessas, 398 foram oriundas de outros Ministérios Públicos, Ouvidorias e instituições externas, e 796 do MPDFT.

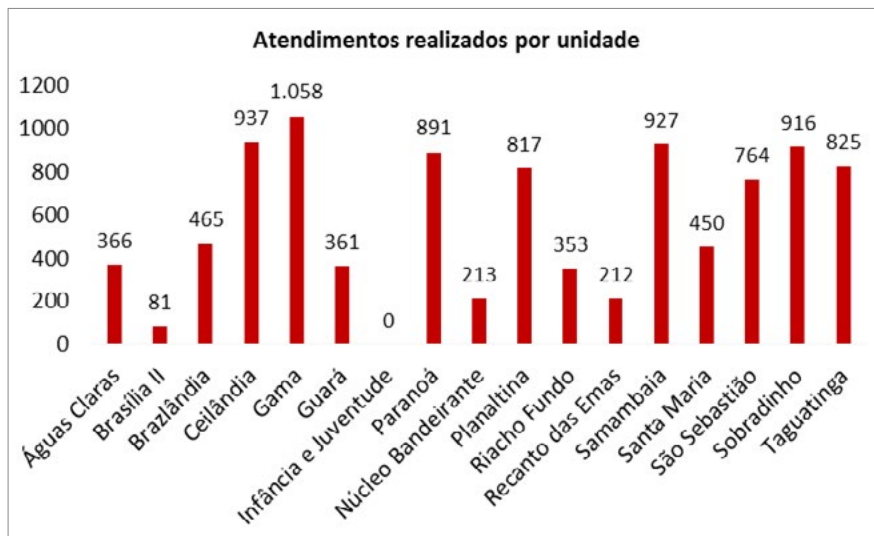


Relatório estatístico:
Situação/Anual/2018.

Fonte: Secretaria
Tecnologia de Informação.

Atendimentos da Central

À Central de Controle e Informações para Atendimento ao Cidadão compete gerir o Sistema de Atendimento ao Cidadão, promovendo a uniformização de procedimentos nos Serviços de Triagem realizados em cada Unidade do MPDFT. Portanto, participa ativamente desse processo de atendimento realizado, inclusive capacitando servidores designados para atendimento ao público nas cidades. O total de **9.636 atendimentos foram realizados**, distribuídos pelas unidades:



Relatório estatístico: Atendimentos dos setores de triagem/Anual/2018.
Fonte: Ouvidoria.

A unidade da Infância e da Juventude não possui atendimentos registrados, por se tratar de promotoria especializada com público-alvo bem definido, não recebendo demandas que não sejam relacionados à criança e ao adolescente.

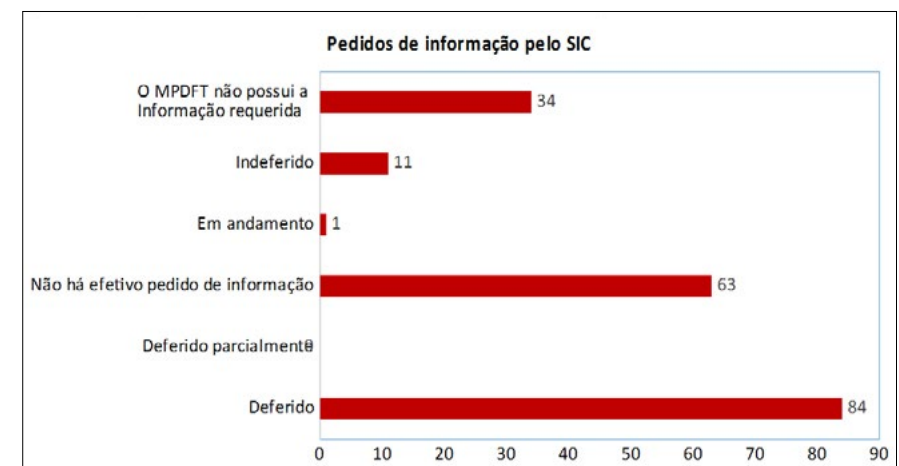
Pedidos de informação

Os canais de recebimento de pedidos de informação mais usados são:

- Atendimento pessoal: efetuado, em dias úteis, das 12h às 18h, na Sede do MPDFT, sala 138
- E-mail: sic@mpdft.mp.br
- Formulário eletrônico: www.mpdft.mp.br/formulariosic.

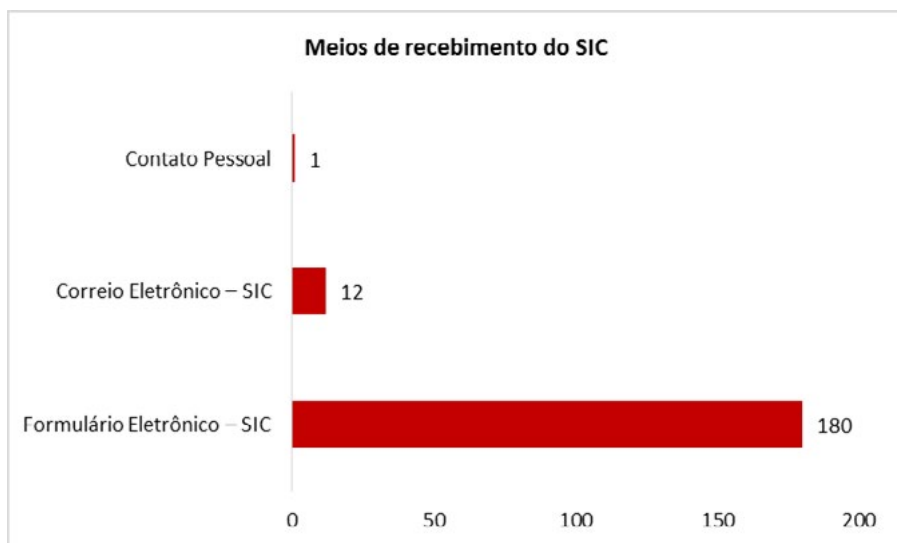
Essas e outras informações (inclusive dados estatísticos) sobre os canais de atendimentos são divulgados por meio de relatórios mensais, os quais são disponibilizados em www.mpdft.mp.br/ouvidoria.

De janeiro a dezembro, foram **recebidos e processados 193 pedidos de informação** pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC/MPDFT. No fechamento do levantamento estatístico do relatório anual, **192 requerimentos se encontram com o processamento concluído**. O tempo médio de atendimento aos requerimentos foi de **4,15 dias**.



Relatório estatístico: Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/Anual/2018. | Fonte: Ouvidoria.

Em relação ao meio de recebimento, 180 foram recebidos diretamente pelo formulário eletrônico, 12 foram atendidos via correio eletrônico e um requerimento foi registrado pessoalmente.



Relatório estatístico: Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/Anual/2018. Fonte: Ouvidoria.

A listagem de serviços prestados pelo MPDFT à população está disponível na [“Carta de Serviços ao Cidadão”](#).



2.11 COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Podemos considerar, também, como forma de comunicação com a sociedade, os materiais produzidos pela Secretaria de Comunicação, como cartilhas, cartazes, folders, revistas, entre outros, com o objetivo de **ampliar o grau de conhecimento da sociedade** a respeito da atuação do MPDFT.



Outra forma de relacionamento com a sociedade se dá por meio de realização de **eventos e audiências públicas**. Em 2018, destacaram-se:

- **Programa Pai Legal:** realizado pelas Promotorias de Justiça de Defesa da Filiação (Profide), em cumprimento à Lei 8.560/1992. São aproximadamente seis audiências públicas realizadas por ano no auditório da Sede do MPDFT. São notificadas mães que registraram seus filhos sem a paternidade nos diversos cartórios de registro civil do DF ou que tiveram a carteira de identidade emitida pela Secretaria de Segurança Pública do DF. Em 12 anos, esse projeto do MPDFT realizou 2.270 exames de DNA para famílias carentes.

- **Palestra “Valorize a Vida no Trânsito”:** realizada pela Promotoria de Justiça do Paranoá, a palestra consiste em exposição oral, vídeos, músicas, textos e discussões acerca das infrações e da necessidade de mudança de postura do condutor para melhorar o trânsito. A participação nesse evento se tornou obrigatória para os autores de infrações de trânsito sem vítimas fatais. Ao final do evento os participantes recebem um certificado que deverá ser anexado ao processo a que respondem na vara de trânsito.

- **Cerimônia de formatura da 3ª turma do Projeto Institucional “Vivendo e Aprendendo”:** realizado pela Promotoria de Defesa da Educação (Proeduc). O projeto tem como objetivo oferecer aulas de alfabetização e letramento aos terceirizados do MPDFT. A primeira edição ocorreu em 2014, quando se formaram 33 servidores. Na segunda edição, em 2015, foram 18 formandos, entre funcionários terceirizados do MPDFT e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. A terceira edição do projeto, iniciada em outubro de 2017, ocorreu em parceria com a Coordenadoria Administrativa de Ceilândia e do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e alfabetizou 13 funcionários terceirizados, com cerimônia de formatura em 16 de junho de 2018.

- **O Dia do Meio Ambiente:** realizado pelo Serviço de Gestão Ambiental do MPDFT em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, o evento teve como tema: água e resíduos sólidos – como impactam a sua vida? Foi um momento para debater e buscar soluções para problemas atuais que atingem o Distrito Federal quanto à água e aos resíduos.

- **4 anos do Processo Judicial Eletrônico – PJe:** o evento teve como objetivo celebrar os quatro anos de implantação do processo eletrônico no Ministério Público. Foi importante para consolidar o trabalho, divulgar as próximas etapas e buscar aderência de maior número de membros e servidores ao processo de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no âmbito da Justiça local. A implantação do PJe no âmbito do MPDFT propicia celeridade, segurança nos procedimentos e mais acesso às informações, além de economia de recursos pessoais e financeiros.

- **I Seminário de Autocomposição do MPDFT– construindo uma cultura de paz:** evento realizado pela Coordenadoria Executiva de Autocomposição do MPDFT, teve como objetivo difundir a autocomposição e a cultura de resolução consensual de conflitos na sociedade.

- **Ordem do Mérito MPDFT:** a Ordem do Mérito Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foi criada pela Resolução nº 39 de 9/12/2002, do Conselho Superior. Atualmente é a Resolução nº 235, de 14/9/2017, que regulamenta a entrega das condecorações, as quais se destinam a agraciar pessoas ou entidades que tenham contribuído, de forma excepcional e destacada, para o aprimoramento ou a consolidação da boa imagem da Justiça ou do Ministério Público, ou atuado, de modo particularmente exemplar em benefício da sociedade. Em 2018, o MPDFT entregou 32 medalhas a diversas autoridades que se destacaram na sociedade, prestando grandes serviços.

- **Posse de Promotores de Justiça Adjuntos:** o MPDFT deu posse a 30 novos promotores de Justiça adjuntos entre 2017 e 2018 ampliando, assim, sua capacidade de atender melhor a sociedade. Os novos membros integram a carreira com a missão de servir e fiscalizar o cumprimento das normas em todas as áreas, proporcionando ao cidadão, a certeza de igualdade de direitos e cumprimento de deveres por parte do Estado.
- **Audiência Pública “Violência Obstétrica – direito à saúde e à informação”:** O Núcleo de Gênero e a 3ª Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (Prosus) realizaram essa audiência, com o objetivo de viabilizar a formulação de estratégias de promoção e proteção dos direitos das mulheres, em especial o direito à atenção obstétrica e neonatal humanizada e de qualidade. Participaram da audiência pública representantes da Secretaria de Estado de Saúde, do Conselho Regional de Medicina, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, da Defensoria Pública do Distrito Federal, da Associação de Doulas do Distrito Federal, além de ONGs e estudantes.
- **Projeto Jovem Ouvidor:** projeto que visa a estimular ações de gestão participativa nas unidades escolares e a sensibilização da comunidade escolar para ampliação e consolidação de ações que visem ao protagonismo juvenil nas unidades escolares do Distrito Federal e na comunidade. Em 2018, foram realizadas 25 palestras em escolas públicas do Distrito Federal.
- **Súmulas Trimestrais da Ouvidoria:** projeto que contempla os assuntos mais demandados à Ouvidoria, trazendo análise crítica de dados e providências adotadas pela Ouvidoria do MPDFT. (Projeto premiado em 2016 pela Associação Brasileira de Ouvidores – ABO).

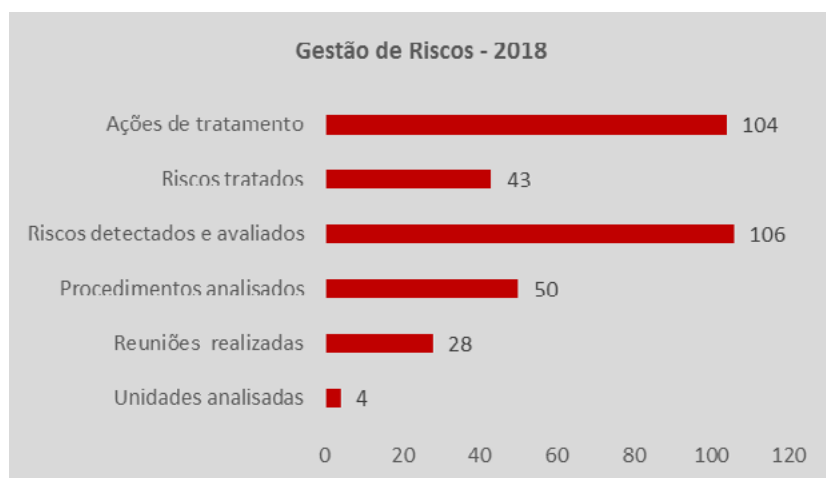
- **Palestra “A Interação das Ouvidorias com o Programa de Integridade”:** ministrada pela ouvidora, Rose Meire Cyrillo, no II Seminário Goiano de Ouvidorias, MP-GO, em 15/8/2018.
- **Ouvidoria Itinerante:** no segundo quadrimestre de 2018, foram visitadas 15 Coordenadorias de Promotorias de Justiça. Uma vez que as Unidades de Triagem e atendimento ao público são funcionalmente vinculadas à Ouvidoria, foram abordadas dúvidas e detalhes sobre procedimentos administrativos. Também foram coletados relatos sobre obstáculos e desafios de cada local de trabalho. Com todo o material em mãos, foi realizada a formatação de um novo Roteiro de Atendimento, integralmente desenhado para facilitar e reuniformizar os trabalhos dos servidores das Salas de Triagem das unidades das cidades do DF.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos do MPDFT tem suas atividades gerenciadas pela Assessoria Especial, vinculada à Secretaria-Geral do órgão. Essa estrutura foi criada em setembro de 2017, visando a dar início a uma cultura institucional de “olhar” os processos de trabalho de forma sistematizada, sob a ótica da prevenção dos riscos.

O MPDFT criou, a partir das principais teorias que tratam do assunto, uma metodologia própria, que vai ao encontro das características e necessidades da instituição, e deu início ao processo de gestão de riscos, por meio de um projeto-piloto realizado junto à Consultoria Jurídica (Conjur), com o objetivo de aprimorar a metodologia idealizada, para então expandir o trabalho a todas as unidades do MPDFT.

Assim, os trabalhos de análise e tratamento dos riscos foram iniciados, em março de 2018, e estenderam-se por todo o ano, gerando os seguintes números:



Fonte: Assessoria Especial da Secretaria-Geral.

Na metodologia empregada, cada processo desenvolvido pela unidade é avaliado, a fim de detectar riscos que possam comprometer o trabalho, bem como o alcance dos objetivos institucionais. As opções de tratamento disponíveis incluem ações que possam: mitigar, transferir, eliminar ou aceitar os riscos. A escolha da opção de tratamento considera dois importantes fatores sobre possíveis eventos futuros: probabilidade e impacto, os quais são avaliados e cruzados, para então indicar o nível do risco, que será enquadrado, em uma escala numérica de 0 a 10, podendo ser classificado em: muito baixo, baixo, médio, alto ou muito alto:

Avaliação de Risco	Probabilidade				
	1 – Improvável	2 - Pouco Provável	3 – Possível	4 – Provável	5 – Muito Provável
5 – Muito Alto	2	4	6	8	10
4 – Alto	1,6	3,2	4,8	6,4	8
3 – Médio	1,2	2,4	3,6	4,8	6
2 – Baixo	0,8	1,6	2,4	3,2	4
1 – Muito Baixo	0,4	0,8	1,2	1,6	2

No tratamento dos riscos, a seleção das opções mais viáveis deve ser baseada na ponderação entre: custos, esforços de implantação e benefícios esperados. Nesse sentido, a gestão de riscos encontra-se em conformidade e interage com o planejamento estratégico, na medida em que a organização, ao identificar e tratar os riscos, aumenta a probabilidade de alcançar os objetivos definidos.

Ainda, metodologicamente, com vistas ao correto gerenciamento de riscos, devem ser implantadas três linhas de defesa, com diferentes níveis de responsabilidade, que permitam a execução do gerenciamento de riscos de maneira eficaz. A primeira linha é de responsabilidade direta do gestor dos processos, o qual fica responsável pelo monitoramento e controle dos riscos. Já a segunda instância, deve ser composta pelas linhas hierárquicas imediatamente superiores, que garantirão que os processos e controles, apropriadamente desenvolvidos, estejam em prática na primeira linha de defesa e operando com eficácia. Por fim, a terceira linha é formada pela auditoria interna, que presta avaliação independente sobre os processos e controles. Cada uma dessas linhas contribui para a governança organizacional saudável, garantindo que os objetivos sejam atingidos. Cabe ressaltar que o MPDFT já implantou as duas primeiras linhas de defesa e encontra-se em processo de discussão para a implementação da terceira.

A implantação da gestão de riscos no MPDFT pauta-se na busca de melhores resultados e atendimento das demandas, de forma que atenda aos interesses e expectativas de seus beneficiários, sejam cidadãos ou organizações, com o objetivo maior de criar valor público.

Alguns fatores são impactantes para a gestão de riscos na consecução dos objetivos estratégicos, entre eles:

- Comprometimento dos integrantes da Instituição com as ações de planejamento;
- Recursos orçamentários e financeiros que possam viabilizar a realização das ações estratégicas planejadas;
- Estrutura administrativa adequada; e
- Estabelecimento e amadurecimento de uma cultura de medição e avaliação de resultados.

Na área de gestão de pessoas, em 2018, foram instauradas 12 comissões de sindicância no MPDFT. Dessas, 4 foram instauradas para apurar danos ao erário e 8 para apurar faltas administrativas. Das comissões de sindicância finalizadas em 2018, 6 foram arquivadas e 3 resultaram na penalidade de advertência.

RESULTADOS DA GESTÃO

No período de execução do Planejamento Estratégico 2010-2020, ocorreram situações atípicas que fizeram que o trabalho se adaptasse a restrições orçamentárias e financeiras e, ainda assim, conseguiu-se que todas as ações e iniciativas pudessem, de alguma maneira, se concretizar para que fossem atingidos os resultados esperados dentro de cada objetivo estratégico, de forma plena e transparente, empregando, como alternativa, estratégias de soluções em momentos de crise.

As adaptações operacionais que se fizeram necessárias não impediram a consecução de 91% das iniciativas previstas, sendo importante ressaltar que 44% dessas iniciativas estão na perspectiva do planejamento estratégico voltada para “Resultado para a sociedade”, que na verdade, são os grandes passos dados para atingir a nossa missão institucional de “Promover a Justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade”.

Os objetivos estratégicos, as ações e iniciativas, os resultados obtidos ao longo dos anos, bem como os destaques dados em cada um dos objetivos relacionados aos “Resultados para a sociedade”, podem ser verificados no Relatório de Gestão Estratégica do MPDFT.



Clique aqui e confira o Relatório de Gestão Estratégica ano 2018.

Destaque especial para o objetivo “Cidadania Fortalecida” que teve a **contribuição de aproximadamente 63% dos ofícios** do MPDFT.

Somatório de iniciativas por perspectiva do mapa estratégico



Fonte: Secretaria de Planejamento.

Outro ponto relevante em 2018 foi o **redimensionamento da forma de tratamento das informações**, após 3/4 de execução do planejamento proposto, tendo como foco a **consolidação da cultura de planejamento orientada para resultados**. Para isso, se fez necessário trazer, a todos os integrantes desse processo de planejamento, os conceitos de iniciativa, demanda e rotina. Nessa linha, optou-se por eliminar as rotinas e demandas que até o momento eram registradas como forma de reforçar a cultura de planejar.

Dentro dessa nova perspectiva de trabalho, constatou-se uma diminuição significativa no número de iniciativas na análise evolutiva, mas também **se destaca uma evolução na qualidade dos programas, projetos e ações que se apresentaram**, visto que, no ano de 2018, o MPDFT foi contemplado com três prêmios no “Prêmio do Conselho Nacional do Ministério Público”, mostrando, assim, um MPDFT muito mais proativo e assertivo na consecução de sua missão e na busca da visão de futuro.

É notório quando um processo de planejamento atinge um grau de sucesso, pois os desafios se tornam cada vez mais evidentes. Em 2019 e no ano de 2020, há que se desenhar o novo projeto de gestão estratégica para os próximos dez anos (2020-2029), com uma visão cada vez mais focada em proatividade, resolutividade, transparência, inovação e cooperação nas ações perante a sociedade. Para isso, é importante se adaptar e se estruturar na evolução digital com os recursos tecnológicos e de pessoas disponíveis, firmando competências, mesmo tendo de realizar a gestão de riscos esperados, por meio dos limites apresentados, principalmente orçamentários e financeiros, que são a base para viabilizar a realização e o alcance dos resultados.

Pode-se afirmar, então, que a **gestão estratégica no MPDFT tem obtido um êxito considerável, destacando-se, principalmente, pela evolução no cumprimento dos objetivos estratégicos**.



DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL Wagner de Castro Araújo

A implantação da Emenda Constitucional nº 95/2016 e a consequente fixação de um teto orçamentário para a execução da despesa pública exige da Gestão Pública um foco ainda mais acurado no planejamento e na adequada tomada de decisão tendo em vista a necessidade de esforços



contínuos para otimização e automação dos processos de negócios, adequação de espaços acessíveis, dimensionamento da força de trabalho, contratações sustentáveis, adoção de medidas de desburocratização e promoção da inovação, ainda que com recursos escassos.

Nesse contexto, a Secretaria-Geral (SG) desempenha papel fundamental no planejamento, coordenação, orientação, controle e supervisão das atividades das unidades administrativas do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), sem olvidar da realização de Gestão por Competências, objetivando captar, desenvolver e avaliar, nos diferentes níveis da organização, as competências, habilidades e atitudes necessárias à consecução dos resultados esperados pela sociedade.

Para tanto, a SG compreende as seguintes unidades: Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Atendimento à Saúde, Secretaria de Administração, Secretaria de Tecnologia da Informação, Secretaria de Projetos e Obras, Secretaria de Licitação, Plan-Assiste, Seção de Controle de Diárias e Passagens, Secretaria do Gabinete, Assessoria Especial e Consultoria Jurídica. Cada qual com objetivos que visam a mais eficiência nas atividades desenvolvidas pelo órgão, que tem como missão: **“Promover a justiça, a democracia, a cidadania e a dignidade humana, atuando para transformar em realidade os direitos da sociedade.”**

Cumpra à SG manter a equipe motivada e comprometida com a formulação de ações que agreguem valor aos serviços e às relações intra e interinstitucionais, fomentando o diálogo e disseminando boas práticas de governança e gestão, atuando continuamente para um planejamento estratégico com foco em **resultados que se alinhem com a missão, os valores e a visão de futuro da Instituição.**

A partir do apoio dessas unidades, o secretário-geral presta assistência direta e imediata à Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) na definição de diretrizes e implementação de ações; cumpre e faz cumprir as decisões, determinações e instruções administrativas da Administração Superior; submete à aprovação da PGJ a programação orçamentária e financeira e o plano interno do MPDFT; baixa atos normativos de caráter administrativo nos assuntos de competência da unidade ou de competência delegada, bem como pratica todos os demais atos de administração necessários à operacionalização dos serviços de apoio técnico-administrativo; homologa, revoga e anula os processos licitatórios, bem como ratifica a declaração de dispensa e inexigibilidade de licitação; analisa, aprova e celebra contratos, acordos e convênios a serem firmados pela instituição (REGIMENTO INTERNO MPDFT, 2019).

A gestão da crise pela SG no enfrentamento à restrição orçamentária imposta pela supracitada emenda ensejou a priorização dos investimentos e medidas de redução de custos, com renegociação de preços e percentuais de reajustes contratuais, redimensionamento dos contratos de prestação de serviços com fornecimento de mão de obra terceirizada e de menor aprendiz, suspensão do programa de estágio, devolução de prédios locados, redução pela metade das ações de comunicação, diárias e passagens, racionalização de insumos e recursos em geral, como combustível, materiais de expediente, processamento de dados, copa, telefonia, água e energia elétrica, enfim, a diminuição de gastos gerais do órgão, em conformidade com os limites orçamentários disponibilizados pela Secretaria de Orçamento Federal.

Declaração do secretário-geral, Wagner de Castro Araújo

Essas ações coordenadas permitiram, ainda, o cumprimento dos **objetivos estratégicos** dos quais o secretário-geral é o guardião. O primeiro deles, **na perspectiva “atividades internas – estrutura e infraestrutura”**, volta-se ao aprimoramento da estrutura organizacional, provendo infraestrutura física e tecnológica (mobiliários, equipamentos de informática e recursos materiais) adequadas às atividades e à quantidade de servidores de cada unidade, de forma a agilizar o atendimento de demandas e apoiar a tomada de decisões, bem como adequar a estrutura administrativa ao crescimento da organização. No ponto, verificou-se aumento percentual, relativamente ao exercício de 2017, no índice de adequação da estrutura administrativa, que passou de 88% a 97%, em 2018, além da manutenção do mobiliário em 100%, se comparados os dois exercícios financeiros. O índice de modernização tecnológica sofreu decréscimo de 25 pontos percentuais, reflexo da restrição orçamentária e financeira registrada.

O segundo objetivo estratégico, **na perspectiva “atividades internas – gestão financeira”**, diz respeito à otimização da gestão dos recursos orçamentários e financeiros, primando pela redução de tempo, desburocratização e melhor acessibilidade do gasto dos recursos orçamentários e financeiros. No que se refere ao indicador agilidade e abertura dos processos licitatórios, o MPDFT manteve o prazo de 39 dias na realização de licitações, enquanto mensurou redução no número de processos licitatórios de 77,9% para 76,5%. **O índice de execução do Plano Interno** teve pequena redução de 1,69 ponto percentual, tendo sido ordenados 97,92% do orçamento disponibilizado ao MPDFT, o que é bastante satisfatório, considerados os cenários econômico e fiscal atuais.

O terceiro e último objetivo, compreendido **na perspectiva “pessoas, clima organizacional e tecnologia”**, refere-se à compatibilização do quadro funcional com as demandas institucionais, consistente em aperfeiçoar a lotação dos servidores de acordo com seu perfil, atribuições básicas do cargo e demandas das unidades administrativas, além de equilibrar a quantidade de

servidores de acordo com a demanda de trabalho, auferindo-se 68,1% de vagas preenchidas no quadro do órgão, menor que os 72,8% de 2017.

Em que pese a adequada atuação do MPDFT perante a sociedade, a partir do trabalho de todo o órgão e, notadamente, das unidades que desenvolvem suas tarefas com a SG, existem grandes desafios nessa ordem, materializados na diminuição da força de trabalho, impulsionada por aposentadorias motivadas pela possibilidade de reforma da previdência, sem a respectiva reposição de servidores, e na restrição orçamentária imposta pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que requer a priorização de ações, mediante conscientização e mobilização dos integrantes da Casa para a busca do equilíbrio orçamentário. Para tanto, foi instituído um grupo de trabalho visando à realização de estudos acerca do dimensionamento da força de trabalho no MPDFT, cujo momento converge para automação de procedimentos administrativos e implementação do processo judicial eletrônico.

Nesse sentido, evidencia-se uma gestão centrada no aperfeiçoamento de sua integridade para o exercício das funções de governança, atenta às diretrizes normativas da Procuradoria-Geral da República, especialmente no que concerne ao poder regulamentar inerente aos atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal do Ministério Público da União, bem como à atuação dos órgãos de controle (Audin/MPU, CNMP e TCU), de modo a mitigar os riscos na execução dos marcos estratégicos gerenciados pela SG.

Assim, consubstanciado na integração das funções de planejamento, orçamento e gestão, de modo a conferir transparência e geração de valor público para a sociedade, direcionando e monitorando as ações do MPDFT, a partir de liderança, controle, estratégia, racionalização e melhoria do gasto público, **declaro o cumprimento satisfatório das metas estabelecidas para o exercício financeiro de 2018, com base na legalidade dos atos, eficiência, eficácia e economicidade na aplicação dos recursos.**

ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

DECLARAÇÃO DO SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Hilton Muniz de Almeida

A Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) integra a estrutura da Secretaria-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), estando suas competências regimentais regidas pela Portaria Normativa nº 519, de 22 de dezembro de 2017.

Desempenha, no âmbito do Ministério Público da União (MPU), a função de unidade orçamentária, estando sujeita à orientação normativa e supervisão técnica dos órgãos centrais dos sistemas de orçamento e finanças da Administração Pública Federal:

- Secretarias de Planejamento e de Orçamento Federal, ambas integrantes da estrutura do Ministério da Economia (ME), responsáveis pelo sistema de planejamento e de orçamento federal; e
- Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda.

A utilização dos recursos orçamentários se dá de forma descentralizada, mediante os planos internos afetos às áreas responsáveis pelo seu gerenciamento, a saber: Tecnologia da Informação, Administrativa, Pessoal, Engenharia, Treinamento e Capacitação, Comunicação, Segurança, Cerimonial e Saúde.

As áreas mencionadas têm autonomia na gestão dos recursos que lhes foram destinados, podendo promover ações que objetivem a redução dos seus custos.

A SOF elabora o Relatório de Acompanhamento de Custos, ferramenta estratégica, que informa aos gestores de recursos e à administração do órgão, como os recursos financeiros disponibilizados estão sendo alocados e que tem,



como objetivo principal, demonstrar o custo que o MPDFT, no cumprimento de sua missão institucional, tem para a sociedade.

A fiscalização contábil se dá por meio da Auditoria Interna do Ministério Público da União (Audin/MPU), órgão central de controle interno, que tem como finalidade planejar, orientar, coordenar e controlar a gestão orçamentária, financeira, patrimonial e administrativa de todos os ramos do MPU, com vistas à aplicação e utilização regular dos recursos e bens públicos.

Nesse aspecto, o MPDFT, no exercício de 2018, atendeu a todas as recomendações, solicitações e notificações apresentadas pelo órgão de controle interno do MPU.

Os trabalhos de competência da SOF estão alinhados com o planejamento estratégico do MPDFT, no sentido de viabilizar os recursos necessários para o atendimento das demandas institucionais, aprovando, para tanto, planos internos com a participação das unidades do MPDFT, objetivando a otimização dos recursos orçamentários e financeiros.

A adoção dessas medidas vai ao encontro das restrições orçamentárias advindas com a edição da Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal, fixando teto de gastos para os próximos anos para as despesas primárias, no âmbito do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União para os Órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União.

Este cenário acarretou repercussões significativas na elaboração e execução do orçamento de 2018, exigindo readequações das programações, bem como decisões relevantes de gestão orçamentária e financeira, que resultaram em elevado percentual (97,92%) de execução orçamentária e financeira, considerando a totalidade das despesas do órgão.

Pelo exposto, **declaro que as informações apresentadas estão em conformidade com as normas de gestão orçamentária e financeira vigentes e sua confiabilidade atestada pelos dados extraídos do sistema Siafi-Tesouro Gerencial.**

5.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A SOF, como responsável pela gestão orçamentária e financeira dos recursos disponibilizados ao órgão, faz a interface com as diversas unidades administrativas e a Administração Superior, com vistas à alocação eficiente e eficaz dos recursos necessários para atender às demandas institucionais.

Com a vigência da EC 95/2016, que trata do novo regime fiscal, o MPDFT tem envidado esforços para o cumprimento do limite individualizado de gastos estabelecido para as despesas primárias.

A dotação orçamentária autorizada pela Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018 (LOA/2018), para a realização das despesas do MPDFT, totalizou R\$ 840.813.961. Com a aprovação de créditos adicionais suplementares, no valor de R\$ 3.014.829, o orçamento elevou para R\$ 843.828.790. No último bimestre, houve o contingenciamento de despesas no valor de R\$ 153.648, o que reduziu a dotação disponível para R\$ 843.675.142.

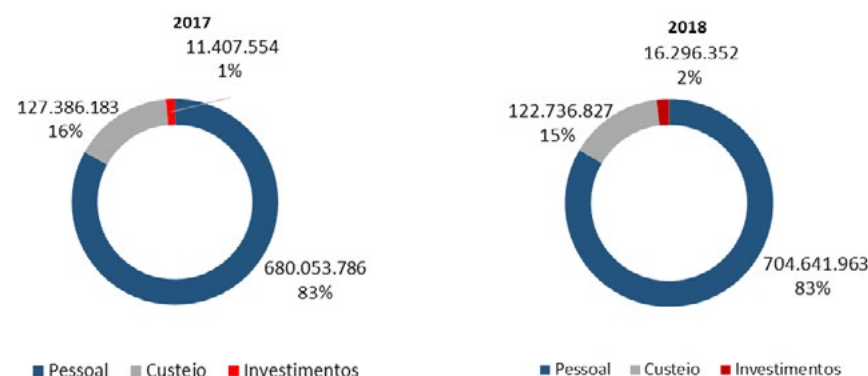
$$\text{R\$ 840.813.961} + \text{R\$ 3.014.829} - \text{R\$ 153.648} = \text{R\$ 843.675.142}$$

Em função das restrições orçamentárias, durante o exercício, foi dada prioridade para o atendimento das despesas obrigatórias, de custeio básico e de funcionamento do órgão, em detrimento das despesas de investimento, exceto obras, em fase de conclusão.

Há que se destacar os impactos orçamentários na execução das despesas do exercício, decorrentes da publicação da EC 95/2016, na medida em que os pagamentos de restos a pagar inscritos (2017) e

reinscritos (2016) utilizam-se de recursos financeiros de 2018, o que impede a realização de despesas próprias desse exercício. Em outras palavras, para cada R\$1,00 pago de “restos a pagar” de exercícios anteriores, deixa-se de efetuar despesa de R\$ 1,00 do exercício de 2018.

Comparativo da distribuição da dotação disponível por grupo de despesa 2017 e 2018



De modo geral, o percentual de distribuição da dotação nos grupos de despesa (Pessoal, Custeio e Investimento) permaneceu constante nos dois últimos exercícios.

Comparativo da dotação disponível e da execução das despesas 2017 e 2018

R\$ 1

Grupo de despesa	2017						2018						Variação % (m)=f/l
	Dotação* (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	RP Pago (e)	% Execução (f)=(d+e)*100/(a)	Dotação* (g)	Empenhado (h)	Liquidado (i)	Pago (j)	RP Pago (k)	% Execução (l)=(j+k)*100/ (g)	
Pessoal	680.053.786	677.813.109	677.234.808	677.234.808	801.935	99,70	704.641.963	688.974.176	688.974.176	688.112.426	469.542	97,72	1,02
Custeio	127.386.183	123.276.215	120.932.267	120.932.267	784.145	95,55	122.736.827	121.880.900	120.111.587	120.111.587	1.082.979	98,74	0,97
Investimento	11.407.554	7.816.146	6.897.596	6.897.596	8.981.513	139,20	16.296.352	15.919.180	15.399.121	15.399.121	946.297	100,30	1,39
Total	818.847.523	808.905.470	805.064.670	805.064.670	10.567.592	99,61	843.675.142	826.774.256	824.484.884	823.623.134	2.498.818	97,92	1,02

Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

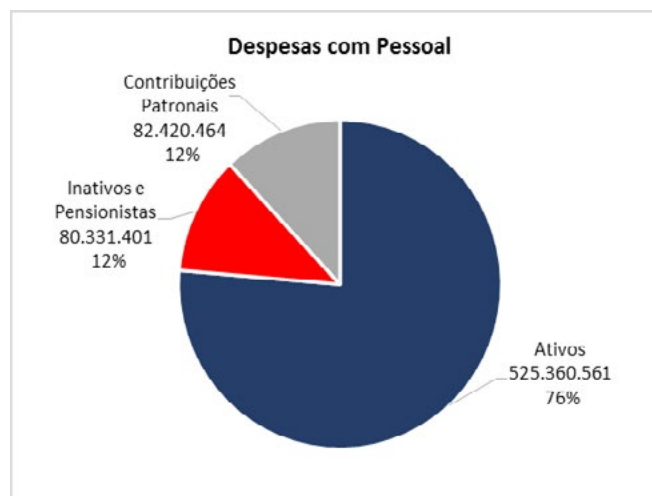
*Dotação Disponível após contingenciamento.

Obs.1: Percentual de execução acima de 100% decorre do pagamento de "Restos a Pagar", com a utilização de recursos financeiros de outro grupo de despesa do exercício atual.

Obs.2: Os valores (dotação, empenhado, liquidado, pago e RP pago) consideram as provisões efetuadas para o MPF, para o pagamento do Plano de Assistência Médica do MPDFT, nos dois exercícios.

Detalhamento das despesas por grupo e elemento de despesa:

Despesas pagas em 2018 – MPDFT

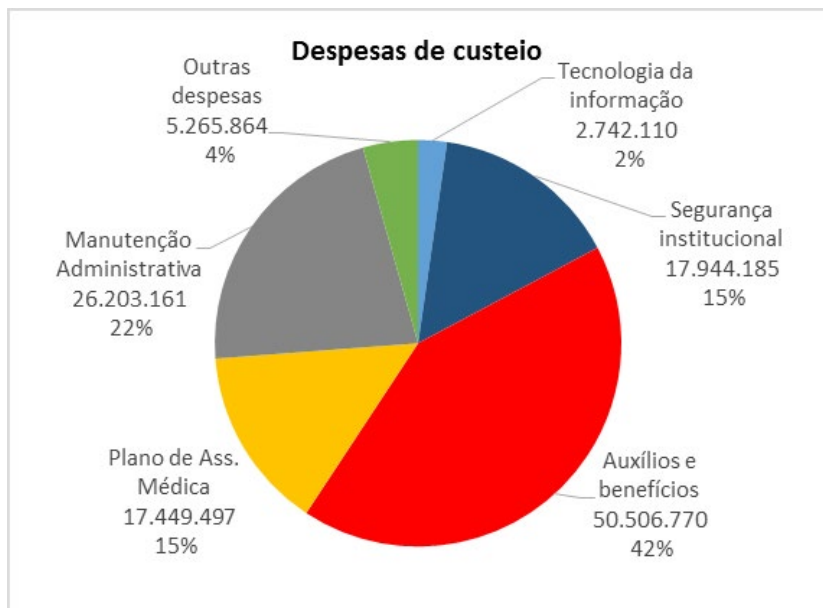


Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

A ligeira elevação das despesas com pessoal em 2018 se deve ao pagamento de duas parcelas relativas ao reajuste da remuneração dos servidores, conforme previsto na Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, relativa ao Plano de Cargos e Salários.

As despesas de custeio englobam os benefícios assistenciais e ajuda de custos correspondendo a 42% do grupo. Em seguida, as despesas com o funcionamento, a manutenção administrativa e a segurança das instalações, indispensáveis para as atividades finalísticas do órgão.

Haja vista a incorporação do Plano de Assistência Médica e Odontológica dos servidores do MPDFT pelo MPF, o qual passou a gerir administrativa e orçamentariamente o plano, a dotação consignada na LOA ao MPDFT para o seu custeio é transferida, por meio de provisão, ao MPF, que é o responsável pelo o pagamento das despesas. Para melhor compreensão, os valores da dotação, empenho e pagamento são registrados como executados pelo MPDFT.



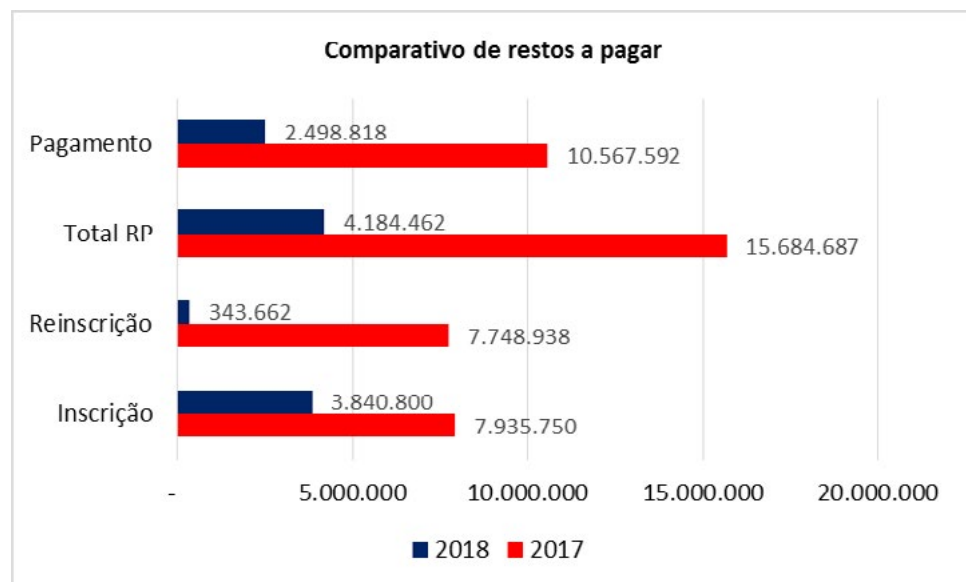
Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

Em 2018, as despesas de investimento foram direcionadas, primordialmente, para a conclusão da obra de construção e instalação da sede da Coordenadoria de Promotorias de Justiça Brasília II, inaugurado no mês de novembro e localizado próximo ao Fórum Desembargador Leal Fagundes Teles, com vistas a ampliar o atendimento de um maior número de cidadãos que buscam os serviços do MPDFT.



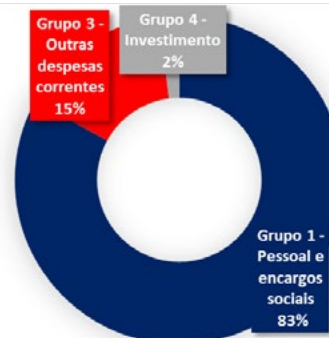
Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

Com o advento da EC 95/2016, e os impactos no orçamento vigente com o pagamento de despesas empenhadas de exercícios anteriores, tem-se observado uma diminuição considerável de inscrição e reinscrição de restos a pagar.



Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

Execução por grupo e elemento de despesa:



Grupo 1

Elemento de despesa	Valor pago R\$ 1
11 - Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	505.291.677
13 - Obrigações patronais	82.420.464
01 - Aposentadorias e reformas	60.048.141
Demais elementos	40.352.143
Total	688.112.426

Grupo 3

Elemento de despesa	Valor pago R\$ 1
37 - Locação de mão de obra	34.326.781
39 - outros serviços de terceiros - PJ	27.343.759
40 - Serviços de tecnol. da inform. e comunicação	2.946.798
Demais elementos	55.494.249
Total	120.111.587

Grupo 4

Elemento de despesa	Valor pago R\$ 1
51 - Obras e instalações	14.098.146
52 - Equipamentos e material permanente	919.413
39 - Outros serviços de terceiros - PJ	230.077
Demais elementos	151.485
Total	15.399.121

Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

Conformidade da gestão orçamentária e financeira:

A SOF, além do atendimento às orientações e diligências contábeis, estabelecidas pela Audin/MPU, com o objetivo de promover a conformidade dos registros contábeis do MPDFT, adota, internamente, controles com vistas ao cumprimento dos limites estabelecidos pela EC 95/2016, relativo à realização das despesas primárias; e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), referente ao montante das despesas com pessoal.

Além disso, há o acompanhamento diário da execução orçamentária e financeira das despesas do exercício e de restos a pagar.

Contingenciamento de despesas:

No mês de novembro, houve o contingenciamento no grupo de despesa – Investimento, no projeto de construção da sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia, no valor de R\$ 153.648.

Medidas mitigadoras para a contenção de gastos:

- Corte na contratação de estagiários de nível médio e redução dos de nível superior;
- Redução do custeio de cursos de pós-graduação;
- Redução do horário de funcionamento dos aparelhos de ar condicionado;
- Mudanças físicas de unidades administrativas e promotorias em imóveis locados para sedes próprias;
- Substituição de lâmpadas fluorescentes por LED.

Riscos de gestão:

- Contingenciamento de despesas em limite insuportável para o pagamento das despesas de custeio básico;
- Ocorrência de despesas não previstas na programação orçamentária, acima do previsto na reserva da SOF.

Principais desafios:

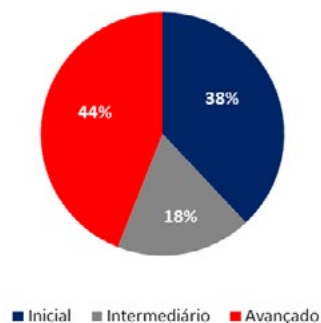
- Manter a estrutura de funcionamento do MPDFT em padrão condizente com a sua missão institucional;
- Atender às demandas das unidades administrativas;
- Manter o controle da execução das despesas primárias, a fim de dar cumprimento aos limites de gastos da EC 95/2016;
- Manter os gastos com pessoal, abaixo do limite estabelecido pela LRF;
- Retomar e concluir a obra de construção da sede da Promotoria de Justiça de Brazlândia.

5.2 GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal:

Todos os atos de gestão de pessoas precisam estar em conformidade com a Constituição Federal, a Lei Complementar nº 75/1993, a Lei nº 8.112/1990 e demais normas aplicáveis. Para tanto, vinculada à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), há uma Subsecretaria de Legislação de Pessoal, a qual, juntamente com a Consultoria Jurídica e a Assessoria Cível e de Controle de Constitucionalidade da Procuradoria-Geral de Justiça, buscam assegurar a devida aplicação das normas.

Estágios de implementação das práticas de governança na gestão de pessoas



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Além do controle interno realizado pela Audin/MPU, o Tribunal de Contas da União realiza o controle externo dos atos de pessoal do MPDFT. Em meados de 2018, foi criado o módulo “Indícios” no Sistema e-Pessoal, por meio do qual são apontadas possíveis irregularidades nos atos de pessoal do órgão. No ano de 2018, 48 indícios foram arquivados e 115 se encontram em monitoramento pelo TCU, após esclarecimentos pelo MPDFT.

Indicadores de conformidade:

- Controle da entrega de Declarações de Bens e Rendas: a Declaração de Bens e Rendas ou o Formulário de Autorização de Acesso aos dados pelo TCU é preenchido juntamente com as documentações necessárias para o ingresso dos novos servidores e membros. Não há pendências em relação a 2018.
- E-pessoal: todos os atos de admissão, desligamento, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União.
- Recadastramento de servidores: anualmente é realizado o recadastramento de todos os servidores do órgão, por meio do qual, além da atualização dos dados cadastrais, são verificadas possíveis acumulações de cargos, empregos ou funções, acumulações com aposentadoria ou pensão, bem como percepção indevida de benefícios.
- Recadastramento de inativos e pensionistas: anualmente é realizado o recadastramento de todos os inativos e pensionistas, oportunidade na qual verifica-se a existência de eventual acumulação indevida.

- Atendimento das solicitações de servidores e membros: em abril de 2018, foi implantada a ferramenta “SGP Atende”, permitindo o atendimento dos servidores e membros do órgão de forma mais ágil e precisa, além do monitoramento dos prazos de resposta. A ferramenta auxilia também a identificação dos temas de maior demanda, o que possibilita o planejamento de ações pela Gestão de Pessoas. Somente em 2018, a partir da implementação da ferramenta, foram registrados 2.977 chamados.

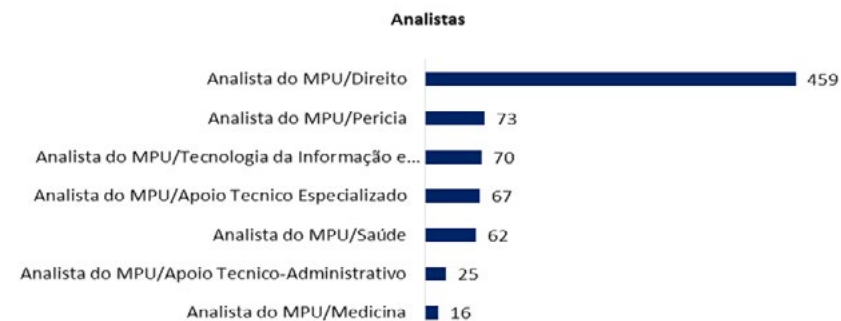
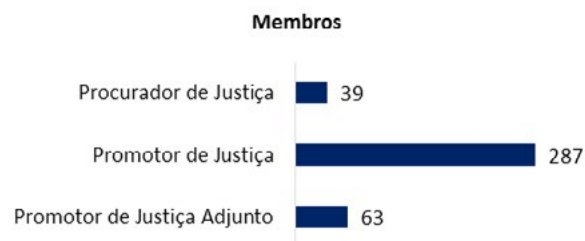
Perfil da força de trabalho:

O quadro de pessoal permanente do MPDFT é composto por três diferentes carreiras:

- Membros do MPDFT;
- Analistas do Ministério Público da União, de nível superior;
- Técnicos do Ministério Público da União, de nível médio.

Por cargo:

As carreiras são constituídas pelos seguintes cargos, com as respectivas quantidades de ocupações em 31/12/2018:



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

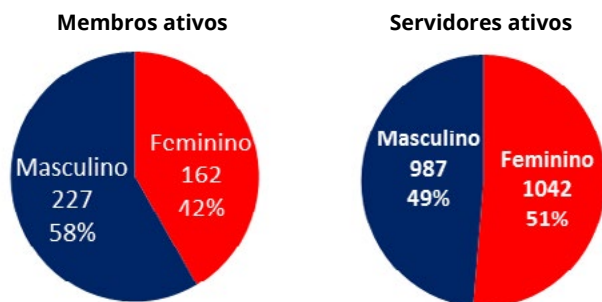
Além dos membros e do quadro permanente de servidores, a instituição conta com servidores de outros órgãos requisitados/cedidos para o MPDFT, pessoal sem vínculo e servidores de outros ramos do MPU em lotação provisória neste ramo. Ao todo, são 389 membros e 2.029 servidores, distribuídos conforme gráficos abaixo. Dos 2.029 servidores ativos, 70, ou seja, 3,45%, são pessoas com deficiência.

Por tipo de vínculo:



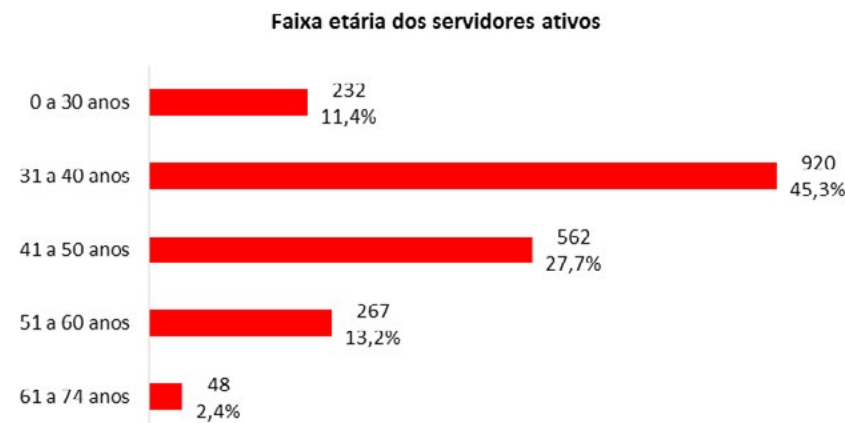
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Por gênero:



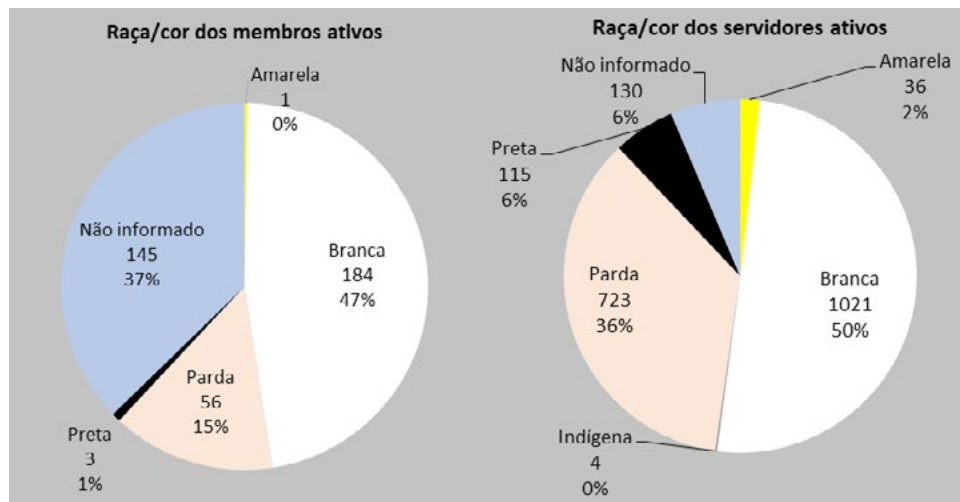
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Por faixa etária:



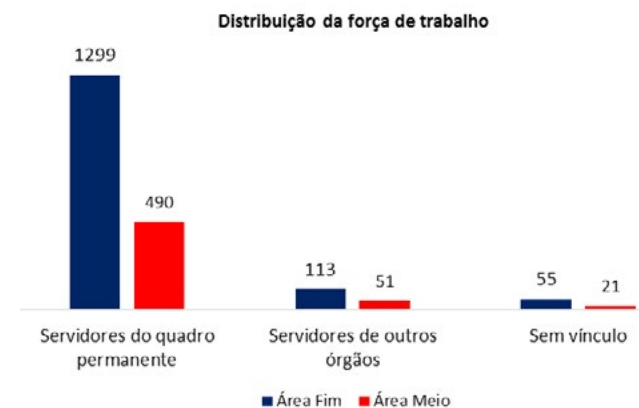
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Por etnia:



Por área de atuação:

A força de trabalho da área-meio corresponde a 27% dos servidores do órgão e a força de trabalho da área-fim, 73%.



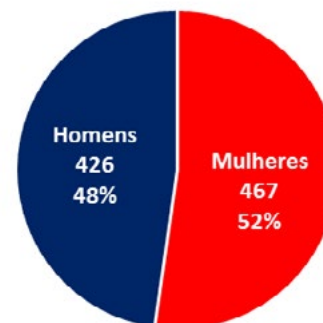
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

Cargos em comissão, por gênero e tipo de vínculo:

Com relação aos cargos em comissão, dos 595 ocupados, 80,2% estão preenchidos por servidores do próprio órgão, o que demonstra a política de valorização dos servidores da Casa. Registra-se, ainda, que apenas 10,3% dos cargos em comissão estão ocupados por pessoas sem vínculo com a Administração Pública.

Dos cargos em comissão e funções de confiança, 893 são gerenciais, com a seguinte distribuição por gênero e vínculo:

Cargos e funções gerenciais - Gênero



Cargos e funções gerenciais - Vínculo



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Evolução do quadro de pessoal:



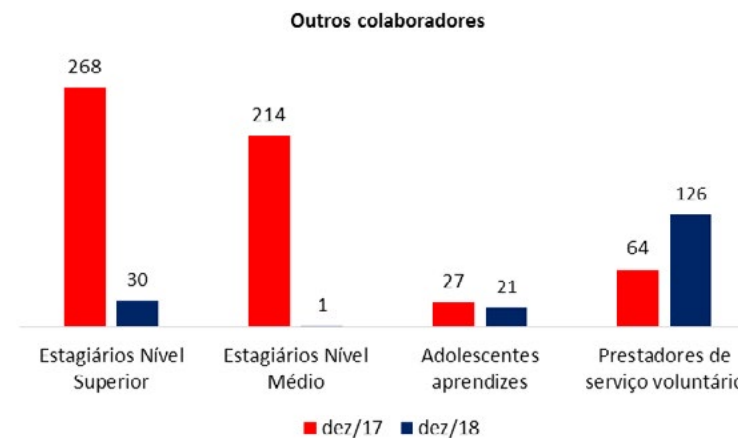
Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

A instituição conta ainda com o Programa de Estágio, o Programa Adolescente Aprendiz e com os prestadores de serviço voluntário.

O Programa de Estágio previa, até início de 2016, 868 estagiários, sendo 305 de nível médio e 563 de nível superior. Com as restrições orçamentárias, o programa vem sendo reduzido desde então, tendo sido mantido, no último ano, somente 30 estagiários nas áreas de psicologia e serviço social e 1 estagiário de nível médio.

O Programa Adolescente Aprendiz também foi reduzido. Entretanto, não foi extinto, em razão de seu objetivo social. O Programa visa atender adolescentes em situação de vulnerabilidade social e econômica, com foco na questão da violência sexual.

O MPDFT possui regulamentado o serviço voluntário, com o objetivo de estimular a consciência da responsabilidade social, a solidariedade, a cooperação e os deveres cívicos. O serviço voluntário é uma atividade não remunerada, prestada por pessoa física, sem vínculo empregatício, funcional ou qualquer obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas:

Assim como nos demais órgãos da Administração Pública, a seleção para o provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.112/1990. No âmbito do Ministério Público da União, o processo é conduzido pela Procuradoria-Geral da República, cabendo aos demais ramos apenas a prestação de informações quanto às vagas existentes e eventuais necessidades, nos casos em que há previsão orçamentária para incremento do quadro.

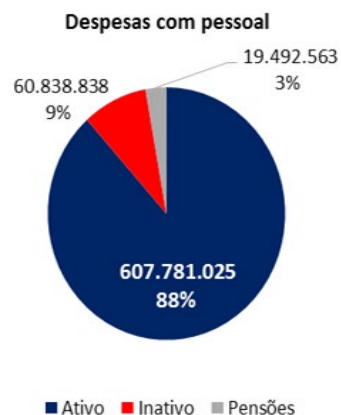
Para melhor alocação de pessoas, vige, no âmbito do MPDFT, o Programa Permanente de Movimentação Interna, o qual permite, periodicamente, a alteração de lotação pelos servidores do órgão.

Tal medida visa propiciar satisfação dos servidores com suas unidades de lotação, o que resulta em maior produtividade e qualidade ao trabalho desenvolvido, além de reter talentos e promover um ambiente de trabalho agradável e profissional. A seleção é realizada por meio de análise curricular e entrevistas, o que favorece a escolha, de acordo com o perfil da vaga e do servidor interessado. Em 2018, foram abertos 16 editais do Programa Permanente de Movimentação Interna, com a oferta de 33 vagas de técnicos e analistas do MPU.

Está em piloto o Projeto Dimensionamento da Força de Trabalho, o qual, além de informações quantitativas acerca da necessidade de pessoal, trará também dados qualitativos. A implementação do projeto subsidiará a unidade de Gestão de Pessoas com informações mais técnicas e objetivas acerca da distribuição de pessoal e auxiliará a alocação de servidores, uma vez que as atividades desenvolvidas em cada unidade serão completamente mapeadas.

Detalhamento da despesa de pessoal:

Em 2018, o MPDFT teve um gasto de pessoal de R\$ 688.112.426 milhões, desconsiderando-se os auxílios, conforme detalhado a seguir:



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Custo com despesas de pessoal ativo em 2018

PESSOAL ATIVO		
Vencimentos e vantagens fixas	505.291.677	83,1%
Patronal RPPS	82.420.464	13,6%
Patronal Funpresp	3.648.082	0,6%
Sentenças judiciais	2.567.579	0,4%
Exercício anterior	1.418.843	0,2%
Despesas variáveis	10.968.690	1,8%
Outras despesas	1.465.689	0,2%
Total	607.781.025	100,0%

PESSOAL INATIVO		
Aposentadorias e reformas	60.048.141	98,7%
Sentenças judiciais	426.266	0,7%
Exercícios anteriores	364.431	0,6%
Total	60.838.838	100,0%

PENSÕES		
Pensões	19.244.649	98,7%
Sentenças judiciais	12.697	0,07%
Exercícios anteriores	235.217	1,21%
Total	19.492.563	100,0%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Evolução dos gastos com pessoal:

	2017	2018	VARIAÇÃO
Ativo	591.363.207	607.781.025	16.417.818
Inativo	65.145.748	60.838.838	-4.306.910
Pensionista	20.725.853	19.492.563	-1.233.289
Total	677.234.808	688.112.426	10.877.618

Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

Verifica-se um aumento de 1,6% nos gastos de pessoal em 2018 em comparação a 2017. Tal acréscimo deve-se à implementação das parcelas de aumento remuneratório dos servidores do Ministério Público da União, previsto na Lei nº 13.316/2016, além da progressão na carreira. As variações negativas apresentadas em pessoal inativo e pensionista referem-se ao pagamento de passivos de despesas de exercícios anteriores.

Remuneração:

A remuneração dos membros do Ministério Público da União é paga na forma de subsídio e é regulamentada pela Lei nº 10.477, de 27 de junho de 2002. Já a remuneração dos servidores é regulamentada pela Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA	
Procurador-Geral de Justiça	37.328,65
Procurador de Justiça	35.462,22
Promotor de Justiça	33.689,11
Promotor de Justiça Adjunto	32.004,65
Analista	12.455,30 a 18.701,52
Técnico	7.591,37 a 11.398,39

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Avaliação de desempenho:

A realização de avaliação de desempenho dos servidores visa a atingir os seguintes objetivos estratégicos:

- Promover a cultura de orientação para resultados;
- Promover um ambiente de trabalho agradável e profissional.

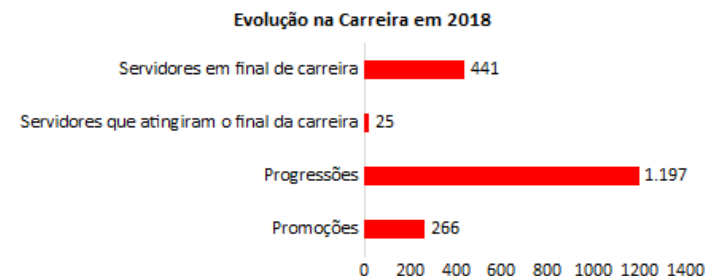
Durante o exercício de 2018, foram avaliados 1.603 servidores.

Estágio Probatório:

Em 2018, concluíram o estágio probatório 217 servidores, sendo 92 analistas e 125 técnicos, adquirindo a estabilidade no serviço público.



Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas.

Evolução na Carreira:

Fonte: Secretaria de Educação Corporativa.

Principais problemas, desafios e ações na área de Gestão de Pessoas:

Restrições orçamentárias

Entre os principais desafios enfrentados pelo MPDFT com relação a gestão de pessoal, destaca-se a restrição orçamentária enfrentada pela Administração Pública.

A mencionada restrição limita a expansão do quadro de pessoal, o que dificulta o acompanhamento das crescentes demandas institucionais e sobrecarrega os servidores do órgão.

Além disso, a restrição orçamentária obrigou o MPDFT a manter quadro extremamente reduzido de estagiários, situação que também impõe o aumento da carga de trabalho dos servidores, os quais tiveram de absorver as tarefas anteriormente desenvolvidas pelos colaboradores.

Reposição de servidores

Outro desafio enfrentado em 2018 foi a impossibilidade de reposição de servidores, em razão de não haver concurso público vigente.

Apesar do edital de abertura do 10º Concurso Público do MPU para provimento dos cargos de Analista do MPU/Direito e Técnico do MPU/Administração ter sido homologado em 14 de dezembro 2018, não foi possível a posse de servidores dentro do exercício.

Ressalta-se que, antes do concurso supramencionado, não havia concurso vigente desde agosto de 2017, período em que se acumularam diversos desligamentos sem que fosse possível a devida reposição.

DESLIGAMENTOS EM 2018	QTDE	%
Aposentadoria	16	27,12%
Exoneração	6	10,17%
Posse em cargo inacumulável	20	33,90%
Retorno ao órgão de origem	17	28,81%
Total	59	100,00%

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

Quanto às aposentadorias, cabe mencionar a impossibilidade de reposição mesmo durante a vigência de concurso público, uma vez que somente as vagas decorrentes de desligamentos sem impacto orçamentário, como vacâncias e exonerações, têm autorização para preenchimento.

Em 2018, ocorreram 16 aposentadorias e já existem 53 membros e 48 servidores que completaram os requisitos para aposentadoria com proventos integrais. A aposentadoria em massa é um risco para o órgão, considerando que tais vagas não são repostas.

Outro ponto a se destacar é o retorno à origem de servidores de outros órgãos que estavam atuando no MPDFT. Tais servidores tem papel fundamental no trabalho desenvolvido nesta instituição e a manutenção desses servidores na Casa tem exigido diversas ações por parte da Administração, uma vez que os órgãos têm constantemente solicitado o retorno de seus servidores.

Compatibilizar o quadro funcional com as demandas institucionais

Considerando as constantes reivindicações por servidores apresentadas pelas unidades do órgão, observa-se que a quantidade de servidores se mostra aquém das necessidades da instituição, tendo em vista o crescimento natural das demandas.

A Lei nº 12.321/2010, que dispõe sobre a criação de cargos e funções nos quadros de pessoal dos ramos do Ministério Público da União, tinha como previsão inicial a criação de 1.296 cargos de técnicos e analistas para o MPDFT até dezembro de 2014, sendo que foram implantados, até o momento, apenas 728, ou seja, 56% do quantitativo inicialmente previsto.

Se considerarmos o número de cargos preenchidos no órgão em relação ao número de cargos vagos somados ao saldo de cargos ainda pendentes de implementação, tem-se apurado o índice de 68,07%, ou seja, considerando todos os cargos, inclusive aqueles ainda não implantados, o órgão tem trabalhado com menos de 70% do seu quadro ideal.

Atualmente, a estrutura de unidades e subunidades do órgão é atualizada mediante estudos pela Secretaria de Planejamento, juntamente com a Assessoria de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça. A distribuição de servidores ocorre a partir das demandas de cada unidade, registradas pela Secretaria de Gestão de Pessoas e analisadas pela Administração Superior. Não há, ainda, indicadores implantados que permitam uma avaliação efetiva dessa distribuição. No entanto, está em piloto o Projeto Dimensionamento da Força de Trabalho, o qual, além de informações quantitativas acerca da necessidade de pessoal, trará também dados qualitativos. A implementação do projeto subsidiará a unidade de Gestão de Pessoas com informações mais técnicas e objetivas acerca da distribuição de pessoal e auxiliará a compatibilização do quadro funcional com as demandas institucionais.

Absenteísmo

No ano de 2018, foram registrados 20.394 dias de afastamentos para tratamento de saúde para membros e servidores do quadro, o que equivale a, aproximadamente, 56 pessoas afastadas por todo o ano. Ao comparar com a quantidade registrada em 2017 (21.554 dias), observa-se uma redução de cerca de 5%, o que pode ser avaliado como uma efetividade das ações de qualidade de vida implementadas pela Administração.

Teletrabalho

O teletrabalho foi implementado de forma experimental no MPDFT em maio de 2016. Inicialmente, participaram do projeto-piloto as Coordenadorias das Procuradorias de Justiça, das Promotorias de Justiça de Sobradinho e do Riacho Fundo e a Consultoria Jurídica da Secretaria-Geral.

Em 2017, o teletrabalho foi estendido para as demais áreas do órgão e vem apresentando alto grau de satisfação com os resultados, tanto pelas chefias como pelos servidores envolvidos.

No final do ano de 2018, 383 servidores estavam autorizados a atuar em regime de teletrabalho, o que representa 21% do total de servidores do órgão.

Evasão

Um dos riscos existentes na gestão de pessoas é a perda de pessoal qualificado e treinado. Atualmente, é realizada pesquisa sobre o motivo de desligamento com os servidores egressos, tendo sido verificado que a estagnação salarial é uma das principais razões pelas quais os servidores deixam a Casa.

Em conformidade com as diretrizes estratégicas do órgão, considerando que a questão salarial transcende a competência do órgão, a

Administração tem buscado outros meios que possibilitem a retenção de talentos, criando políticas de gestão motivacionais, como ambiência do trabalho e lotação geográfica, ampliação do regime de teletrabalho e investimento em ações relacionadas à qualidade de vida do servidor.

Cabe mencionar que, desde 2012, foi implantado o Programa Permanente de Movimentação Interna, que permite, periodicamente, a alteração de lotação pelos servidores do órgão. Tal medida visa propiciar satisfação dos servidores com suas unidades de lotação, o que resulta em maior produtividade e qualidade ao trabalho desenvolvido, além de reter talentos e promover um ambiente de trabalho agradável e profissional, contribuindo, inclusive, para a qualidade de vida dos servidores. Frisa-se, ainda, que estão sendo realizadas entrevistas com os servidores relatados, objetivando detectar os motivos das movimentações e, dessa forma, identificar possíveis oportunidades de melhorias no órgão.

Em 2018, houve uma retenção de 97,54% dos servidores do quadro, apurado de acordo com a seguinte fórmula de cálculo:

(Total de servidores do quadro permanente no início do período - Total de servidores do quadro permanente que perderam o vínculo com o MPDFT no período, excluindo-se mortes e aposentadorias) / Total de servidores do quadro permanente no início do período.

Além das ações promovidas pelo órgão, tem-se que o índice de retenção de talentos também é impactado diretamente pela restrição orçamentária vivenciada pela Administração Pública nos últimos anos. Isso porque, quando se fala em servidor público, geralmente as saídas voluntárias ocorrem para ingresso em outras carreiras, e a restrição orçamentária tem limitado a nomeação de servidores em diversos órgãos públicos, diminuindo a evasão.

Capacitação: estratégia e números

A Secretaria de Educação Corporativa (Secor) é a unidade responsável pelos processos de capacitação e desenvolvimento profissional dos integrantes do MPDFT. As principais atribuições são: gerir o mapeamento de competências, planejar e executar ações de capacitação, estruturar o plano de capacitação, gerenciar demandas de cursos e de pós-graduação, conceder licença para capacitação e gerenciar o processo de avaliação de desempenho e estágio probatório.

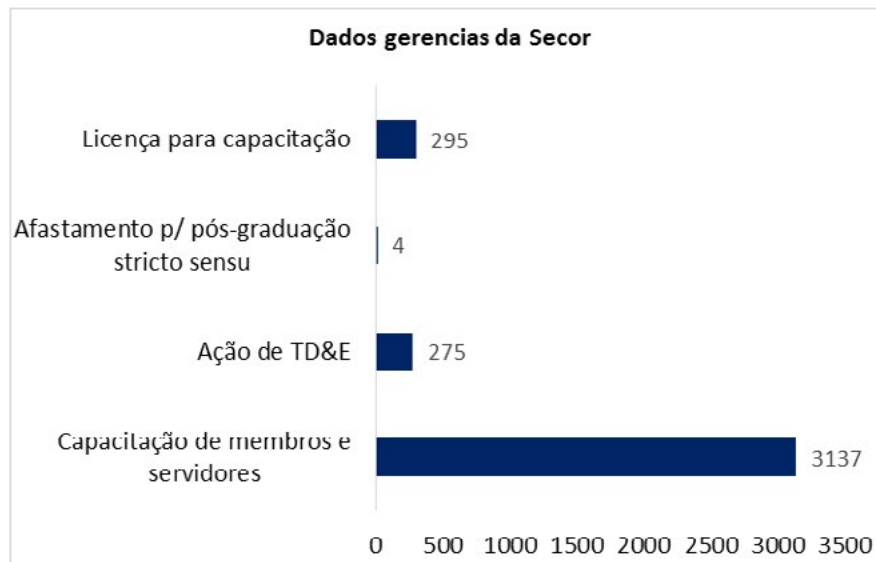
As capacitações planejadas estão estruturadas em torno do Plano de Capacitação do MPDFT e do Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) do MPDFT. Ambos têm por base o mapeamento das competências comuns e gerenciais do órgão.

Além de ofertar capacitações baseadas nas competências mapeadas, há também o atendimento a demandas específicas das demais unidades do órgão, por meio de capacitações internas ou da contratação de cursos no mercado.

Do ponto de vista estratégico, as atividades têm por objetivos: desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à plena atuação do MPDFT e promover ambiente de trabalho agradável e profissional.

Em 2018, foi implementada a metodologia de trilhas de aprendizagem como mais uma alternativa de desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores, de forma alinhada aos objetivos estratégicos institucionais. Foram elaboradas e implantadas duas trilhas de aprendizagem para a capacitação em Processo Judicial eletrônico (PJe) e formuladas dez trilhas gerenciais para compor o PDG, a partir de 2019.

O investimento em ações de capacitação totalizou R\$ 575.532,12, entre eventos internos e externos ao órgão.



Fonte: Secretaria de Educação Corporativa.

Ações futuras

- Investimento em capacitação de servidores;
- Ampliação do quadro de servidores da Secretaria.

5.3 GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade legal:

A Secretaria de Licitação é assessorada pela Consultoria Jurídica do MPDFT, o que garante a conformidade das contratações com as normas e principalmente com as Leis n.ºs 10.520/2002 e 8.666/1993, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos nºs 3.555/2000 e 5.450/2005, com as respectivas alterações, e Instrução Normativa nº 5/2017 da Seges/MP. Também conta com a assessoria da Secretaria de Perícias e Diligências, o que garante a precisão da análise econômico-financeira das propostas das empresas contratadas, de acordo com a Contabilidade e legislação tributária vigentes.

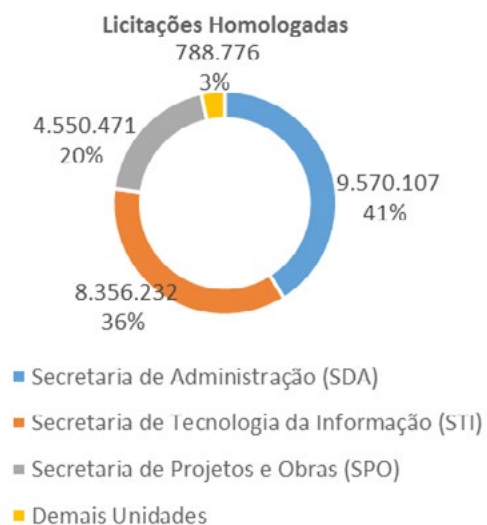
Objetivos estratégicos:

A Secretaria de Licitação relaciona-se diretamente com os seguintes objetivos dispostos no Mapa Estratégico do MPDFT:

- Aprimorar a estrutura física e organizacional;
- Otimizar a gestão dos recursos orçamentários e financeiros.

Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo:

Em 2018, houve 70 processos de licitação para 10 unidades demandantes, com valor estimado para as licitações de R\$ 28.087.206, valor homologado de R\$ 23.265.585 e percentual negociado de 17,17%. À exceção do credenciamento de leiloeiros nº 1/2018, realizado de forma presencial, todas as licitações foram processadas por meio de pregões eletrônicos.



Fonte: Secretaria de Licitação.

Foram formalizados 48 contratos, no valor global estimado de R\$ 9.240.298,52; e 105 atas de registro de preços, no valor de R\$ 14.277.398,89. Com base nos pedidos de repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro, acréscimos, supressões e prorrogações de vigência contratual analisados pela Assessoria de Contratos e Convênios, verificou-se uma economia de R\$ 7.871.950,50 (85,19%) em relação ao valor das novas contratações realizadas em 2018.

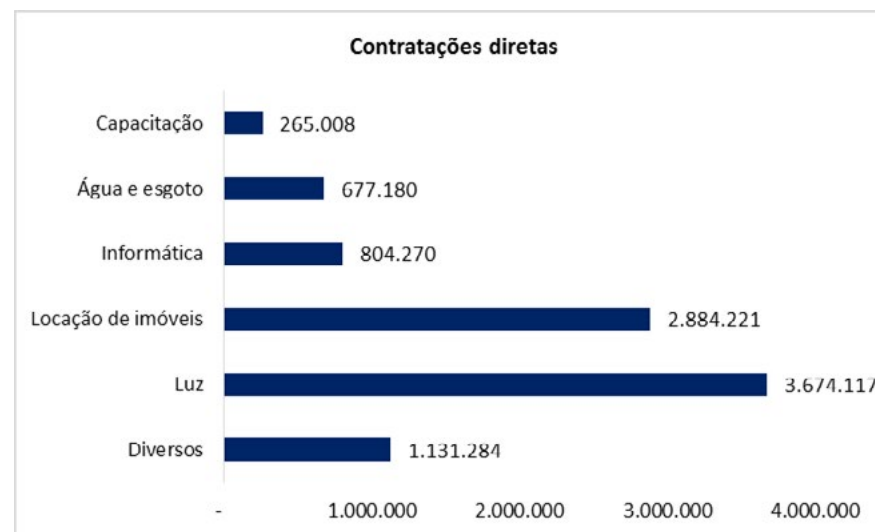
Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações:

- *Funcionamento Administrativo (Secretaria de Administração – SDA):* destacam-se as seguintes contratações: serviço de limpeza e almoxarife, serviço de mudança, sistema de telecomunicações, aquisição de mobiliário, manutenção de veículos e materiais de consumo em geral.

- *Contratações de Tecnologia da Informação (Secretaria de Tecnologia da Informação – STI):* aquisição de microcomputadores e acessórios, switches de acesso, licenças de softwares e segurança de perímetros foram as licitações que se destacaram na área de TI.
- *Obras / Manutenção Predial (Secretaria de Projetos e Obras – SPO):* aquisição de divisórias, serviço de jardinagem, painéis e totens de comunicação, automação de sistemas de ar condicionado, impermeabilização e recuperação de esquadrias e aquisição de materiais diversos para a manutenção predial foram as principais contratações da Secretaria de Projetos e Obras.

Contratações diretas:

No MPDFT, houve o pagamento de 119 contratações diretas, sendo 87 por dispensa de licitação e 32 por inexigibilidade. Entre essas modalidades, destacam-se:



Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

Principais desafios, fraquezas e riscos na gestão das licitações:

A restrição orçamentária impõe a racionalização dos recursos, com vistas ao atendimento das demandas das unidades administrativas, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados com a utilização de escassos recursos financeiros.

A falta de corpo técnico qualificado para atuar na área, as recorrentes mudanças na legislação, inúmeros julgados dos órgãos de fiscalização, muitas vezes com pareceres contrários sobre a mesma matéria, quantidade significativa de tentativas de fraudes por parte de empresas licitantes, com apresentação de documentos falsificados são os principais desafios enfrentados pela Secretaria de Licitação do MPDFT.

5.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade legal:

As atividades e os serviços contratados pela Secretaria de Projetos e Obras (SPO) são disciplinados pelas Normas Brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), pelo Manual de Obras Públicas - Edificações/Construção (Práticas Seap) da Secretaria de Estado da Administração e do Patrimônio, pela Resolução Conama nº 307/2002 e suas alterações, pelas Resoluções dos Órgãos do Sistema Crea/Confea e CAU, assim como Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais e Distritais com destaque para os seguintes: Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto 5.450/2005 e Instrução Normativa nº 05/2017 da SEGES/MP.

Principais Investimentos de Capital – infraestrutura e equipamentos – avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos:

Ações visando à redução do consumo de água:

- Automação do sistema de irrigação (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude);
- Instalação de 147 sistemas de descarga de duplo acionamento;
- Inauguração de mais um sistema de reúso de água (Brasília II).

Ações visando à redução do consumo de energia elétrica:

- Substituição de mais de 5.000 lâmpadas fluorescentes comuns por lâmpadas LED, ou equivalentes de alto rendimento;
- Instalação de forro e parede de gesso acartonado no hall do Edifício da Promotoria de Justiça de São Sebastião (visando eliminar a incidência solar e reduzir o consumo de energia elétrica, além de proporcionar maior conforto térmico);
- Automatização dos sistemas de ar condicionado de duas promotorias (Planaltina e Samambaia).

Além desses investimentos, o MPDFT tem adotado, desde maio de 2016, um **rígido controle do funcionamento dos seus sistemas de ar condicionado, iluminação, consumo e reúso de água, visando sempre o uso sustentável das suas edificações**. Os resultados dessas medidas, juntamente com os investimentos realizados, podem ser observados nos gráficos abaixo, em que, apesar do aumento da área de edifícios próprios do MPDFT, ao longo dos últimos anos, temos conseguido reduzir nosso consumo de energia elétrica e água, além de aumentarmos o reúso de água.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS EM M²

EDIFICAÇÃO	2016	2017	2018
Próprio [Área]	86.233,16	9.293,85	90.071,81
Locado/Seção	9.327,64	8.419,41	7.467,20
Total	95.560,80	7.713,26	97.539,01

Obs.: A totalização das áreas foi feita de forma proporcional ao período em que as edificações foram utilizadas.

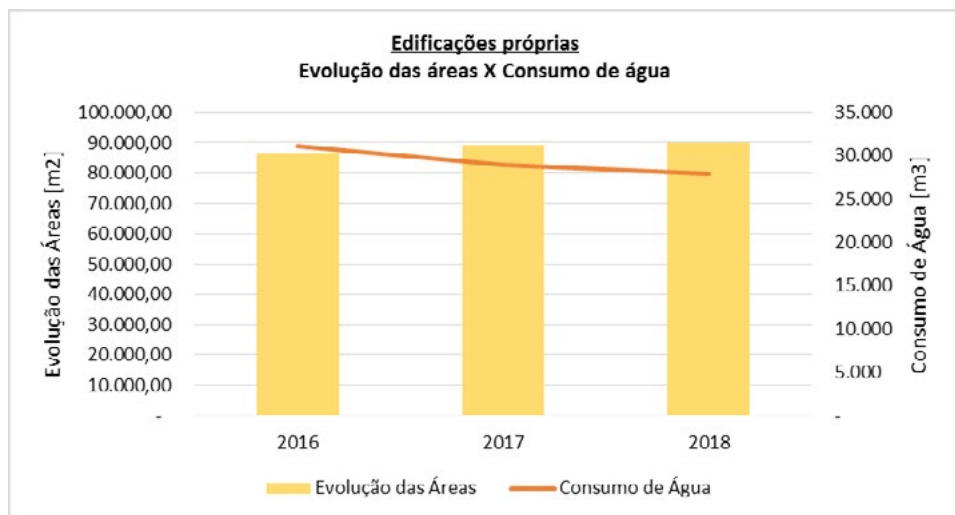
CONSUMO DE ÁGUA EM M³

EDIFICAÇÃO	2016	2017	2018
Próprio [Água]	31.164	28.985	27.908
Locado/Seção	3.347	2.718	2.604
Total	34.511	31.703	30.512

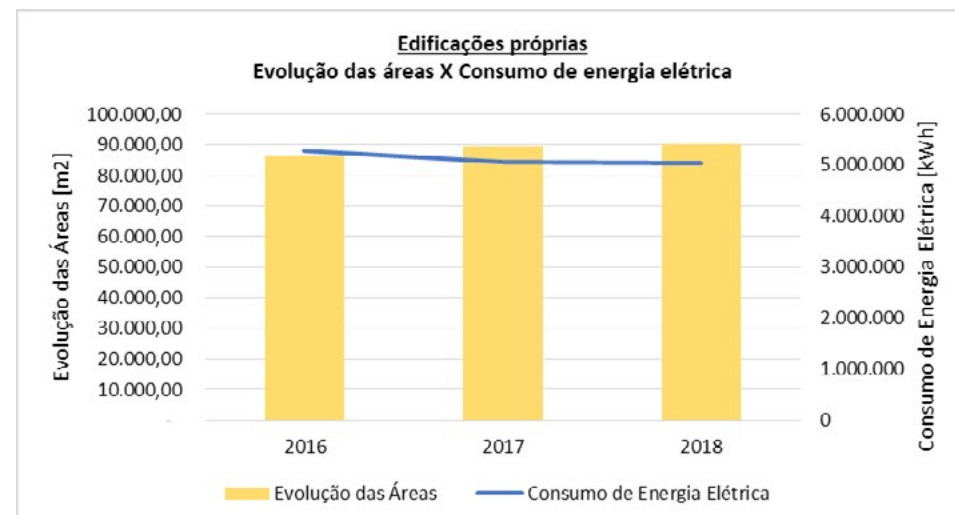
CONSUMO DE ENERGIA EM KWH

EDIFICAÇÃO	2016	2017	2018
Próprio [Energia]	5.272.310	5.069.605	5.037.254
Locado/Seção	236.314	493.567	433.889
Total	5.508.624	5.563.172	5.471.143

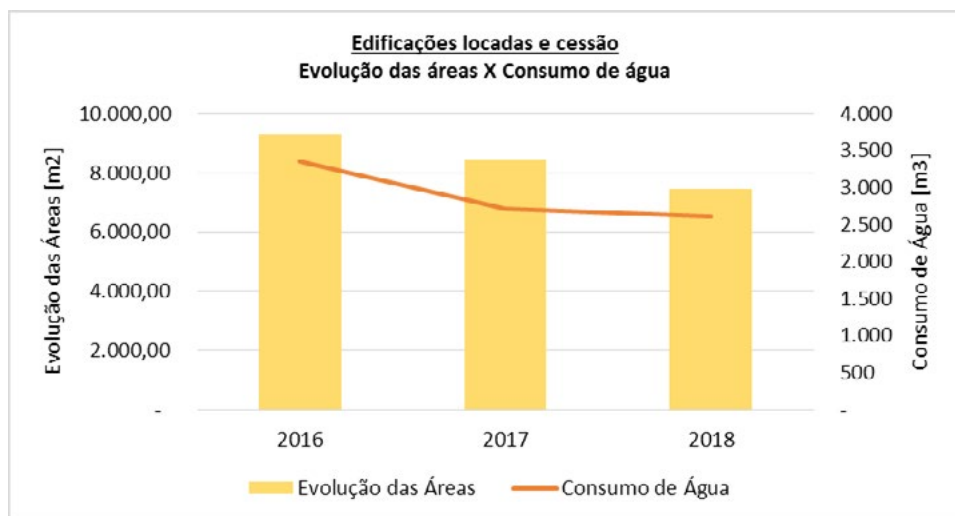
Fonte: Secretaria de Projetos e Obras.



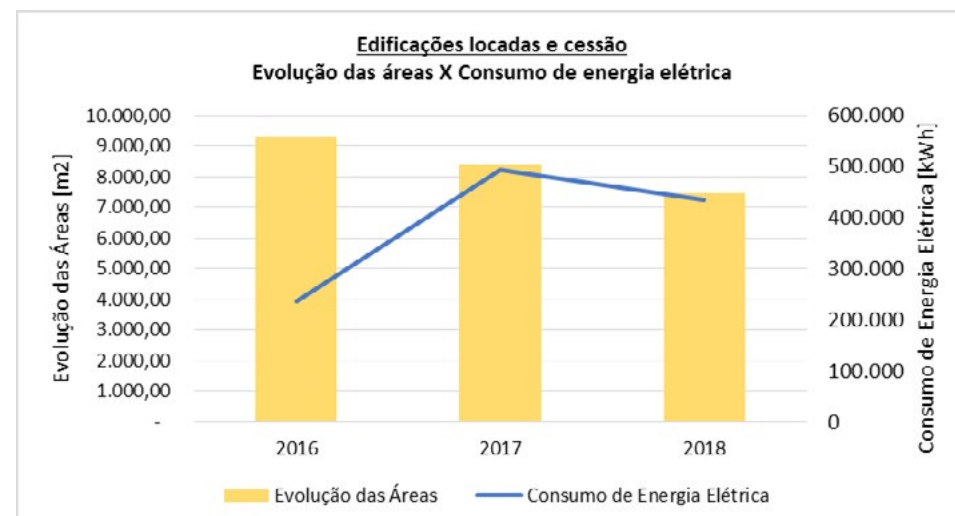
Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.



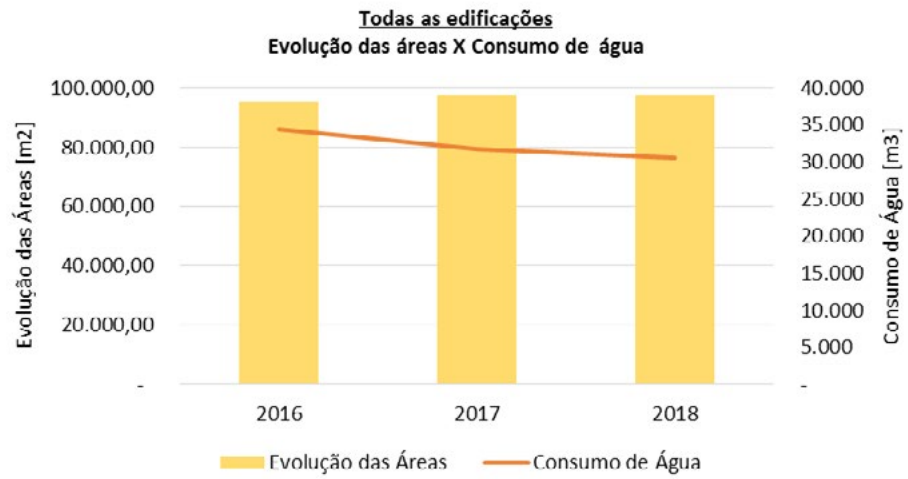
Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.



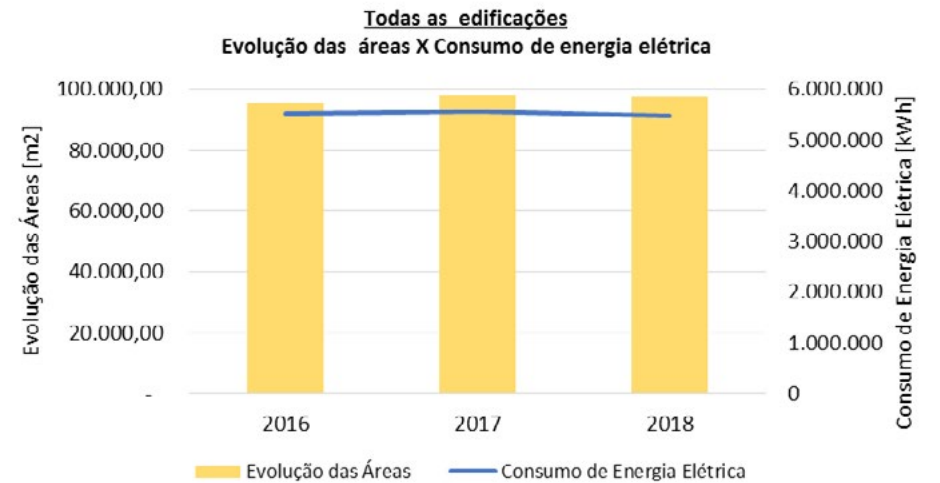
Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.

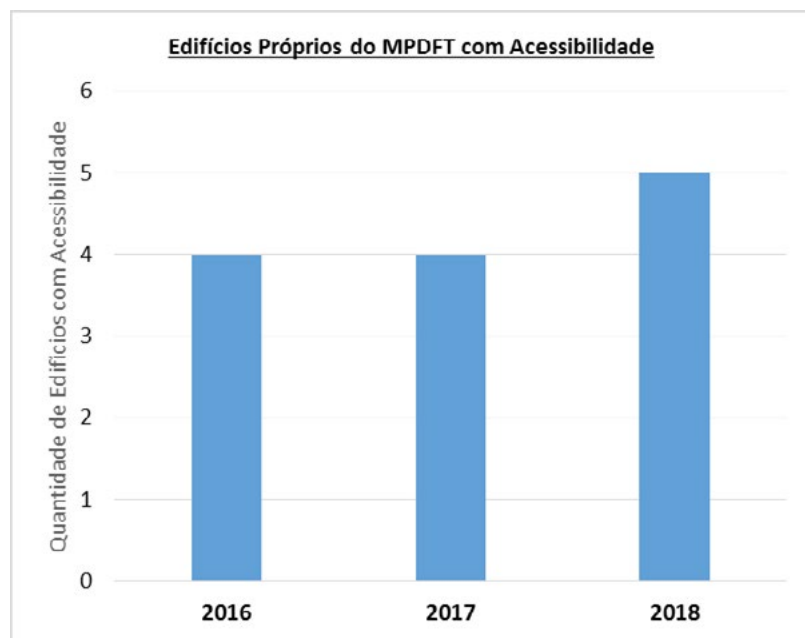


Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.

Edifícios próprios do MPDFT com projetos de acessibilidade atualizado e executado conforme NBR 9050/2015.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.

UNIDADES DO MPDFT	2016	2017	2018
Brasília I (Sede)	OK	OK	OK
Taguatinga	OK	OK	OK
Gama	-	-	PROJETO
Infância e Juventude	-	-	-
Planaltina	-	-	-
Samambaia	-	-	PROJETO
Paranoá	-	-	-
Santa Maria	-	-	-
Ceilândia	OK	OK	OK
São Sebastião	OK	OK	OK
Brasília II	-	-	OK
TOTAL	4	4	5

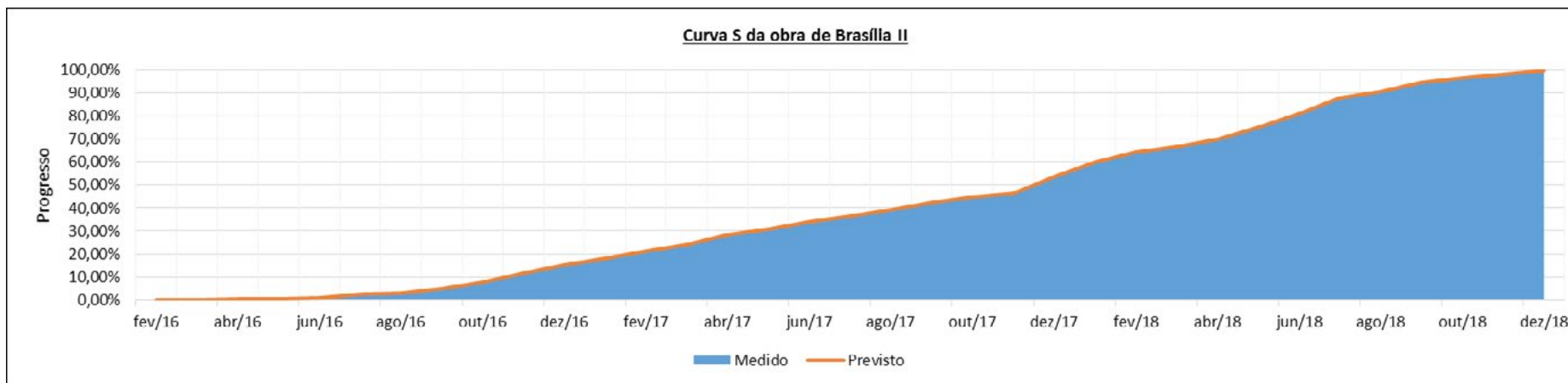
Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.

Acessibilidade:

Foi concluída a instalação de piso podotátil na Sede e realizada a adequação dos projetos de acessibilidade das Promotorias de Justiça de Samambaia e do Gama.

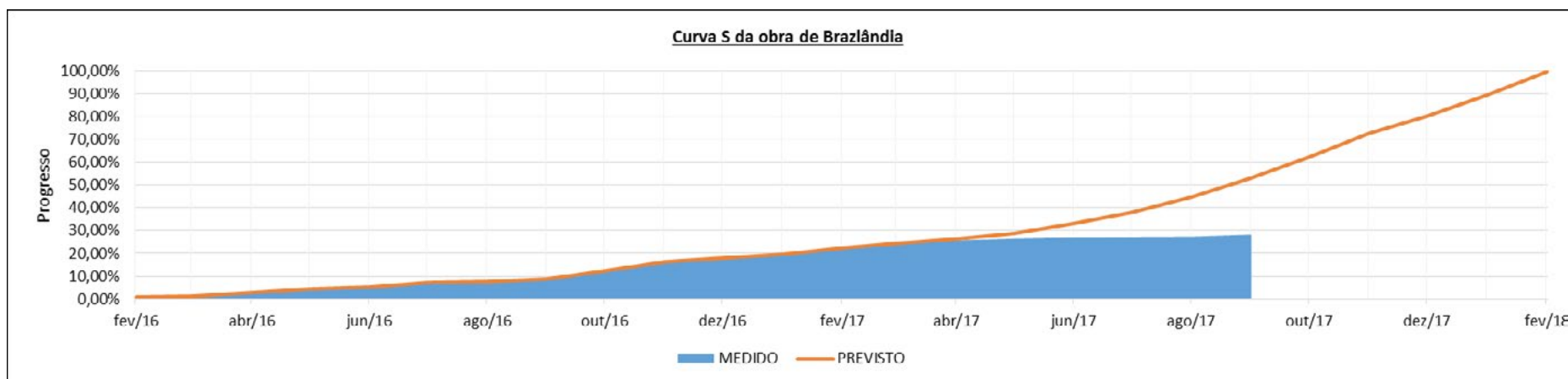
Obra de construção da Promotoria de Justiça de Brasília II:

A obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II teve seu contrato assinado em 31/12/2015, com previsão de conclusão em 30 meses. A obra teve sua carta de habite-se emitida em 17/12/2018. Abaixo temos a representação da curva “S” do projeto onde podemos verificar que a obra evoluiu conforme planejado.



Obra de construção da Promotoria de Justiça de Brazlândia:

A obra de construção do edifício das Promotorias de Brazlândia teve seu contrato assinado em 30/12/2014 com previsão de conclusão em 24 meses. A obra foi paralisada, por inexecução da empresa contratada, em agosto de 2017. A administração resolveu permanecer com a obra paralisada, direcionando todos os recursos disponíveis para a conclusão da obra de Brasília II, em razão do contingenciamento e das restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional nº 95/2016.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS EM M²

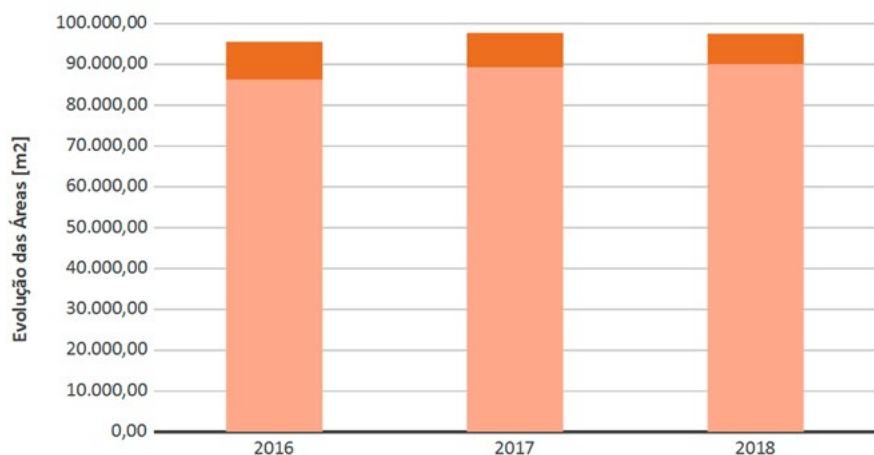
TIPO DE EDIFICAÇÃO	2016		2017		2018	
	M²	%	M²	%	M²	%
Próprio	86.233,16	90,24%	89.293,85	91,38%	90.071,81	92,34%
Locado	9.327,64	9,76%	8.419,41	8,62%	7.467,20	7,66%
Total	95.560,80	100,00%	97.713,26	100,00%	97.539,01	100,00%

Obs.: A totalização das áreas foi feita de forma proporcional ao período em que as edificações foram utilizadas.

Evolução das Áreas do MPDFT:

Em 2018 tivemos a conclusão da Obra de Construção do Edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II e a devolução de 4 imóveis locados, proporcionando uma economia de cerca de R\$ 2,5 milhões anuais com a locação de imóveis.

Evolução das Áreas do MPDFT em m2.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Obras.

Mudanças e desmobilizações relevantes:

Foi realizada a unificação dos contratos de prestação de serviço manutenção predial, resultando em uma de redução de 4% no valor empenhado em 2018 em relação ao valor empenhado em 2017. Também foram unificados os contratos de manutenção dos sistemas de ar condicionado o que resultou uma redução de 28% no valor empenhado para este tipo de serviço em 2018, em relação ao ano anterior. Além disso, foi realizada nova contratação para prestação de serviços de conservação, renovação e limpeza das áreas ajardinadas e lotes do MPDF, sem a dedicação exclusiva da mão de obra, resultando em uma economia mensal de 39%, em relação a contratação anterior.

Principais desafios e ações futuras:

Para o ano de 2019, temos previstas as seguintes ações:

- Executar o Projeto de Acessibilidade dos edifícios das Promotorias de Justiça de Samambaia, do Gama e da Infância e da Juventude;
- Automatizar o sistema dear-condicionado do edifício da Promotoria de Justiça do Gama;
- Implantar sistema de armazenamento e reutilização de água pluvial nos edifícios das Promotorias de Justiça do Paranoá e de Brasília I (sede);
- Instalar proteção térmica na cobertura do Edifício das Promotorias de Justiça do Paranoá;
- Automatizar os sistemas de irrigação dos edifícios das Promotorias de Justiça de Taguatinga, Brasília I (sede), Gama e Paranoá;
- Retomar a construção do edifício da Promotoria de Justiça de Brazlândia;
- Elaborar os Projetos Complementares e Arquitetônicos para a construção do edifício das Promotorias de Justiça de Sobradinho;
- Finalizar a elaboração dos Projetos Complementares para a construção do edifício das Promotorias de Justiça de Riacho Fundo;
- Elaborar e executar o projeto de impermeabilização dos edifícios das Promotorias de Justiça do Gama e do Paranoá.

5.5 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade legal:

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o MPDFT observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo governo federal, órgãos de controle, Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Auditoria Interna do Ministério Público da União, padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI, além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Modelo de Governança de TI:

O Modelo de Governança de TI do MPDFT, alinhado ao Modelo de Governança do CNMP, tem como principal instância o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação do MPDFT (Ceti). Compete ao Ceti: estabelecer políticas e diretrizes de tecnologia de informação, alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição; aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do MPDFT; definir as prioridades dos investimentos em tecnologia de informação; estabelecer as prioridades para execução de projetos de tecnologia de informação; e definir padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e sistemas de tecnologia de informação.

O Ceti é composto pelos seguintes integrantes: vice-procurador-geral de Justiça Institucional (presidente do comitê); assessor de Políticas Institucionais da Procuradoria-Geral de Justiça; membro indi-

cado pelo Conselho Superior; chefe de gabinete da Corregedoria-Geral do MPDFT; secretário-geral; e secretário de Tecnologia da Informação (secretário do comitê).

A Política Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério Público (PNTI-MP) tem por finalidade alinhar as práticas de governança e gestão de TI em todas as unidades e os ramos do Ministério Público, viabilizando a elevação do grau de maturidade da governança e da gestão de TI, observados os seguintes objetivos específicos: estabelecer diretrizes para induzir o desenvolvimento e o nivelamento da governança e da gestão de TI; prover mecanismos de transparência e controle da governança e da gestão de TI; assegurar que os riscos de TI estejam dentro de limites aceitáveis, reduzindo eventuais impactos nas atividades institucionais. São diretrizes da PNTI-MP: conformidade com as boas práticas internacionais; participação do usuário; institucionalização de planos, políticas e modelos; fomento da cultura de gestão por processos; estruturação adequada das instâncias de governança e gestão de TI; incentivo ao comportamento ético; tratamento adequado das informações corporativas; sustentação de serviços, infraestruturas e aplicações para o apoio dos processos de negócio; gerenciamento de competências técnicas de TI. No MPDFT, a PNTI-MP é normatizada pela Política de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação (PGTI).

Desde 2009, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) do MPDFT tem seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), e em 2012 publicou seu Plano Estratégico de TI (Peti) alinhado ao plano estratégico institucional.

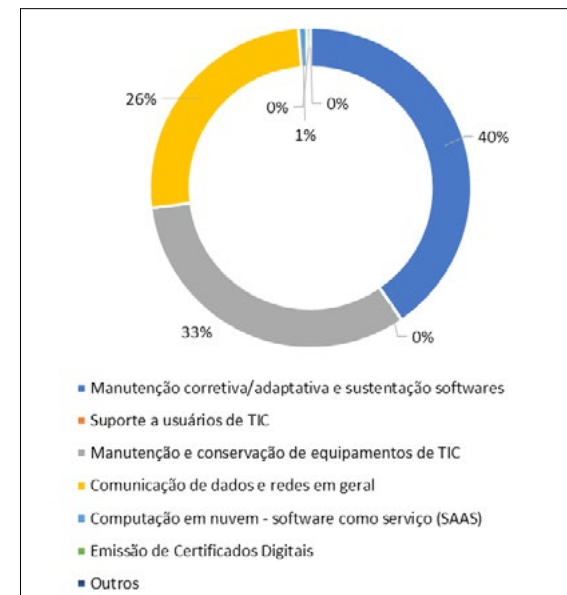
Montante de recursos aplicados em TI:

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI – 2017			R\$1,00
GRUPO DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2017
Investimento	648.374	599.570	10.000
Custeio	3.781.083	3.717.371	88.638
Total	4.429.457	4.316.940	98.638

MONTANTE DE RECURSOS APLICADOS EM TI – 2018			R\$1,00
GRUPO DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS	VALOR PAGO DE RP EM 2018
Investimento	162.532	162.532	48.805
Custeio	2.996.227	2.742.110	63.712
Total	3.158.759	2.904.642	112.517

Fonte: Tesouro Gerencial (Jan/2019).

Gastos de TI por subelemento de despesa – custeio:



Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Contratações mais relevantes de Recursos de TI (vigentes em 2018):

EMPRESA	CONTRATO	VALOR ANUAL	R\$1,00
ALGAR	059/2015	116.897,09	
ARTNET	009/2018	349.249,92	
CLICK NET	050/2017	283.297,08	
FAST HELP	011/2018	87.185,64	
LEVEL 3	017/2014	108.921,24	
ÓRION	054/2015	519.834,80	
UNITECH-RIO	038/2018	117.939,00	

Obs.: Contratos de telecomunicações, manutenção de infraestrutura e segurança.
 Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação.

Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor:

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS/AÇÕES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Fortalecer o processo digital	<ul style="list-style-type: none"> • eGab, • NeoSispro, • APP MPDFT – lançamento de movimentos, • Tabularium 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de Gabinete Eletrônico que provê aos membros do MPDFT uma ferramenta para auxiliá-los na realização de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 75/1993; • Controle dos Feitos Judiciais Eletrônicos no MPDFT e interação com o sistema de gestão de processos judiciais eletrônicos do TJDFT; • Melhoria na celeridade de registro de movimentos de processos judiciais durante as audiências por meio de aplicativo móvel para os membros; • Gerenciamento dos documentos digitais, sua movimentação e armazenamento.
Promover a informatização do MPDFT (área-fim)	<ul style="list-style-type: none"> • Protetor, • Lotus, • Sistema de controle de convênio Profide-Amepare, • Gestão de Análise das prestações de contas de Fundações, • Acompanhamento de Teletrabalho da área-fim 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria no acompanhamento dos processos judiciais físicos e eletrônicos de tutela e curatela. Sistema integrado com os sistemas de Gabinete Eletrônico e Controle de Feitos Judiciais Eletrônicos; • Implementação de sistema para melhorar a gestão das lotações, designações e afastamentos dos membros que será integrado com o sistema de controle de feitos judiciais eletrônicos para automatização das designações dos membros nas intimações; • Melhorias no gerenciamento do convênio entre a Profide/MPDFT e a Amapere para o custeio de execução de exames de DNA; • Melhoria no controle das atividades internas da análise de prestação de contas; • Possibilitará aos servidores do MPDFT executar atividades laborais remotamente permitindo maior motivação dos mesmos, como também o acompanhamento e a gestão das atividades pelas chefias imediatas.
Promover a informatização do MPDFT (área-meio)	<ul style="list-style-type: none"> • APP de envio de atestados médicos, • Sistema de Carteiras /funcionais, • Sistema de gestão de chamados da SGP, • Hermod – Sistema de controle de malotes, • Sistema de gestão de Banco de Projetos, • Desenvolver Novo Sistema de Gestão Orçamentária e Financeira – Orzare, • Desenvolver Sistema de Gestão da Informação de Segurança Institucional – Pignus, • Desenvolver Sistema de Gestão de Agenda Odontológica 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de aplicativo móvel para os membros e servidores solicitarem licenças médicas através dos seus próprios dispositivos móveis. • Melhorias no controle da emissão das carteiras funcionais dos servidores e membros do MPDFT; • Apoio no controle de atendimentos aos usuários dos serviços da área de recursos humanos do MPDFT; • Informatização da tramitação de malotes entre o Protocolo e as secretarias do MPDFT; • Melhoria no gerenciamento de dados do Banco de Projetos do MPDFT; • Desenvolver novo sistema de gestão orçamentária e financeira do MPDFT para controlar todo o fluxo da programação, execução e prestação de contas; • Informatização dos processos de trabalho da Segurança Institucional do MPDFT; • Informatização do agendamento para prevenção odontológica dos servidores e membros, e seus dependentes, realizado nas dependências do MPDFT.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	PRINCIPAIS INICIATIVAS/AÇÕES	PRINCIPAIS RESULTADOS
Facilitar o acesso à informação	<ul style="list-style-type: none"> • Dashboard do Mapa Social do DF, • APP MPDFT – desenvolver solução para denúncias à Ouvidoria, • Desenvolver Dashboard de Perícias, • Desenvolver Dashboard do sistema Psicossocial 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar Indicadores de desempenho da educação no DF; • Facilitar a denúncia ao MPDFT por parte do cidadão; • Melhorar o acompanhamento dos resultados das perícias externas executadas e prover informações para publicidade das ações; • Facilitar a análise gerencial sobre a atuação da área de Psicossocial.
Aprimorar o relacionamento com os clientes	<ul style="list-style-type: none"> • TI Itinerante, • Pesquisa de satisfação dos serviços de TI 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a interação da área de TI com os usuários; • Melhorar o entendimento quanto a visão e expectativa da área de TI com relação a seus usuários.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Segurança da informação:

Foi iniciada a revisão da Política de Segurança da Informação, já constituída por meio da Portaria nº 177/2011. O MPDFT já possui uma Política de Segurança da Informação deste 2011. Em 2018, foram envidados esforços no sentido de revisar essa portaria tornando-a mais ampla, abrangendo aspectos apresentados por necessidades de outras áreas de segurança. Além disso, procurou-se atualizá-la com visões mais amadurecidas institucionalmente relativas às diretrizes e processos relacionados com a segurança da informação.

A055 – Ações de conscientização

Em 2018, foram realizadas ações de conscientização sobre a segurança da informação no uso de ferramentas digitais. Palestras foram ministradas nas promotorias do Distrito Federal, além de algumas escolas públicas. Essas palestras tiveram como finalidade a conscientização dos servidores da instituição sobre as melhores práticas relacionadas à segurança da informação na utilização de ferramentas de TI no ambiente de trabalho, bem como fomentar discussões sobre a importância da segurança na utilização dos recursos e ferramentas digitais em todos os âmbitos, inclusive pessoal.

A056 – Aquisição de nova solução de segurança (Sophos)

Essa contratação teve como objetivo prover o MPDFT com o serviço de segurança contra-ataques cibernéticos das mais diversas naturezas. O serviço já vinha sendo prestado, por meio de um contrato firmado em 2014, mas que contava com equipamentos que não abarcam funcionalidades expressivas para a proteção contra ameaças digitais modernas, presentes em equipamentos, atualmente, denominados Firewall de Próxima Geração (Next Generation Firewall – NGFW), e essa nova contratação veio em substituição a de 2014. Com a atual contratação, adquiriu-se uma solução mais flexível às mudanças de tecnologia, mais econômica no uso de banda da internet, que possui reconhecimento de aplicações, independente de porta e protocolo, com detecção de ameaças digitais com inteligência centralizada e atualizada em “nuvem”, entre outras funcionalidades.

Principais desafios e ações futuras:

O cenário de cortes orçamentários no decorrer do exercício de 2018 gerou dificuldades e, muitas vezes, inviabilizou a realização de investimentos e contratações e a reposição do quadro de servidores, o

que permitiria um maior alcance das metas previstas para os indicadores estratégicos. Alguns aspectos que poderíamos citar neste sentido:

- Dificuldade na realização de novos investimentos em equipamentos de infraestrutura e de usuário final, como rede WIFI, aquisição de datacenter de contingência; trazendo o sucateamento da TI do MPDFT, bem como da automação de processos;
- Inviabilidade de realizar a contratação de soluções de TI na modalidade “as a Service”, como outsourcing de impressão;
- Dificuldade na realização de ações de capacitação dos servidores da STI;
- Inviabilidade de contratação de consultoria especializada em soluções já existentes na Instituição, de forma a aprimorar sua utilização, bem como novas soluções vislumbradas pelas equipes;
- Inviabilidade de contratação de serviço de suporte técnico em primeiro nível, para o aumento da capacidade e celeridade do atendimento técnico da STI;
- Inviabilidade de contratação de fábrica de software para o aumento da capacidade de entrega de sistemas pela STI;
- Extinção do programa de estágio, o que diminui a quantidade de pessoas de apoio às áreas da TI, bem como a celeridade no atendimento.

Temos, ainda, um número significativo de vagas de TI no MPDFT, cujo exercício não vem sendo feito na própria instituição. Temos 13 servidores cedidos ou afastados e 5 vacâncias, o que aumenta a necessidade de recomposição do quadro de servidores de TI.

Um desafio e que, de fato, já é realidade e se estenderá ao longo dos próximos anos, é a implantação do Processo Judicial e Extrajudicial

Eletrônico com suas funcionalidades plenas em todo o MPDFT. Nesse processo, é primordial a atuação da STI no sentido não só de aprimoramentos diversos nos sistemas que dão suporte ao processo eletrônico no MPDFT (eGab, NeoSispro e Tabularium), como também no apoio de ações de mudança cultural na instituição.

5.6 GESTÃO DE CUSTOS

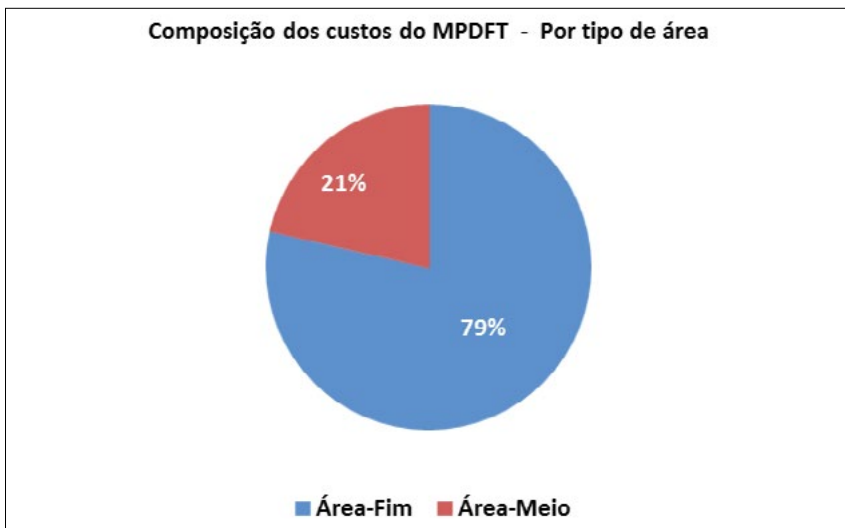
Conformidade legal:

O gerenciamento de custos no âmbito do MPDFT está em conformidade com a Lei Complementar nº 101/2000 e Portaria STN nº 157/2011, sendo realizado pela Seção de Acompanhamento de Custos (SEAC), pertencente à Subsecretaria de Avaliação Orçamentária e de Custos (SUAC).

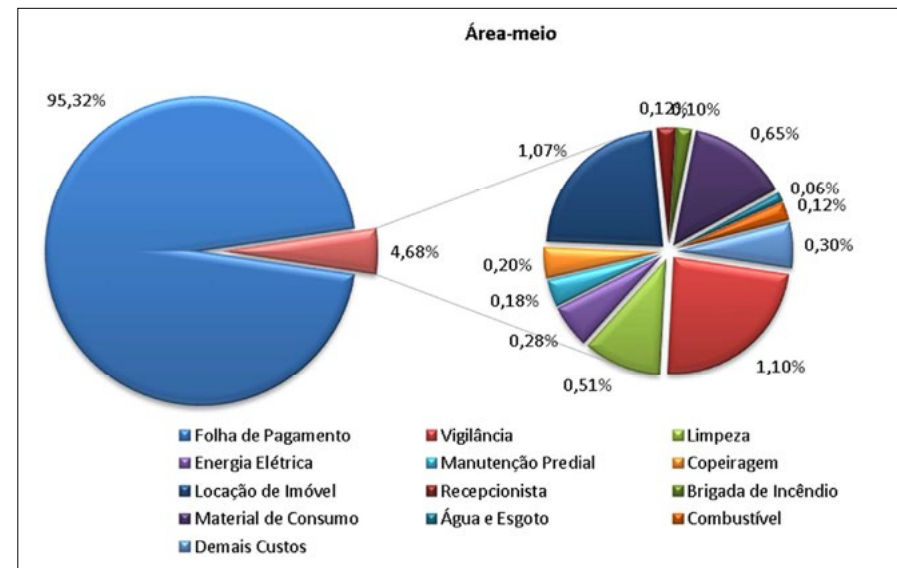
Estimativa de custos por área de atuação:

A metodologia de apuração de custos do MPDFT divide suas subunidades em dois grupos: área-fim, que é a área finalística do órgão, composta pelas Promotorias de Justiça e Procuradorias de Justiça; e a área-meio, composta pelas demais unidades que dão suporte ao funcionamento da área-fim.

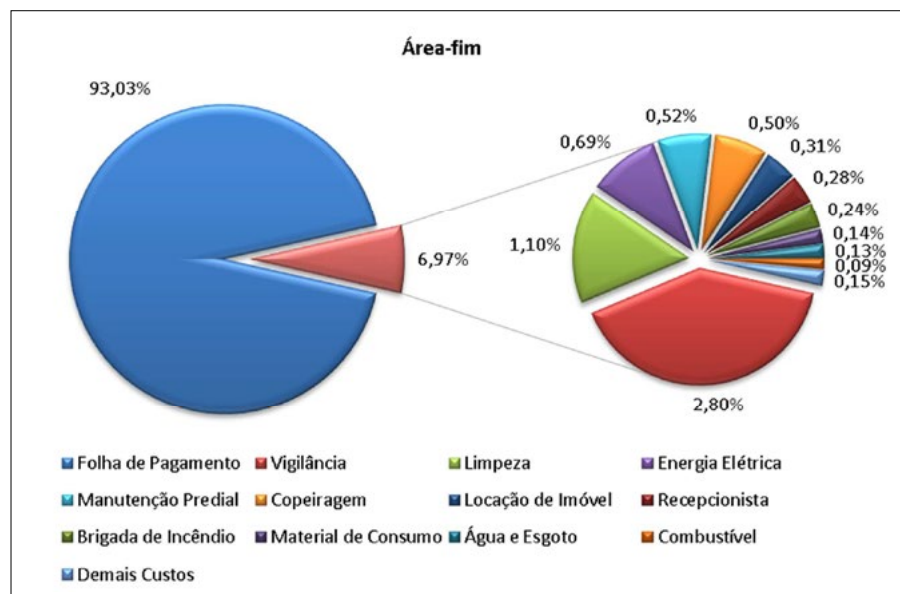
Os custos são apurados, a partir dos itens de gastos: pagamento de pessoal; material de consumo; diárias e passagens; cursos internos, externos e pós-graduação; contratos de vigilância, brigada de incêndio, limpeza, copeiragem, recepcionista, manutenção predial, manutenção de elevadores, locações e cessões de uso; energia elétrica; água e esgoto.



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

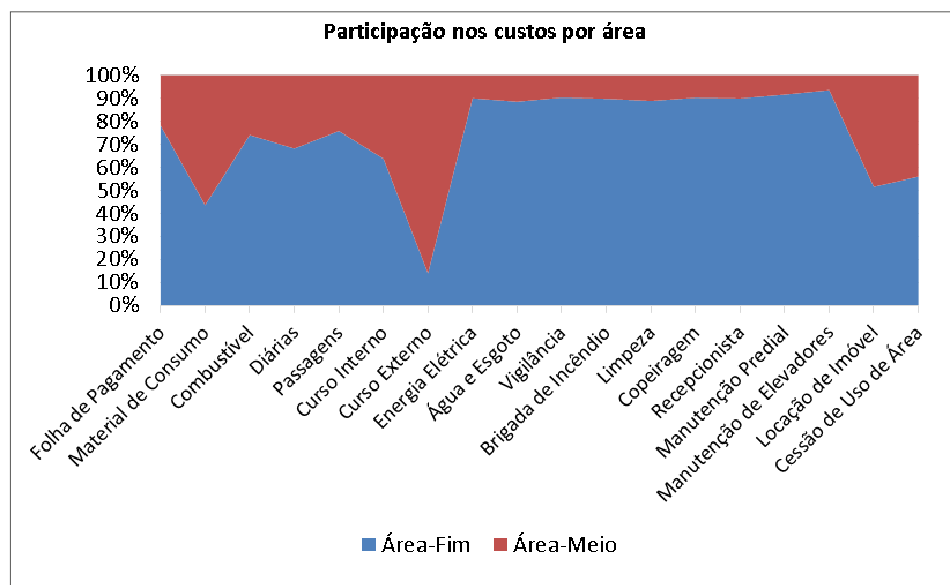


Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

Conforme evidenciado, os custos apurados com pessoal ativo e colaboradores representam mais de 90% do total, seguidos dos contratos de prestação de serviços de vigilância e de limpeza.

Na categoria “Demais Custos”, estão incluídos os itens de despesas relativos a diárias e a passagens, que totalizaram R\$ 277.509 e R\$ 203.496 com a participação em torno de 70% da área-fim e 30% da área-meio, respectivamente.

Na estrutura do MPDFT, as Promotorias de Justiça que atuam nas cidades do DF são organizadas em Coordenadorias de Promotorias como Taguatinga, Ceilândia, Gama etc. Estas possuem prédios próprios, alugados ou áreas de cessão de uso que permitem a alocação de seus custos e a implementação de outra análise de eficiência, um comparativo realizado entre o custo por atos praticados pelas coordenadorias



Fonte: Secretaria de Orçamento e Finanças.

e o total da população da região administrativa, que resulta no custo por ato praticado para cada mil habitantes, permitindo avaliar uma região de eficiência.

O relatório de custos tem periodicidade de publicação quadrimestral na intranet, que objetiva informar aos integrantes do MPDFT e, primordialmente, à administração superior e aos gestores de recursos das unidades administrativas e das promotorias apuradas, a forma como os recursos financeiros têm sido despendidos nas promotorias, para a atuação do Órgão, no cumprimento de sua missão institucional.

Principais desafios e ações futuras:

- As informações geradas a partir da apuração de custos ainda são subutilizadas pelos gestores e responsáveis pelas Coordenadorias. Há a necessidade de conscientização sobre os benefícios advindos da adoção dessas informações para a tomada de decisão.
- Desenvolvimento e implementação do sistema de custos institucional.

5.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

As unidades responsáveis pelos processos de compras públicas do MPDFT embasam seus processos de contratações pela lei 8.666/93. Dessa forma, já seguem um procedimento administrativo formal com critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, nas contratações de serviços e execução de obras. Nesse sentido, os seguintes critérios são observados:

- Aquisição/utilização de madeira certificada;
- Aquisição de borracha apagadora livre de PVC;
- Aquisição de envelopes pardos produzidos em papel kraft natural;
- Aquisição de resmas de papel A4 branco e reciclado com pelo menos um selo institucional que demonstre a preocupação do fabricante com o meio ambiente;
- Aquisição de pincéis para quadro branco com tinta especial à base de água;
- Aquisição dos demais itens de almoxarifado com, pelo menos, um item de certificação ambiental.

Ações para redução do consumo de recursos naturais:

Energia elétrica (consumo em Kwh) e água

- O período de funcionamento do ar condicionado e elevador foi reduzido nos horários em que os prédios estão mais vazios;
- Em alguns edifícios foram implementadas torneiras automáticas nos banheiros.
- Aquisição/utilização de equipamentos com melhor índice de eficiência energética, com Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (Ence).
- Política de não aquisição de papel clorado;
- Disponibilização de livros digitais na página da biblioteca. Além disso, as unidades podem requerer acesso a revistas e jornais eletrônicos.

Papel (consumo em resmas)

O processo digital foi ampliado com a instituição do Tabularium, sistema regulamentado pela Portaria Normativa PGJ n.º 421, de 24 de fevereiro de 2016, que trouxe avanços na tramitação de documentos, via digital, e proporcionou uma drástica redução no consumo de papel no MPDFT.

Redução de resíduos poluentes:

- Os edifícios do MPDFT contam com coletores para pilhas e baterias;
- Duas vezes por ano são realizadas campanhas para recolhimento de lixo eletrônico e sua destinação ambientalmente adequada para a ONG – Programando o Futuro. Os itens em bom estado e que podem ser reutilizados passam por processo de acondicionamento em polos de capacitação técnica de jovens e adultos e depois são doados em iniciativas de inclusão digital. Os demais são desmanchados, separados por tipo de material, armazenados corretamente e encaminhados à reciclagem em entidades parceiras;
- Disponibilização de duas bombonas próprias para coleta de óleo de cozinha, com capacidade para 50 litros. Após, o material é recolhido pelo projeto Biguá (Caesb) e encaminhado para empresas locais para produção de biodiesel;
- Aquisição de contêineres com carvão ativado para o armazenamento de 9.000 lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares. Ao final de cada ano, elas passam por um processo de descontaminação do mercúrio, metal pesado nocivo ao ser humano e ao meio ambiente.

Outras campanhas:

- **Folhas de rascunho:** recebimentos de folhas de rascunho para confecção de blocos de anotações.
- **Semana do Meio Ambiente:** o evento ocorreu em junho de 2018 e promoveu 4 palestras, com duração de 1 hora e 30 minutos com os temas “água” e “situação dos catadores no DF”.



- **Almoxarifado sustentável:** recebimento de 1.503 de utensílios de escritório em boas condições e não mais necessários em suas unidades de origem e posterior redistribuição às áreas interessadas.




- **Plano de Logística Sustentável:** publicação da 2ª edição do documento de transparência das ações de sustentabilidade desenvolvidas, bem como do estabelecimento de práticas de racionalização dos gastos e dos processos voltadas à otimização da gestão dos recursos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR

AUDIN-MPU-00000433/2019


MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as demonstrações contábeis do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), regidas pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC T 16.6 (R1), relativas ao exercício de 2018, refletem, nos seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial do MPDFT.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 22 de fevereiro de 2019.

ANTÔNIO PEREIRA DE CARVALHO
Coordenador de Controle e Análise Contábil
CRC nº DF-014879/O-5

Assinado com login e senha por ANTONIO PEREIRA DE CARVALHO, em 22/02/2019 18:57. Para verificar a autenticidade acesse
<http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaoDocumento>. Chave B81F3859_8323B222_85B32282_2F589ABA

6.2 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA						
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
DEFICIT			809.340.199,19	809.340.199,19		
TOTAL	-	-	809.340.199,19	809.340.199,19		
DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	831.813.961,00	827.378.790,00	793.421.019,12	790.798.840,32	790.790.156,05	33.957.770,88
Pessoal e Encargos Sociais	701.627.134,00	704.641.963,00	688.974.176,36	688.121.110,28	688.112.426,01	15.667.786,64
Outras Despesas Correntes	130.186.827,00	122.736.827,00	104.446.842,76	102.677.730,04	102.677.730,04	18.289.984,24
DESPESAS DE CAPITAL	9.000.000,00	16.450.000,00	15.919.180,07	15.399.121,36	15.399.121,36	530.819,93
Investimentos	9.000.000,00	16.450.000,00	15.919.180,07	15.399.121,36	15.399.121,36	530.819,93
SUBTOTAL DAS DESPESAS	840.813.961,00	843.828.790,00	809.340.199,19	806.197.961,68	806.189.277,41	34.488.590,81
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	840.813.961,00	843.828.790,00	809.340.199,19	806.197.961,68	806.189.277,41	34.488.590,81
TOTAL	840.813.961,00	843.828.790,00	809.340.199,19	806.197.961,68	806.189.277,41	34.488.590,81

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	302.588,02	2.922.249,42	1.552.521,31	1.552.521,31	1.573.033,70	99.282,43
Pessoal e Encargos Sociais	259.940,08	578.300,84	469.542,09	469.542,09	269.583,74	99.115,09
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	42.647,94	2.343.948,58	1.082.979,22	1.082.979,22	1.303.449,96	167,34
DESPESAS DE CAPITAL	41.073,63	918.550,62	946.297,09	946.297,09	13.327,16	-
Investimentos	41.073,63	918.550,62	946.297,09	946.297,09	13.327,16	-
TOTAL	343.661,65	3.840.800,04	2.498.818,40	2.498.818,40	1.586.360,86	99.282,43

6.3 BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	809.340.199,19	794.695.776,21
Ordinárias Vinculadas	-	-	Ordinárias Vinculadas	731.034.222,19	724.699.511,21
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	68.996.265,00
Recursos de Receitas Financeiras	-	-	Previdência Social (RPPS)	77.968.965,00	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos de Receitas Financeiras	-	-
			Operação de Crédito	-	1.000.000,00
			Alienação de Bens e Direitos	337.012,00	-
Transferências Financeiras Recebidas	796.226.754,55	801.843.791,57	Transferências Financeiras Concedidas	1.001.549,36	1.302.884,95
Resultantes da Execução Orçamentária	796.226.490,23	801.843.791,07	Resultantes da Execução Orçamentária	655.070,43	1.015.838,07
Sub-repasse Recebido	796.226.490,23	801.843.791,07	Sub-repasse Devolvido	655.070,43	1.015.838,07
Independentes da Execução Orçamentária	264,32	0,50	Independentes da Execução Orçamentária	346.478,93	287.046,88
Movimentação de Saldos Patrimoniais	264,32	0,50	Movimento de Saldos Patrimoniais	346.478,93	287.046,88
Recebimentos Extraorçamentários	3.832.948,14	4.590.877,57	Despesas Extraorçamentárias	2.790.461,77	10.886.900,65
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	8.684,27	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	3.142.237,51	3.840.800,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	2.498.818,40	10.634.117,97
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	291.643,37	95.228,77	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	291.643,37	252.782,68
Outros Recebimentos Extraorçamentários	390.382,99	654.848,76	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	390.382,99	654.848,76			
Saldo do Exercício Anterior	19.566.004,13	20.016.896,80	Saldo para o Exercício Seguinte	6.493.496,50	19.566.004,13
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.566.004,13	20.016.896,80	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.493.496,50	19.566.004,13
TOTAL	819.625.706,82	826.451.565,94	TOTAL	819.625.706,82	826.451.565,94

6.4 BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	7.724.189,89	21.730.999,89	PASSIVO CIRCULANTE	16.922.217,81	41.468.805,11
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.493.496,50	19.566.004,13	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	16.922.217,81	41.468.805,11
ATIVO NÃO CIRCULANTE	195.283.932,26	289.865.799,33	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	919.996,00	919.996,00	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	919.996,00	919.996,00	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	16.922.217,81	41.468.805,11
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	2018	2017	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	190.437.203,99	285.170.556,06	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	20.521.735,22	24.254.425,17	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	56.208.179,20	56.335.622,68	Resultados Acumulados	186.085.904,34	270.127.994,11
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-35.686.443,98	-32.081.197,51	Resultado do Exercício	-106.824.508,34	25.975.958,42
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	270.127.994,11	255.685.671,43
Bens Imóveis	169.915.468,77	260.916.130,89	Ajustes de Exercícios Anteriores	22.782.418,57	-11.538.635,74
Bens Imóveis	171.053.515,20	261.765.783,66	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-1.138.046,43	-849.652,77	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	186.085.904,34	270.127.994,11
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	3.926.732,27	3.775.247,27			
Softwares	3.926.732,27	3.775.247,27			
Softwares	3.926.732,27	3.775.247,27			
TOTAL DO ATIVO	203.008.122,15	311.596.799,22	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	203.008.122,15	311.596.799,22

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	6.493.496,50	19.566.004,13	PASSIVO FINANCEIRO	3.250.204,21	4.184.461,69
ATIVO PERMANENTE	196.514.625,65	292.030.795,09	PASSIVO PERMANENTE	16.913.533,54	41.468.805,11
			SALDO PATRIMONIAL	182.844.384,40	265.943.532,42

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	64.626.222,58	93.414.560,75
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	64.626.222,58	93.414.560,75
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	64.626.222,58	93.414.560,75
TOTAL	-	-	TOTAL	64.626.222,58	93.414.560,75

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	2.803.548,13
Recursos Vinculados	439.744,16
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	439.744,16
TOTAL	3.243.292,29

6.5 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	796.630.763,95	828.876.381,07
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	126.549,25	143.467,16
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	126.549,25	143.467,16
Transferências e Delegações Recebidas	796.226.754,55	801.845.516,35
Transferências Intragovernamentais	796.226.754,55	801.843.791,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	1.724,78
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11.584,02	26.713.027,96
Reavaliação de Ativos	-	26.710.907,31
Ganhos com Incorporação de Ativos	11.584,02	2.120,65
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	265.876,13	174.369,60
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	265.876,13	174.369,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	903.455.272,29	802.900.422,65
Pessoal e Encargos	664.180.653,04	646.760.758,26
Remuneração a Pessoal	526.265.920,18	511.333.226,76
Encargos Patronais	86.871.730,88	86.223.857,56
Benefícios a Pessoal	50.220.014,08	48.778.381,38
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	822.987,90	425.292,56
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	73.870.206,67	80.115.973,20
Aposentadorias e Reformas	55.844.560,78	60.645.803,97
Pensões	17.766.151,98	19.303.310,44
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	259.493,91	166.858,79
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	57.399.205,65	63.219.630,21
Uso de Material de Consumo	2.158.176,31	2.979.673,15
Serviços	50.700.573,21	54.926.325,97
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.540.456,13	5.313.631,09
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	5,28
Juros e Encargos de Mora	-	5,28
Transferências e Delegações Concedidas	1.137.166,11	1.311.134,95
Transferências Intragovernamentais	1.001.549,36	1.302.884,95
Outras Transferências e Delegações Concedidas	135.616,75	8.250,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	106.318.062,10	10.743.950,26
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	9.954.688,90
Perdas com Alienação	-	390.198,83
Desincorporação de Ativos	106.318.062,10	399.062,53
Tributárias	189.687,62	187.016,64
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	59.780,32	60.447,43
Contribuições	129.907,30	126.569,21
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	360.291,10	561.953,85
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	360.291,10	561.953,85
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-106.824.508,34	25.975.958,42

6.6 DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	3.272.910,82	15.479.741,39
INGRESSOS	796.908.780,91	802.593.869,10
Outros Ingressos das Operações	796.908.780,91	802.593.869,10
Ingressos Extraorçamentários	291.643,37	95.228,77
Transferências Financeiras Recebidas	796.226.754,55	801.843.791,57
Arrecadação de Outra Unidade	390.382,99	654.848,76
DESEMBOLSOS	-793.635.870,09	-787.114.127,71
Pessoal e Demais Despesas	-708.676.839,70	-700.360.345,26
Essencial à Justiça	-628.330.304,35	-614.473.744,51
Previdência Social	-80.346.535,35	-85.871.600,75
Saúde	-	-
Direitos da Cidadania	-	-15.000,00
Transferências Concedidas	-83.665.837,66	-85.198.114,82
Intragovernamentais	-83.665.837,66	-85.198.114,82
Outros Desembolsos das Operações	-1.293.192,73	-1.555.667,63
Dispêndios Extraorçamentários	-291.643,37	-252.782,68
Transferências Financeiras Concedidas	-1.001.549,36	-1.302.884,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-16.345.418,45	-15.930.634,06
DESEMBOLSOS	-16.345.418,45	-15.930.634,06
Aquisição de Ativo Não Circulante	-15.653.420,96	-15.804.929,20
Outros Desembolsos de Investimentos	-691.997,49	-125.704,86
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-13.072.507,63	-450.892,67
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	19.566.004,13	20.016.896,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.493.496,50	19.566.004,13

6.7 NOTAS EXPLICATIVAS

Notas explicativas às demonstrações contábeis – exercício de 2018 – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT)

Fonte: Ministério Público da União / Auditoria Interna (AUDIN-MPU-00000435/2019)

1. Contexto operacional

A organização e as atribuições do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios estão estabelecidas na Lei Complementar nº 75/1993, conhecida como Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Além de atuar como fiscal da lei, o MPDFT atua também na defesa dos interesses da sociedade do Distrito Federal e dos Territórios e no controle externo da atividade policial.

As dotações do MPDFT, na lei orçamentária da União, são consignadas na unidade orçamentária 34.103 – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, vinculada ao Órgão Orçamentário 34000 – Ministério Público da União.

Esses recursos públicos são geridos pela Unidade Gestora 200009 – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT.

2. Principais diretrizes contábeis

2.1 Base de Preparação das Demonstrações Contábeis (DCON)

As Demonstrações Contábeis de 2018 foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei nº 4.320/1964, da Lei nº 10.180/2001 e do Decreto nº 93.872/1986. Observam, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC),

as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da 7ª edição (Portaria Conjunta STN/SOF nº 2/2016 e Portaria da STN nº 840/2016), a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria da STN nº 510/2016) e demais normas aplicáveis.

As DCONs do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foram extraídas do SIAFI, sendo compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO) e Balanço Financeiro (BF), exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Consta, ainda, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis.

2.2 Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

A – Moeda funcional

A moeda funcional no âmbito da União é o Real (R\$). As eventuais transações realizadas pelo MPDFT que envolvam moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional na data de pagamento do compromisso, empregando-se a taxa de câmbio vigente.

B – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação, conforme prescrito na parte II (Procedimentos Contábeis Patrimoniais) do MCASP.

Os gastos posteriores ao reconhecimento inicial são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

C – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos (softwares, marcas, patentes, atividades de pesquisa e desenvolvimento etc.) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados, com base no valor de aquisição ou de produção, deduzidos do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor que o bem tenha sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

D – Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação e amortização no MPDFT, durante o exercício de 2018, tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei nº 10.180/2001, a NBC TSP e o MCASP.

Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30 (Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, nas Autarquias e nas Fundações).

Por sua vez, o valor da depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurado mensal e automaticamente pelo mencionado Sistema, observando o valor depreciável de acessão, com uso do Método da Parábola de Kuentzle, conforme determinado no art. 7ª da Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

Este método é expresso pela equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$$

onde: Kd = coeficiente de depreciação;

n = vida útil da acessão; e

x = vida útil transcorrida da acessão.

E – Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

F – Apuração do resultado

Nas Demonstrações Contábeis é possível apuração dos seguintes resultados:

- Patrimonial: implica na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). Após a apuração, o valor obtido é mostrado no item Resultado do Exercício, localizado na coluna do Passivo do Balanço Patrimonial. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

- **Orçamentário:** representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.
- **Financeiro:** representa o confronto entre os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extraorçamentária, que ocorreram durante o exercício e alteraram o saldo das disponibilidades do MPDFT. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. Demonstrações contábeis

3.1 Balanço Patrimonial

Esta demonstração contábil evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do MPDFT, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em conta de compensação (natureza de informação de controle).

3.1.1 Nota 1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício de 2018, esse item foi composto somente pelo valor do limite de saque da Conta Única da União, para atender as despesas com vinculação de pagamento do MPDFT.

3.1.2. Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Este item é constituído por créditos oriundos de danos ao patrimônio – R\$ 809.146,00 –, cujas contas foram julgadas irregulares pelo TCU, com imposição de débito ao responsável, e por adiantamentos¹ de contribuições futuras à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) – R\$ 110.850,00 –, conforme autorizado pelo art. 25 da Lei nº 12.618/2012.

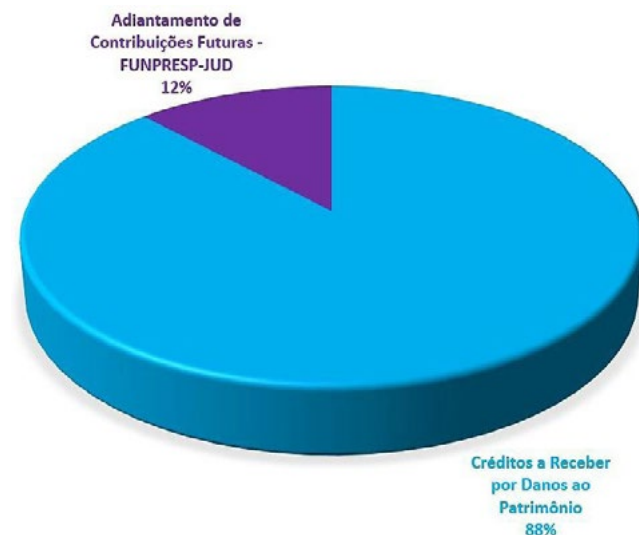


Gráfico 1 – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

¹ Com o objetivo de propiciar o início das operações e o regular funcionamento da Funpresp-Jud, o art. 25 da Lei nº 12.618/2012 autorizou, em caráter excepcional, no ato de criação dessas entidades, a União fazer aporte financeiro a título de adiantamento de contribuições futuras.

3.1.3 Nota 3 – Imobilizado

O imobilizado do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é segregado em dois grupos: Bens Móveis e Bens Imóveis.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição dos bens móveis e dos bens imóveis registrados no SIAFI, em 31/12/2018.

Tabela 1 – Imobilizado – Composição

	Em R\$		
	2018	2017	AH
Bens Móveis			
Custo	56.208.179,20	56.335.622,68	-0,23%
(-) Depreciação acumulada	-35.686.443,98	-32.081.197,51	11,24%
(=) Saldo líquido	20.521.735,22	24.254.425,17	-15,39%
Bens Imóveis			
Bens de Uso Especial registrados no SPIUnet			
Custo	117.473.229,38	117.473.229,38	0,00%
(-) Depreciação acumulada	-901.734,46	-613.340,80	47,02%
(=) Saldo líquido	116.571.494,92	116.859.888,58	-0,25%
Bens de Uso Especial não registrados no SPIUnet			
Custo	611.160,48	611.160,48	0,00%
Bens Imóveis em Andamento			
Custo	32.537.305,13	125.510.609,67	-74,08%
Instalações			
Custo	20.195.508,21	17.934.472,13	12,61%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros			
Custo	236.312,00	236.312,00	0,00%
(-) Depreciação acumulada	-236.311,97	-236.311,97	0,00%
(=) Saldo líquido	0,03	0,03	0,00%
Imobilizado	190.437.203,99	285.170.556,06	-33,22%

3.1.4 Nota 4 – Pessoal a Pagar

Em 31/12/2018, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apresentou um saldo de R\$ 16,9 milhões com pessoal a pagar, decorrente de apropriação na conta 21111.01.01 (Salários, remunerações e benefícios).

Foram observadas as recomendações do Tribunal de Contas da União e as orientações da Macrofunção 02.11.42 (Folha de Pagamento) do Manual SIAFI.

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Esta demonstração contábil evidencia as variações verificadas no patrimônio do MPDFT, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício, apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Caso o total das variações patrimoniais aumentativas seja superior ao total das variações patrimoniais diminutivas, diz-se que o resultado patrimonial foi superavitário ou que houve um superávit patrimonial. Caso contrário, diz-se que o resultado patrimonial foi deficitário ou que houve um déficit patrimonial.

3.2.1 Nota 5 – Desincorporação de Ativos

Esse item apresenta variação de R\$ 106 milhões, aproximadamente, em relação ao ano anterior, sendo decorrente, em quase sua totalidade, das baixas dos valores contabilizados como obras em andamento, devido à conclusão das respectivas edificações.

3.3 – Balanço Orçamentário

Esta demonstração contábil evidencia as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstra,

também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

3.3.1 Nota 6 – Execução Orçamentária da Despesa

A dotação atualizada para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, no ano de 2018, alcançou o montante de R\$ 843.828.790,00, dos quais 95,9% foram empenhados e, por conseguinte, apenas 4,1% – R\$ 34.488.590,81 – da despesa orçamentária aprovada não foi executada.

A despesa empenhada teve a seguinte composição:

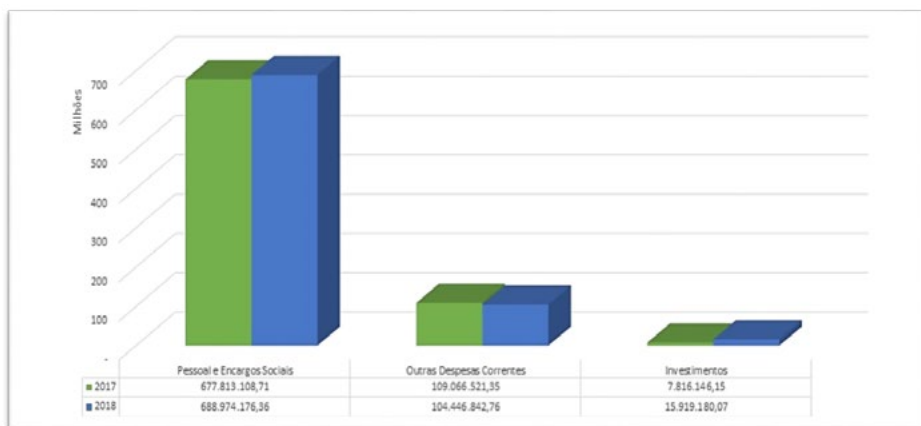


Gráfico 2 – Execução Orçamentária da Despesa

Do montante empenhado, verifica-se que R\$ 806.197.961,68 foram liquidados e R\$ 806.189.277,41 foram pagos no exercício. Isto implicou na inscrição de restos a pagar processados no valor de R\$ 8.684,27 e de restos a pagar não processados no valor de R\$ 3.142.237,51.

As despesas correntes – R\$ 793 milhões – representam 98% do total das despesas empenhadas. A principal natureza das despesas correntes está registrada no grupo pessoal e encargos sociais, no montante de R\$ 689 milhões, representando 86,8% dos gastos correntes.

3.3.2 Nota 7 – Execução dos Restos a Pagar

Do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) – R\$ 3,8 milhões (inscritos em 31 de dezembro de 2017) e R\$ 344 mil (em exercícios anteriores) –, verifica-se que R\$ 2,5 milhões, aproximadamente, foram pagos e que R\$ 1,6 milhão foi cancelado durante o exercício de 2018.

Além disso, observa-se que 97% dos RPNP relacionados com os gastos correntes foram pagos ou cancelados durante o exercício.

Em relação aos gastos de capital, os pagamentos e cancelamentos representaram 100% do montante em estoque.

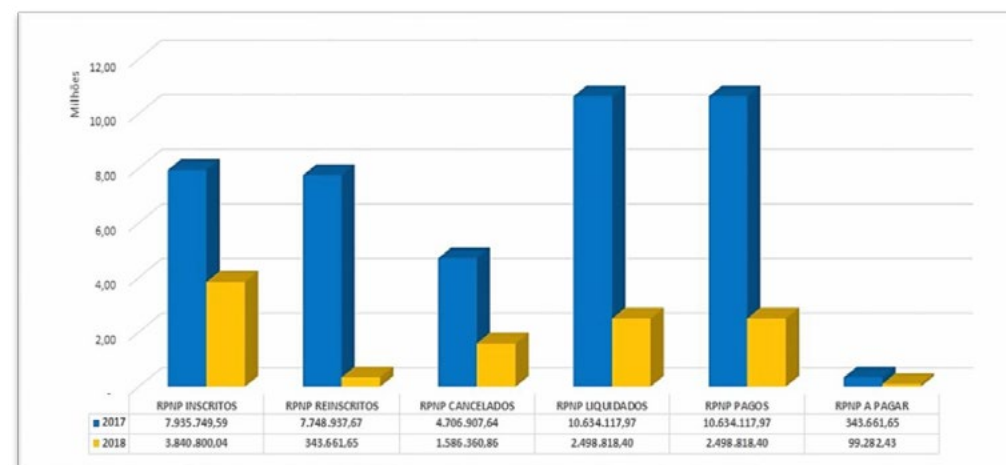


Gráfico 3 – Execução dos Restos a Pagar não Processados

3.4 Balanço Financeiro

Esta demonstração contábil evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.4.1 Nota 8 – Despesas Orçamentárias

No gráfico abaixo é apresentada a composição das despesas executadas por grupos de fontes de recursos.

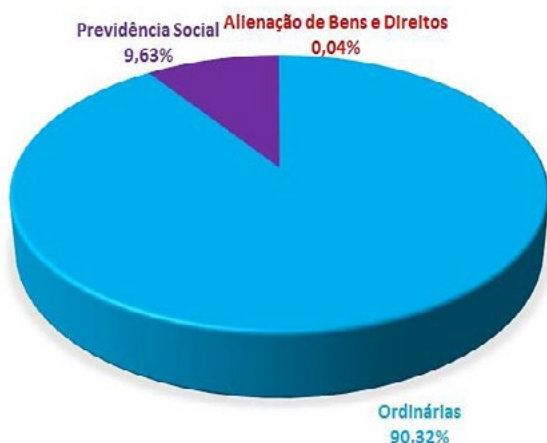


Gráfico 4 – Execução das Despesas Orçamentárias

Durante o ano de 2018, as despesas orçamentárias executadas superaram o montante de R\$ 809 milhões e houve mais de 90% dos gastos executados em fontes de recursos ordinárias. Por sua vez, os gastos em fontes de recursos vinculadas foram de apenas 9,7% – R\$ 78,3 milhões – sendo quase a totalidade das despesas com Previdência Social.

3.4.2 Nota 9 – Pagamento dos Restos a Pagar

No gráfico a seguir, são detalhados os pagamentos dos restos a pagar não processados, por grupos de natureza da despesa.

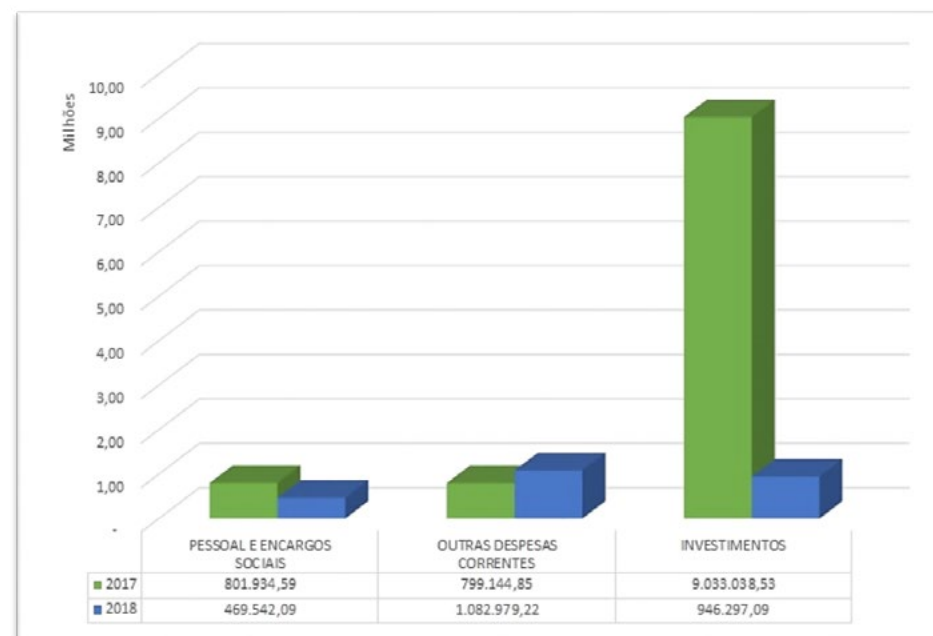


Gráfico 5 – Pagamento dos Restos a Pagar não Processados

No exercício de 2018, foram pagos, aproximadamente, 60% (R\$ 2,5 milhões) do estoque de R\$ 4,2 milhões de restos a pagar não processados.

Os pagamentos dos restos a pagar não processados ocorreram, principalmente, nas ações orçamentárias: 20TP (Ativos Cíveis da União) – R\$ 453.686,77 –, 4261 (Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário – MPDFT) – R\$ 1.670.811,54 – e 13C1 (Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brasília) – R\$ 310.435,07.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Inicialmente, cumpre esclarecer que, no relatório, os temas afeitos as unidades vinculadas à Secretaria Geral referem-se a apontamentos dos Órgãos de Controle, especialmente pela Auditoria Interna do MPU – AUDIN/MPU e do Tribunal de Contas da União – TCU.

Em relação à Secretaria de Administração – SDA foi encaminhado o Relatório de Auditoria nº 15/2018, solicitando esclarecimentos quanto aos achados: a) falhas nos controles (C1 e C2) relacionados à detecção de erros na planilha de custos; b) ausência de controle em relação à atualização da garantia; e, c) ausência de controle de registros em conta do SIAFI (Tabularium 08191.126003/2018-11).

Em resposta, foi entregue à equipe da AUDIN, pessoalmente, durante Auditoria Anual na Sede do MPDFT, em 19/03/2019, o Relatório Informativo com as devidas manifestações/explicações.

Já em relação à Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, em 2018, a AUDIN/MPU realizou duas auditorias na área de Gestão de Pessoas do MPDFT. Na primeira, foram verificados os procedimentos de acumulação de cargos, empregos, funções, proventos de aposentadoria e pensões de membros e servidores do Órgão. Os questionamentos da auditoria foram divididos em 23 (vinte e três) itens e resultaram em 2 (dois) achados de auditoria, com recomendações de melhorias nos procedimentos até então adotados pelo MPDFT.

Já na segunda auditoria, a AUDIN/MPU aplicou o questionário para avaliação da governança de gestão de pessoas do MPDFT, com base nos Levantamentos de Governança e Gestão de Pessoas realizados pelo Tribunal de Contas da União em 2013 e 2016. O questionário

contou com 96 (noventa e seis) itens e foi respondido pelos integrantes do Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas do MPDFT. Ao final da análise, a AUDIN/MPU realizou o levantamento do grau de adoção das práticas de boa governança no MPDFT, bem como encaminhou 6 (seis) propostas de melhorias nos procedimentos do Órgão.

Além do controle interno realizado pela AUDIN/MPU, o Tribunal de Contas da União realiza o controle externo dos atos de pessoal do MPDFT. Em meados de 2018, foi criado o módulo “Indícios” no Sistema e-Pessoal, por meio do qual são apontadas possíveis irregularidades nos atos de pessoal do Órgão. No ano de 2018, 48 (quarenta e oito) indícios foram arquivados e 115 (cento e quinze) se encontram em monitoramento pelo TCU, após esclarecimentos pelo MPDFT.

No que diz respeito à Secretaria de Projetos e Obras, o Relatório de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia nº 3/2018, elencou achados que referem-se aos atos praticados no âmbito do Processo nº 08190.184217/15-16, que tem como objeto a execução da obra de construção do edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II.

A Auditoria Interna informou (Ofício 44/2019/AUDIN-MPU) que as justificativas foram objeto de análise, as quais foram consideradas satisfatórias, conforme registrado na Nota de Auditoria SEAUD/AUDIN-MPU nº 4/2019 (Tabularium 08191.118627/2018-65 e 08191.020952/2019-70).

ANEXO 1 – PROJETOS INSTITUCIONAIS

Para a consecução dos objetivos estratégicos, o MPDFT adotou, ao longo do ano, diversas ações, em especial a execução dos seguintes projetos institucionais, listados a seguir.

PROJETO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS
Escutando o cidadão: diálogos com vítimas de delitos	Cidadania fortalecida Criminalidade combatida	Coordenadoria Executiva de Autocomposição 10ª P. J. Criminal de Ceilândia	<ul style="list-style-type: none"> • 103 vítimas de crimes de roubo cadastradas no banco de dados do projeto, tendo sido feito contato (ou tentativa de contato) com todas elas. • 2 encontros realizados com 10 vítimas de roubo na Promotoria de Justiça de Ceilândia, com índice de 100% de satisfação, sendo 90% dos participantes se declararam “muito” satisfeitos com o evento. Todos os participantes manifestaram interesse em participar de novo círculo restaurativo e 90% deles afirmaram que imagem que tinham do Ministério Público melhorou após a participação no evento. • Confeção e a afixação de cartazes de divulgação do projeto na Promotoria de Justiça de Ceilândia e no Fórum de Ceilândia e confeção e distribuição de cartilha destinada a membros e servidores do MPDFT. • Sensibilização dos Promotores de Justiça quanto a atenção às vítimas, em especial com relação ao não uso do nome completo das vítimas nas denúncias, com a finalidade de evitar revitimização e temor ou constrangimento às vítimas. • Por meio de parceria com os Juízes das Varas Criminais de Ceilândia, o Projeto conseguiu a inserção de texto sobre direitos e deveres das vítimas e testemunhas no verso dos mandados de intimação eletrônicos, bem como a afixação de cartazes de acolhimento nas salas onde elas aguardam antes da audiência. (ver links) • Início das tratativas com a Diretoria do Fórum da Ceilândia, visando a otimização da estrutura e layout das salas onde as vítimas aguardam antes do início da audiência, para melhor acolher as vítimas e garantir que a presença do réu nas dependências do Fórum não lhe cause temor ou constrangimento. • Tratativa com os magistrados das varas criminais de Ceilândia para que os dados de endereço de vítimas e testemunhas, bem como termos de reconhecimento, não constem do site do TJDF. • Realização do “Curso de Formação Teórico e Prático no Modo Vivencial em Círculos Transformativos e Peacemaking Circles (Círculos de Construção de Paz)”, com 25 participantes, os quais irão integrar o quadro de facilitadores da Coordenadoria Executiva de Autocomposição, com estágio supervisionado prévio, na qualidade de facilitadores e co-facilitadores, no projeto Escutando o Cidadão - Diálogos com vítimas de delitos.
Oxalá - prevenindo a discriminação racial nas escolas do Distrito Federal	Cidadania fortalecida Patrimônio público protegido Crianças e adolescentes protegidos Políticas públicas fiscalizadas e asseguradas	Núcleo de Enfrentamento à Discriminação/NED/NDH	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com os professores da Eape e UnB para definir o tipo de capacitação que se almeja produzir no projeto “Oxalá - Prevenindo a discriminação racial nas escolas do DF”, estabelecer cronograma para entrega da metodologia do curso, listar entidades que possam contribuir com o projeto e escolher regional de ensino para projeto piloto. • Reunião com os parceiros do projeto Eape, UnB e Fundação Palmares para apresentação o projeto “Oxalá: Prevenindo a discriminação racial nas Escolas do DF” e propor parceria para execução de curso de capacitação dos profissionais de educação. • Os termos de cooperação estão em andamento (entre o MPDFT com a Fundação Palmares está em análise na API/MPDFT; já, o da Secretaria de Estado de Educação (SEE), referente à Eape, aguarda aprovação da escola da minuta elaborada para encaminhamento à SEE).

PROJETO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS
Mediação Familiar	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos Crianças e adolescentes protegidos	Coordenadoria Executiva de Autocomposição – Cauto/VPGJ 4ª. P.J. de Entorpecentes	<ul style="list-style-type: none"> • Termo de Cooperação Técnica nº 01/2018, de 26/09/2018 – SECONV/SDA firmado entre o MPDFT e TJDFT para realização das oficinas de pais e filhos, programa educacional e preventivo que oferece auxílio aos pais e mães que buscam a Justiça para solução de suas lides. • Programa de incentivos para o integrante que atue como mediador/facilitador voluntário. • Formação teórica com 21 mediadores aprovados(duração de 50h, 11 encontros, de 15 de outubro a 14 de novembro de 2018). • Formação teórica de 157 expositores, entre 18 e 19 de outubro de 2018, para Oficinas de Divórcio e Parentalidade em parceria com o TJDFT. • Os estágios das formações mencionadas iniciar-se-ão em 2019, tendo sido no dia 10/12/2018 enviado e-mail aos facilitadores em formação de Oficinas de Divórcio e Parentalidade para preenchimento de cadastro junto ao TJDFT/CNJ e escolha das localidades para realização do estágio. • Fluxo para a realização das mediações estabelecido (O TJDFT disponibilizou as salas dos CEJUSCs para a realização pelos facilitadores em formação das oficinas. As confirmações com partes e mediadores foi realizada pelas unidades administrativas responsáveis pela autocomposição do MPDFT e TJDFT, respectivamente, Coordenadoria Executiva de Autocomposição – Cauto e Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação – Nupemec.). • Aplicação de formulário de satisfação nas formações realizadas.
Acordar – Construindo o consenso por meio de soluções compartilhadas	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes Promover qualidade de vida no ambiente de trabalho	Coordenadoria Executiva de Autocomposição – Cauto/VPGJ Ouvidoria	<ul style="list-style-type: none"> • Portaria nº 577, de 5 de outubro de 2018 (critérios e incentivos a servidores para atuarem como mediadores) • Fluxo de realização de cursos estabelecido. • Curso básico para formação de mediadores. • Quadro de mediadores com estágio previsto para 2019. • Realização do I Seminário de Autocomposição do MPDFT contemplando os temas autocompositivos e de Comunicação Não Violenta. • Curso Básico de Introdução à Comunicação Não Violenta (CNV) de duração de 6 horas, nos dias 25 e 26 de setembro de 2018.
Sharanam – Yoga no Abrigo	Crianças e adolescentes protegidos	6ª Promotoria de Justiça Cível e de Defesa dos Direitos Individuais, Difusos e Coletivos da Infância e da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento dos institutos de ensino de yoga e formação em yoga situados em Brasília; • Foram escolhidos os abrigos Casa do Caminho e Casa da Criança Batuira para implantação de aulas de yoga. • Instrumentais elaborados para avaliação inicial e final do Projeto, os quais deverão ser preenchidos pelos alunos, técnicos do serviço de acolhimento e professores. • Lançamento das aulas de yoga do projeto Sharanam nos abrigos institucionais

PROJETO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS
Transparência nas Escolas é Legal	Patrimônio público protegido	Patrimônio público protegido	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos Gestores das escolas públicas de Samambaia sobre transparência ativa e controle social. Foram realizadas 2 reuniões de capacitações de gestores. A primeira reunião contou com a participação de 40 gestores, para os quais foram apresentados temas gerais de prestação de contas das verbas descentralizadas (PDAF e PDDE) e a proposta do projeto Transparência nas Escolas é Legal. Na segunda reunião, os 35 gestores participantes receberam informações sobre os conceitos de transparência ativa, controle social e gestão democrática e orientações sobre como aderirem ao projeto. • Criação das regras do concurso de melhor projeto sobre transparência ativa e controle social nas escolas públicas da Samambaia. As diretrizes e regras do concurso foram estabelecidas em reuniões com a participação conjunta da 4ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos (4ª PROREG) e da 7ª Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (7ª PRODEP), com eventual consulta aos representantes da Controladoria-Geral do Distrito Federal (CGDF), da Diretoria de Prestação de Contas da Secretaria de Educação do Distrito Federal (DIPRESC/SEEDF) e da Coordenação Regional de Ensino de Samambaia (CRE-SAM), culminando com a elaboração do regulamento do projeto “Transparência nas Escolas é Legal!”. • Divulgação do Concurso de melhor projeto sobre transparência ativa e controle social nas escolas públicas da Samambaia. O concurso “Transparência nas Escolas é Legal!” foi divulgado para a sociedade, no site do MPDFT (http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2018/10264-transparencia-na-escola-mpdft-premia-projetos-de-controle-social) e para o público-alvo (gestores de escolas públicas de Samambaia) por ocasião das reuniões de formação de gestores, por meio do aplicativo Whatsapp e pelo serviço de correio eletrônico. • O projeto também foi divulgado para o público interno do MPDFT, na página da intranet (https://intranet.mpdft.mp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=10096:-projeto-quer-incentivar-pais-de-alunos-a-conferir-contas-de-escolas-publicas&catid=11:news&Itemid=120). • Inscrição das escolas públicas da Samambaia no concurso de melhor projeto sobre transparência ativa e controle social: Das 42 (quarenta e duas) escolas da rede pública de samambaia, 24 (vinte e quatro) realizaram inscrição para o concurso. Na ocasião foram encaminhadas as atas de composição do conselho escolar de cada unidade.
Intervenção psicossocial após pedido de retirada das medidas protetivas por mulheres vítimas de violência doméstica	Direitos coletivos e individuais indisponíveis protegidos Cidadania fortalecida	Coordenadoria das Promotorias de Justiça de São Sebastião	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro de acolhimento coletivo após pedido de retirada das Medidas Protetivas • Roteiro de atendimento telefônico, validação realizada em cerca de 6 acolhimentos coletivos e de 25 intervenções telefônicas, de novembro/2018 a fevereiro/2019

PROJETO	OBJETIVO ESTRATÉGICO	UNIDADE	RESULTADOS
Gestão de riscos em visitas domiciliares psicossociais	Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes	Secretaria de Segurança Institucional	<ul style="list-style-type: none"> Projeto básico para Curso de Gestão de Riscos em Visitas Domiciliares e protocolo de segurança em visitas; Adição, por sugestão dos participantes da 1ª ação de treinamento, de Curso de Noções de Técnicas Operacionais Aplicadas às Diligências e Visitas Domiciliares do MPDFT; Apresentação de projeto básico de treinamento com carga horária total de 20h; Cronograma das disciplinas a serem ministradas, apresentado em dezembro de 2018, com a previsão de 4 turmas; Formação de grupo de trabalho com composição de 8 participantes das áreas estratégicas no tema no MPDFT.
Nós podemos muito mais: trabalhando em rede com a rede	<p>Cidadania fortalecida</p> <p>Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais</p> <p>Aprimorar o relacionamento do MPDFT com a sociedade</p>	Assessoria de Políticas de Medidas Alternativas - APMA	<ul style="list-style-type: none"> Manual com passo-a-passo da metodologia de orientação às instituições parceiras; Manual de processos e procedimentos de medidas alternativas; 2 eventos de apresentação dos resultados gerados com a execução do Projeto; Cerca de 190 ações provenientes dos recursos recebidos, dentre elas: Reparo da Biblioteca do Núcleo de Educação Ambiental do Parque Nacional de Brasília; aquisição de mobiliário para salas de aula da Casa de Ismael – Lar da Criança; aquisição de playground para o Centro Educacional Taquara, dentre outros. Destinação de R\$ 1 milhão de multas de condenações de improbidade administrativa para 11 escolas públicas do DF.
Sistema Processo Judicial Eletrônico no plantão ordinário	<p>Buscar maior celeridade nas rotinas operacionais</p> <p>Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes</p>	Assessoria Especial para Processo Eletrônico	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de requisitos para os processos de trabalho pertinentes ao PJE; 2ª Versão do Manual de Processos e Procedimentos do PJE; Certificado digital – Token.; Implantação do PJe em 40,29% dos Ofícios.
Proteção dos Dados Pessoais e da Privacidade	<p>Criminalidade combatida</p> <p>Desenvolver maior integração entre o MPDFT e órgãos estratégicos</p>	<p>Assessoria de Políticas Institucionais</p> <p>2ª Promotoria de Justiça Criminal de Santa Maria</p>	<ul style="list-style-type: none"> Cartilha Ética e Segurança Digital no MPDFT; Cartilha Facebook – requisição judicial; Cartilha Fundamentos do Direito Digital; Proposta Poder Executivo PLS 330/2018; Criação de Comissão de Proteção dos Dados Pessoais, por meio da portaria institucional nº 551, de 20 de junho de 2018; Criação da Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais.



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,
a cidadania e a dignidade humana,
atuando para transformar em
realidade os direitos da
sociedade.






127

 ouvidoriampdft

www.mpdft.mp.br/ouvidoria

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900
Telefone: (61) 3343-9500 | www.mpdft.mp.br

 mpdftoficial  mpdftoficial  mpdft  mpdftoficial